

**** *tex_01_NETO *rce_1 *temat_1

O crescimento mais significativo do número de aglomerações ocorre na fase mais próspera da economia em cerca de trinta anos. Período de ampliação de investimentos governamentais em infraestrutura demandadora de insumos e equipamentos da indústria, de maior disponibilidade de crédito público para o financiamento de atividades produtivas, tendo a indústria como um setor beneficiado e de aquecimento na demanda nacional de commodities agrominerais. Isso gera impactos positivos sobre a renda e o emprego internos. O Nordeste apresentou motivações diversas entre suas economias estaduais quanto à ampliação de sua geografia do emprego industrial. Houve impulso mais forte na quantidade de AIRs nos estados da Bahia, do Ceará, de Pernambuco e do Rio_Grande_do_Norte e em menor intensidade nos estados do Maranhão e da Paraíba. Nesta região, as aglomerações industriais costumam se localizar, preferencialmente, ao longo de sua faixa litorânea e no entorno das metrópoles capitais. Na Bahia, além das tradicionais AIRs de Salvador e Feira de Santana, se expandiram as de Ilhéus e Itabuna, Santo Antônio de Jesus e Porto Seguro. Em Pernambuco, as três novas AIRs surgidas, Itamaracá e Vitória de Santo Antão, estão localizadas na área litorânea e se caracterizam como extensão da área urbana metropolitana de Recife. No Ceará, contudo, as AIRs tendem a maior interiorização, com a expansão das AIRs de Sobral e do Cariri, com exceção da microrregião de Pacajus, que está próxima e sob influência da Região Metropolitana (RM) de Fortaleza. No Rio_Grande_do_Norte, além da microrregião de Natal, se consolidaram como AIRs as de Macaíba, geograficamente ligadas à RM de Natal. Mossoró, por sua vez, está mais no interior e tem se destacado pela produção de sal marinho, fruticultura irrigada para exportação e petróleo. No Centro Oeste, as novas AIRs tendem a se localizar no interior dos territórios estaduais, revelando a dinâmica da produção industrial em áreas de expansão do agronegócio. Em Goiás, além da microrregião da capital, Goiânia, as demais AIRs são Anápolis, sudoeste de Goiás, Meia Ponte e Ceres. Em Mato Grosso, além da aglomeração da capital Cuiabá, as de Alto Teles Pires e Rondonópolis aparecem interiorizadas. Em Mato Grosso do Sul, além de Campo Grande, aparecem as de Dourados, Iguatemi e Três Lagoas. Passada a fase de maior crescimento econômico no país, quando os sinais de desaceleração e crise se instalavam, os efeitos sobre a atividade industrial começam a impactar o nível de emprego. Após 2010, houve um arrefecimento no aparecimento de novas AIRs. Com isso, elas surgiram em quantidade bem menor que em etapas anteriores. Entre 2010 e 2015, foram dez novas: quatro no Sudeste; três no CentroOeste; duas no Sul; e apenas uma no Nordeste.

**** *tex_02_SPOSITO *rce_2 *temat_1

Através da investigação do modelo de industrialização que se consolida no estado do Ceará desde os anos de 1990, tratamos os assuntos supracitados. Desse modo, enquanto presenciamos uma revolução tecnológica e produtiva nos países de maior tradição industrial e nas regiões mais ricas do Brasil, evidenciamos, em territórios como o Ceará, a transição de modestas relações de produção para relações capitalistas renovadas, cujo paradigma tecnológico e as formas de organização do trabalho parecem indicar um modelo mecanizado, no qual a flexibilização territorial e produtiva se instala ao lado da maximização da produção com base em ganhos obtidos por economias de escala, notadamente através de linhas de montagem definidas a partir de uma acentuada divisão do trabalho. Como importante elemento constitutivo das transformações territoriais e econômicas, o Estado, representado pelo Governo do

Ceará e por prefeituras locais, usa de incentivos fiscais e da modernização da infraestrutura para garantir a ampliação da atividade industrial e a inserção de grandes empresas de capital internacional e nacional no território, estimulando a migração de investimentos para cidades sem nenhuma tradição fabril. Uma das prerrogativas dessa industrialização subsidiada é estimular o investimento industrial através de uma parceria com organismos internacionais, dos quais captam novas e diversificadas fontes de recursos. SE Desenha um conjunto de propostas que busca estruturar o território a partir de grandes obras técnicas, no intuito de garantir a dinamização da indústria de transformação. Como já apontado, apesar da programática governamental no estado do Ceará ter definido um projeto de industrialização ancorado em três eixos estruturantes, quais sejam: (1) a criação e/ou aparelhamento de arranjos produtivos locais; (2) a montagem de um complexo petroquímico/siderúrgico e (3) a atração de unidades produtivas industriais dos mais diversos gêneros; somente este último SE Configurou um processo de industrialização que pretendeu afirmar uma transformação burguesa eficiente, capaz de unir acumulação ampliada no território com oferta irrestrita de benefícios fiscais a agentes capitalistas exógenos. Entretanto, o modelo não realizou nada mais do que a inserção do Ceará, enquanto um lugar de reserva (SANTOS, 1999), nos circuitos espaciais da produção de importantes empresas nacionais e estrangeiras, tecendo complexos círculos de cooperação viabilizadores de uma projeção imagética, política e econômica das elites dirigentes estaduais. O fato é que, às ofertas de incentivos fiscais, SE somara uma força de trabalho a baixo custo e uma localização privilegiada em relação ao mercado internacional para atrair investimentos pouco interessados em tecer aproximações com o lugar. Por sua vez, na sincronia com o mundo, foi articulada a demanda da política com a capacidade adquirida pelos capitais produtivos de acelerar os movimentos por meio de novas tecnologias de informação. Isso fez da relação global/local um sistema integrado em rede que serve aos interesses hegemônicos de acumulação ampliada em curto prazo. Na perspectiva do Ceará, estão presentes diversos tipos de agentes investidores e variadas escalas dessa configuração que elege o território como mecanismo de exploração. Identificamos: (1) O grande capital produtivo, que escolheu a via da mundialização para coordenar mais intensamente suas atividades de geração de excedente, a exemplo de conglomerados internacionais como a Nike ou a Danone. São empresas que ora estabelecem acordos prolongados com outras firmas subcontratadas para atender demandas de produção, ora investem diretamente no processo produtivo, aproveitando as vantagens que o território cearense tem para oferecer. Para ficarmos nos dois exemplos citados, a Nike tem contrato com pelo menos três empresas nacionais que fabricam calçados sintéticos no interior do Ceará; e a Danone instalou em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, uma grande fábrica na qual investe expressivo volume de capital. (2) Os investidores financeiros que, no estado, SE fazem presentes garantindo empréstimos diretamente ao governo ou às empresas industriais privadas, cobrando altas taxas de juros e impondo metas de rendimento que estão proporcionalmente relacionadas aos níveis de produtividade e lucratividade registrados na indústria, o que não é possível sem taxas elevadas de exploração da força de trabalho. Devemos aqui considerar a maior liberalização permitida aos fluxos financeiros internacionais por meio do tripé desregulamentação/desintermediação/descompartimentalização (BOURGUINAT, 1992). Ela permitiu às empresas cearenses captarem importante volume de recursos por meio de empréstimos intercompany, em que, ao invés de aporte de capital, o investidor estrangeiro entra com um empréstimo para a empresa local. No Ceará, tais operações estão presentes, sobretudo, na grande indústria têxtil e na indústria de alimentos, constituídas por capitais locais e que dominam o mercado nacional nos últimos anos. Segundo reportagens do jornal O Povo, publicada em 31 de maio de 2008, ao todo, são mais de duas mil participações do capital estrangeiro na economia cearense, seja como investimento direto externo, seja como empréstimo financeiro, o que totaliza uma quantidade superior a um bilhão em recursos atraídos. (3) Os grandes produtores nacionais de bens de consumo,

notadamente a indústria intensiva em mão_de_obra, que a partir da década de 1990, em função da abertura dos mercados no Brasil, deparou com a concorrência capitalista internacional e orquestrou um movimento de realocação das suas unidades produtivas a fim de reduzir custos e SE manter competitiva. As indústrias de calçados, de alimentos, têxteis e de vestuários, entre outras, estão entre as que mais utilizaram essa estratégia. Elas negociam vantagens competitivas com os governos cearenses e instalam plantas de grande porte na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do estado, aproveitando um conjunto de virtualidades que o território pode oferecer. (4) Os investidores nacionais que não necessariamente representam grandes grupos econômicos ou estão vinculados a corporações globais. Eles agem em função das estratégias de externalização dos riscos produtivos engendradas por empresas maiores ou são atraídos pela demanda da grande indústria por insumos e componentes, sem os quais a realização do processo produtivo não poderia se efetivar. Estão incluídos neste rol grandes e médias empresas do Ceará ou de outros estados que complementam a atividade industrial ou realizam a própria produção através de redes de subcontratação. Além de atender a programática de atração de investimentos projetada pelos governos do Ceará, as formas concretas de organização industrial descritas respeitam o imperativo que reproduz os sistemas territoriais do *nouveau monde industriel* (VELTZ, 2008). Eles são caracterizados por uma tessitura renovada que integra uma rede de relações estabelecidas em múltiplas escalas, geradora de fluxos materiais e imateriais diversos. As interações espaciais e a divisão interempresarial do trabalho SE tornam mais complexas e a fabricação na indústria cearense tende a envolver diferentes empresas industriais e de serviços, materializando relações produtivas, financeiras e comerciais através da articulação de agentes em várias partes do mundo. É desse modo que se completa a ampla combinação de atividades como operações financeiras, gerências administrativas, estratégias de marketing, designer industrial, serviços de transporte e comunicação e a produção propriamente dita, seja de componentes específicos ou do produto acabado. No território do Ceará, em função das características anteriormente apontadas, SE centram principalmente as atividades produtivas de bens de consumo, isto é, a produção industrial de gêneros intensivos em mão_de_obra. Muitos destes gêneros têm tradição na indústria cearense em função dos investimentos realizados por capitais locais. No entanto, os capitais atraídos demarcam um novo rumo para o processo produtivo, pois, além da nova composição multi e interestelar, produzem mais e SE voltam, muitas vezes, para o mercado internacional, estimulando a produção racionalizada no chão da fábrica e a maior geração de empregos formais. No caso dos investimentos contemplados com os incentivos fiscais, é explícito que a categoria mais beneficiada com a atração de estabelecimentos, investimentos e geração de empregos é a de trabalho intensivo, confirmando a hipótese segundo a qual a indústria tradicional foi a mais beneficiada com as políticas de incentivos fiscais. Segundo a Agência de Desenvolvimento do Ceará (Adece), ela reúne 55,7 das unidades instaladas, 44,8 dos recursos investidos e 77,3 dos empregos iniciais previstos de 1995 até 2009. Isso demonstra que o deslocamento de empresas de outros estados para o Ceará está sujeito a dois movimentos principais. O primeiro deles é a própria organização da estrutura econômica, das normas e dos objetos técnicos no território, ainda incapaz de proporcionar atração de investimentos em indústria de bens de capital ou de alta tecnologia, revelando o caráter periférico e tardio da industrialização em curso. O segundo está relacionado às demandas das empresas interessadas em migrar do seu local de origem. A partir de um conjunto de cobranças determinado pelas novas configurações de acumulação capitalista, as indústrias costumam ceder à força das concorrentes, sendo anexadas por elas, ou SE abrem definitivamente para a guerra econômica sem quartel (PETRELLA, 1996), e se utilizam de estratégias renovadas de reestruturação produtiva e territorial, no intuito de aproveitarem as vantagens da diferenciação espacial. No âmbito da organização espacial da indústria no interior do estado, todos os documentos que embasam as políticas de apoio à instalação industrial

demonstram intencionalidade em romper com o modelo de concentração produtiva nas áreas mais dinâmicas, que, no caso do Ceará, corresponde à Região Metropolitana de Fortaleza e às regiões do Cariri e Norte do estado, esta última representada pela cidade de Sobral e sua área de influência direta. O histórico da produção espacial cearense, entretanto, registra que poucas são as áreas industriais consolidadas, isto é, aquelas verdadeiramente estruturadas pela atividade fabril. Estamos considerando, obviamente, os espaços industriais que resultam da maximização da produção com base em ganhos obtidos por economias de escala, demarcados pela localização de empresas pequenas, médias ou grandes, caracterizadas, notadamente, por linhas de montagem definidas a partir de uma divisão do trabalho. Podemos adotar, com Fischer (2008, p. 53), o termo zona industrial, que pode resultar de uma intervenção do Estado ou da aglomeração de estabelecimentos produtivos em áreas urbanas adensadas, mas não deixa de se constituir como um espaço específico ligado a uma infraestrutura específica, na qual é desenvolvida a atividade da indústria. Essas concentrações de atividades produtivas estão relacionadas à capacidade local de dinamizar a economia e criar novos sistemas espaciais onde a indústria inicialmente pouco contribui para a geração de excedente, todavia logo abandona a sua posição residual e assume o controle dos processos de acumulação, acarretando grandes modificações no espaço e no conteúdo das cidades. No Ceará, entretanto, apesar da proeminência que a indústria ganhou ao longo do século XX, outras atividades exerceram historicamente mais impactos sobre as potencialidades econômicas e políticas. Como a formação do território está vinculada principalmente ao desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária e ao plantio do algodão para o mercado externo, os núcleos urbanos melhores servidos de vias terrestres tinham suas praças comerciais mais desenvolvidas, melhor distribuindo também os bens e serviços para áreas vizinhas (SOUZA, 2005). A expansão desse modelo de organização espacial numa área dominada pelo clima semiárido deu à urbanização cearense uma estrutura marcada pelas desigualdades políticas e de oportunidades, na qual poucos centros urbanos diversificaram seus serviços e ampliaram sua área de influência. Mesmo quando o faziam, SE voltava para o desenvolvimento de atividades comerciais, tornando a indústria menos importante para o condicionamento dos processos econômicos. Assim, a indústria teve menor influência na evolução da organização espacial e na projeção dos centros urbanos no Ceará. De igual maneira, quando se desenvolveu, ela o fez subordinada à expansão urbana e comercial de centros como Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, que reafirmaram sua força econômica ao diversificar atividades produtivas e fortalecer sua infraestrutura fabril. É dentro desse contexto que a dinâmica econômica proporcionada pela nova fase de industrialização subsidiada no Ceará procurou redefinir a organização espacial da indústria no estado. A política de atração de investimentos considerou as margens de concentração industrial metropolitana e ofereceu maiores incentivos e facilidades para os empreendimentos interessados em se instalarem fora da área de influência direta da metrópole. Reiteradas vezes as políticas industriais concederam subsídios mais significativos para uma empreitada dessa natureza, traduzidos em melhor financiamento do ICMS ou em maiores garantias de montagem da infraestrutura da planta industrial, além de benefícios cedidos para as empresas que procurassem exportar o produto fabricado. Seria muito mais vantajoso para o empresariado industrial instalar novos investimentos fora da área de influência da metrópole, principalmente se considerarmos que a maioria das firmas interessadas na relocação produtiva buscava, de fato, ganhos de competitividade associada à isenção tributária e à exploração da força de trabalho, negociando sua produção para os mercados externos. Mesmo assim, se o objetivo era garantir desconcentração industrial a partir das vantagens supracitadas, o mecanismo foi pouco eficiente, como demonstra o Cartograma 1. Apesar de alguma difusão dos investimentos industriais pelo interior, a maior densidade de estabelecimentos subvencionados SE dá nitidamente na Região Metropolitana de Fortaleza, com certa concentração também na região do Cariri e em Sobral. Se usarmos uma metodologia que definam zonas de ocupação e densidade no

território dividindo em quatro partes, como fizeram as políticas de subvenção industrial no estado, SE confirma a organização espacial descrita. Na primeira zona, que corresponde ao anel metropolitano, todos os municípios foram contemplados com pelo menos uma instalação e a capacidade de aglomeração das zonas industriais de Maracanaú, Fortaleza, Horizonte, Pacajus e Caucaia é explícita. A preferência pelo ambiente metropolitano confirma que deslocar unidades produtivas para regiões sem nenhuma tradição industrial tem seus limites e que os fatores de localização da produção ainda respeitam alguns princípios de aglomeração, acessibilidade e interação espacial. Assim, mesmo que a maioria dos empreendimentos subvencionados tenha sido de indústrias tradicionais, a decisão pela centralidade no âmbito do território se faz prevalecer. Numa segunda zona, demarcada por um raio que abrange 300 quilômetros de distância a partir da capital, a densidade de estabelecimentos diminui. Nesse trecho, um bom número de municípios (37) é contemplado com a chegada de empreendimentos. No entanto, são poucas as unidades produtivas ali instaladas, e os municípios que mais concentram investimentos, tais como Aracati e Trairi, desenvolvem, na verdade, atividades ligadas ao criatório de camarão ou à geração de energia elétrica por fontes eólicas, isto é, atraem capitais que não são materializados em fábricas industriais. As condições concretas que permitem a atração de capitais externos nesta zona são materializadas nos municípios de Sobral, Quixeramobim, Santa Quitéria, Canindé, Quixadá e Itapipoca. Eles são contemplados com empresas novas e sentem a realidade econômica local fortemente alterada em função do aporte de recursos. Ao dar mais atenção aos empreendimentos ali instalados, é possível perceber que o gênero de calçados reúne praticamente todas as fábricas montadas. Como a estratégia dos capitais investidos no segmento calçadista SE diferencia da dos demais setores da produção industrial no estado, podemos afirmar que o exemplo citado foge um pouco do padrão espacial assumido pela indústria subvencionada no Ceará. A indústria calçadista age de maneira mais desconcentrada, selecionando lugares que garantam altas margens de lucratividade a partir da exploração da força de trabalho e este comportamento contribui para que esta segunda zona possa ser melhor atendida por novos investimentos industriais. Todavia, a inserção dos municípios citados nos ritmos da indústria moderna é dada pela precarização do emprego e isto legitima o sentido da desigualdade socioeconômica cada vez mais presente no sertão cearense. Esse movimento está longe de atender os interesses de uma política de industrialização distributiva, capaz de proporcionar interiorização do desenvolvimento, mas SE revela eficiente na estratégia de introduzir novas relações de produção e trabalho em áreas distantes, confirmando como certas formas de acumulação na indústria, quando vinculadas aos valores da mundialização competitiva, podem usar o território e o seu arranjo descontínuo como ferramenta para atender novas metas de lucratividade. Finalmente, temos a terceira e a quarta zona de instalação de estabelecimentos, onde praticamente não há alteração nas formas mais antigas de distribuição da indústria. A paisagem da caatinga não é aqui alterada em nome da implantação de fábricas industriais e a monotonia dos espaços agrícolas do sertão só é interrompida com a presença de poucas unidades produtivas nos maiores centros urbanos, notadamente nas cidades de Iguatu, Crateús, Tianguá, Camocim e nos núcleos mais importantes da região do Cariri. Nessas duas últimas zonas, uma ênfase deve ser dada à região do Cariri, principalmente o recorte conhecido como Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha). Ele integra a expansão dos investimentos regionais com a chegada de capitais externos, sobretudo nos gêneros calçadista, meta mecânico, químico e de confecções. Juazeiro do Norte é, sem dúvida, o município que melhor expressa o fenômeno descrito. Além de uma maior quantidade de empresas fabricantes de joias, peças de vestuário, refrigerantes, móveis e produtos de couro, é no seu território que se desenvolve um sistema industrial localizado de calçados, a reunir empresas dos mais diversos tamanhos. Todas estas fábricas ganham a companhia de empresas externas do segmento metal mecânico, como a Singer do Brasil LTDA., ou de fabricantes de produtos químicos e de componentes de calçados, como a Lico Tintas

Industriais LTDA. Juntas, dinamizam uma produção industrial que resulta da diversificação econômica cariense, mas que é ampliada a partir do reforço de empresas atraídas por subsídios fiscais do governo. É possível constatar, nesse sentido, que a nova industrialização cearense acirra as desigualdades espaciais do quadro produtivo. Apesar do vazio industrial em vastas áreas, a concentração de investimento em certas regiões no Ceará é explícita. Essa é uma característica espacial do processo de industrialização, mas quando se manifesta no território cearense, onde as desigualdades socioeconômicas são significativas, a tendência ao acirramento da concentração de renda em regiões economicamente mais estruturadas é evidente. O espaço industrial do estado fica demarcado pelo soerguimento de objetos modernos e por uma eficiência das infraestruturas em centros de maior destaque, mas a negligência para com as áreas menos favorecidas permanece, conservando a pobreza do semiárido e ampliando a transferência de riquezas e de habitantes das regiões mais pobres para as regiões mais ricas. O território, então, sente muito mais profundamente os efeitos de uma política tecnocrática fundamentada nos preceitos de uma economia aberta de mercado. De um lado, se materializam espaços de prosperidade e de avanço econômico, a destacar zonas de centralidade empresarial e urbana; e de outro, malgrado aos avanços sofridos pela economia, SE cria uma significativa pressão migratória responsável por transformações importantes, destacadas, entre outros, pelo aumento da capacidade de os centros urbanos estruturados atraírem e concentrarem uma população de baixa renda.

**** *tex_03_ARAUJO *rce_2 *temat_1

A expansão da industrialização no Nordeste acarretou para o Estado de Pernambuco a oitava posição em números de estabelecimentos e a nona posição em quantidades de vínculos, gerados pela indústria de confecção em todo o país entre o período 2006 e 2016, sendo o segundo no Nordeste, ficando atrás do Estado do Ceará. A região Nordeste possui dois Estados dos nove que possuem 80 POR CENTO dos estabelecimentos da Indústria de confecção. São eles Ceará e Pernambuco, que juntos possuem 5.264 estabelecimentos. Todos os Estados apresentaram um aumento no ano de 2011 em comparação ao ano de 2006, porém com exceção do Estado de Pernambuco, todos os demais Estados apresentaram uma queda em 2016 comparado com o ano de 2011. Ao analisar a mão_de_obra em todo o Brasil em relação à indústria da confecção, se percebe que a região Nordeste possui três estados dos dez que possuem 90 POR CENTO dos vínculos da Indústria de confecção. São eles: Ceará, Pernambuco e Rio_Grande_do_Norte, que juntos representam 9,84 POR CENTO do total. Ao analisarmos a indústria da transformação em 2006 se verifica que a indústria alimentícia ocupava a primeira colocação com 1.649 estabelecimentos, seguido pela indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios que possuía 1.514 estabelecimentos. Entretanto, em 2011, mesmo com o crescimento de ambas as indústrias, a indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios cresceu em proporções maiores, tendo um aumento de 30,58 POR CENTO, ou seja, um aumento de 667 novos estabelecimentos no Estado de Pernambuco, ficando com 2.181 estabelecimentos em 2011. Em 2016 a indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios continuou a crescer de uma forma menos acelerada, porém com aumento de 7,97 POR CENTO o que significa um aumento de 189 novos estabelecimentos, finalizando o ano de 2016 com 2.370 estabelecimentos, ou seja, 24,99 POR CENTO do total de estabelecimentos no Estado, levando a um impacto de forma positiva na economia do Estado. A indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios fica em segundo lugar dentro da indústria da transformação no ano de 2016 com 18.953 vínculos, atrás da indústria alimentícia que possui 68.913 empregos, conforme dados da RAIS. Ao se analisar a evolução do emprego na indústria no Estado, é possível perceber um aumento em 2011 em relação a 2006, porém essa situação é diferente ao compararmos 2016 com 2011, pois a maioria das indústrias apresentaram uma diminuição, o que segundo Paula e Pires (2017) pode ser explicado pela retração na

economia brasileira, advinda de uma forte e prolongada recessão em 2015 e 2016, com uma taxa de crescimento do PIB média negativa em 3,7 POR CENTO. Diante do exposto, se pode constatar que a indústria de confecção fica em segundo lugar quando se trata de vínculos, pois a indústria alimentícia apresenta características diferentes diante da necessidade de uma estrutura e investimento maior que o da indústria de confecção, resultando em menos estabelecimentos, porém, com maior número de emprego para a indústria alimentícia. Como demonstrado no Gráfico 1, onde as quatro principais cidades quando se trata da indústria da confecção os seus estabelecimentos em sua maioria emprega 1 a 4 empregados. Se Observa que a maioria dos estabelecimentos no Estado de Pernambuco se encontram em três microrregiões que abrangem o Agreste Pernambucano e a Região Metropolitana do Recife. Portanto, 80 POR CENTO dos estabelecimentos no estado estão inseridos em oito cidades, sendo quatro localizadas na microrregião do Alto Capibaribe: Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Surubim e Taquaritinga do Norte; uma na microrregião do Vale do Ipojuca, se destacando Caruaru e; três na microrregião do Recife: Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Assim, pela distribuição dos vínculos na indústria de confecção, se percebe que das sete cidades que possuem 80 POR CENTO dos vínculos se localizam na região metropolitana do Recife (Recife e Paulista) e na região do Agreste (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte e Surubiim). Apesar de a Região Metropolitana do Recife ter um desempenho econômico melhor que o Agreste do estado na economia pernambucana, no quesito indústria têxtil/confecção a região apresenta vantagem, igualmente contribuindo de uma forma mais significativa no setor, pois é considerado o segundo maior Polo Industrial de Confecção do Brasil (ROCHA; LUIZ JÚNIOR e VIANA, 2015). Segundo estudo realizado pelo Sebrae (2013), dos dez municípios que fazem parte do Polo do Agreste do Estado, agrupando todas as atividades de confecção, há mais de 100 mil pessoas empregadas, muitas delas de forma formal e a maioria informal. Ao observar o número de empregos formais de todas as indústrias que aglomeram a economia, o resultado é maior que de 200 mil pessoas. No entanto, a informalidade leva a diminuição dos custos, ao mesmo tempo em que impossibilita as empresas a ter acesso a crédito bancários. Sem crédito para investimentos as empresas acabam se tornando vulnerável ao risco e oscilações do mercado, além de limitar sua capacidade de crescimento. Além disso, o Polo de Confecção do Agreste está localizado em um espaço pequeno, que concentra a indústria e acaba atraindo outros setores correlatos, que acabam gerando benefícios como a localização privilegiada, estando interligadas às cidades que facilitam o escoamento dos produtos (Caruaru, Recife, João Pessoa), a produção dos produtos com técnicas de fácil aprendizado, maquinários com custos relativamente baixos e uma mão_de_obra local barata, contribuindo diretamente para o desenvolvimento do polo. Segundo o SEBRAE (2012), desde o surgimento do polo houve incentivo do governo de forma direta, entretanto, a ação do governo de construir estradas possibilitou a ida e a vinda dos caminhões para trazer o retalho de São Paulo e facilitar o transporte e o escoamento dos produtos. No que diz respeito a ações diretas nos últimos anos, a inauguração do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe em 2006 e a duplicação da BR 104 e a PE 160 que estão em andamento, são fatores significantes, por exemplo. O número de estabelecimentos que Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, (principais cidades) possuíam no ano de 2016 correspondia a 1.379, o equivalente a 58,18 POR CENTO de todos os estabelecimentos no respectivo ano. Embora essas três cidades apresentem características geográficas e climáticas semelhantes, se diferenciam tanto no que diz respeito aos fatores demográficos quanto aos econômicos (ROCHA; JÚNIOR E VIANA, 2015). Um dos fatores para essa diferenciação advém do segmento da indústria de confecção que predomina em cada cidade. Santa Cruz do Capibaribe é caracterizada pela segmentação de 21 confecção de artigos de malha, Caruaru se caracteriza na produção de tecidos planos e malhas e a cidade de Toritama na fabricação de jeans. Segundo a RAIS (2006 e 2016), o município de Caruaru está em primeiro lugar tanto em números de estabelecimentos quanto em número de

vínculos. Em 2016 possuía 656 estabelecimentos e empregava 5.177 pessoas, seguido por Santa Cruz do Capibaribe que em 2016 possuía 496 estabelecimentos e 4.104 vínculos e Toritama que ocupava a terceira colocação com 301 estabelecimentos e 1.474 pessoas empregadas. O número de estabelecimentos que essas três cidades do agreste pernambucano possuíam no ano de 2016 correspondia a 1.453, o que equivale a 61,30 POR CENTO de todos os estabelecimentos. Em contrapartida, o número de vínculos era de 10.755, o que equivale a 56,74 POR CENTO de todos os vínculos no Estado. Apesar de Santa Cruz do Capibaribe ser a pioneira entre os três municípios, Caruaru foi a que conseguiu se sobressair, pois tem um diferencial em seus produtos de confecção, os empresários tem o hábito de inovarem mais se comparamos com Santa Cruz do Capibaribe e Toritama e isso faz com que seus produtos sejam mais procurados, além de ter uma boa localização e possuir uma feira popular que contribui para o escoamento da produção, atraindo grandes investimentos e contribuindo para sua representatividade no desenvolvimento econômico do Estado (BARROS, 2009). De acordo com o Gráfico 4, entre os segmentos de peças produzidas pelas as quatro principais cidades estão confecção de roupas íntimas; confecção de roupas íntimas; confecção, sob medida de peças do vestuário, excerto roupas íntimas; confecção de peças do vestuário, excerto roupas íntimas; confecção de roupa profissionais, excerto sob medida; confecção, sob medidas de roupas profissionais; confecção de roupas profissionais; fabricação de acessórios do vestuário, excerto para segurança e proteção; Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharia e tricotagens, excerto meias; sendo destaque confecção de peças do vestuário, excerto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida. Portanto, se percebe que a indústria de confecção desempenha papel importante na economia do Estado de Pernambuco, sendo fundamental na criação de novos empregos no âmbito do Polo de Confeções do Agreste, trazendo melhorias na qualidade de vida da população que vive na região onde a confecção está presente.

**** *tex_04_SANTOS *rce_2 *temat_1

Este artigo discute a localização da estrutura produtiva industrial do estado do Ceará. Parte do pressuposto que a institucionalização da política industrial capitaneada pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) necessitou do apoio de diversas instituições no propósito de induzir a interiorização das indústrias no estado, SE tornando necessárias algumas mudanças institucionais importantes para que a política de financiamento cumprisse esse papel. Para ilustrar a especialização e a concentração espacial de indústrias no Ceará, reflexo de mudanças institucionais erigidas no final da década de 1980, a metodologia contempla uma breve revisão de literatura sobre mudança institucional e política industrial que ajuda a explicar os fenômenos que ocorreram no Estado do Ceará no período da transição para a redemocratização no Brasil. Em seguida, SE estima através de Análise fatorial o Índice de Concentração Normalizado – o ICN, apresentado pela literatura de economia regional como instrumento de identificação atividades econômicas concentradas em determinados espaços. Serão também utilizados mapas para reforçar nosso argumento. A ideia é apontar que a estrutura produtiva industrial do Estado necessita de instituições mais conectadas com as regiões no interior, que capture as especificidades locais no intuito de fomentar a industrialização. Os dados aqui apontados confirmam nossa hipótese de que a institucionalização do FDI não foi suficiente para a performance da interiorização da indústria no Ceará observada nos períodos posteriores a sua criação. é possível observar que a distribuição espacial do número total de indústrias por município se mantém quase que estável ao longo do tempo em todas as regiões. Algumas microrregiões detém o maior número de estabelecimentos industriais com o passar dos anos e permanecem nessa posição como: Fortaleza, Pacajus, Cascavel, Baturité, Litoral de Aracati, Sobral, Iguatu, Sertão de Quixeramobim, Baixo Jaguaribe, Sertão de Crateús, Itapipoca, Uruburetama e Cariri. Ou seja, das 33 microrregiões existentes, apenas 13 possuem mais de 50 indústrias instaladas e isso se repete por quase toda a

série de 25 anos. Como é possível ver na figura, quase não existem diferenças em termos de aumento no número de indústrias interiorizadas, pelo menos não a partir de 1979, que é quando o FDI foi implementado. As modificações na legislação para ampliar o alcance do FDI foram diversas. Cada ano que ele é alterado SE amplia ou SE modifica os incentivos para atração das indústrias no estado. Mesmo tendo sido criado em 1979, somente a partir de 1993 é que a política passou a ter mais expressividade, pois na década de 1980, com a transição do período militar para o democrático, com a crise da década perdida, SE constata alterações em 1995 no que se refere à interiorização das indústrias. A partir desse período já se observa algum crescimento no número de indústrias no interior em relação ao total de indústrias no estado. SE Destaca que a análise efetuada sobre concentração da indústria é realizada com a RAIS, por conter informações mais recentes, que é o propósito deste trabalho. A atualização desses dados para 2019 pode ser vista no mapa a seguir. SE Percebe que, especialmente, as indústrias cearenses estão concentradas nas mesmas regiões desde antes a criação do FDI e que permanecem praticamente inalteradas as configurações em termos de número de empresas no interior. A taxa de industrialização, que é a razão entre o total de indústrias nos municípios pelo total de estabelecimentos existentes, mostra que a maior parte da composição da indústria nos municípios está em torno de 18,5 POR CENTO de participação. Mas neste mapa também é possível identificar grande parte do território do interior cearense com uma taxa de industrialização menor que 10 POR CENTO . Os resultados demonstram que a estrutura industrial do Estado do Ceará ainda está muito concentrada na RMF ou em municípios de regiões vizinhas. Os espaços do interior que apresentam concentração, são espaços que desde sempre se destacaram como polos atrativos de atividades econômicas, independentemente de setor. Apesar de antiga, a política industrial fomentada pelo FDI tem as suas ressalvas. De acordo com a literatura, não é apenas a intenção, mas a governança e participação estatal que vai trazer suporte adequado para o desenvolvimento industrial nas diversas regiões. Diante dos impactos do contexto macroeconômico no território um dos fatores que pode contribuir, em função da argumentação elaborada por Chang, é a estrutura institucional que emerge em cada estado, concatenada com as políticas e articulações municipais. O que se observa é que o desenvolvimento industrial e sua interiorização no estado do Ceará começam a partir da década de 1990, pela implementação da política industrial mais ativa, aliada a uma configuração institucional tanto no plano nacional, quanto estadual. Essa configuração permite deduzir que as políticas estabelecidas no período são as decisões que emergem juntamente a redemocratização, que funcionaram na direção da abertura comercial e da atração de indústrias para o estado do Ceará. 17 É inegável a existência de outras políticas adotadas tanto nacionalmente como a nível estadual que também contribuíram para o caminho da indústria rumo ao interior. No entanto, SE argumenta sobre a necessidade de se avaliar a efetividade da política de financiamento industrial adotada. Neste sentido, as evidências empíricas sugerem que ela teve algum impacto positivo sobre o aumento do número de estabelecimentos industriais, o aumento do número de empregos, bem como sobre a distribuição espacial do número de indústrias, mas sem o aparato institucional, os resultados seriam ainda menos expressivos. SE Deve levar em consideração que empresas observam uma série de fatores para além da política industrial de um estado, quando decidem se instalar em determinada região e esse fator decisório são pontos não observados desta pesquisa, onde esbarramos no limite deste estudo. Os avanços tecnológicos recentes, a governança institucional dos gestores dos entes federativos e a articulação entre instituições públicas e privadas como Universidades e empresas são um dos caminhos onde se pode germinar políticas assertivas de industrialização do interior do estado, identificando produtos capazes de serem produzidos nos lugares mais remotos, que utilizem a mão_de_obra e o intelecto local. Essa migração do setor pode promover em larga escala a criação de externalidades positivas. Políticas de incentivo à industrialização são importantes mecanismos de viabilização de plantas em determinados lugares geograficamente

distantes, no entanto, elas não podem vir desacompanhadas de um aparato institucional forte, capaz de sustentar as transformações erigidas a partir da nova força produtiva como geração de emprego, dinamismo local, atração de atividades econômicas satélites etc. Sem isso, as políticas ficam suscetíveis a serem substituídas por instituições mais antigas e com maior poder de manutenção do status quo, como por exemplo, a manutenção de arranjos políticos locais em detrimento da implantação de indústrias independentes. Dentro desse circuito, as empresas preferirão escolher as economias de escala pré existentes, as políticas de atração de indústrias com algum resultado exitoso e a localização em regiões onde já está estabelecido certa força centrípeta, como é o caso da região do Cariri no sul cearense, Sobral na região Noroeste, Iguatu no Centro sul e Jaguaribe na região do Jaguaribe. A instalação de indústrias no interior do estado pode se dar por diversos motivos, e um deles mais visível no Nordeste é a disputa inter regional pela atração de investimentos em função dos incentivos fiscais. Mas, se a Sudene a priori, deveria atender a todos igualmente, por que as empresas ainda assim tenderam a optar por se concentrar em locais estabelecidos? Aparentemente, o que explica é a famigerada economia dos manuais: as economias de escopo e de escala, em conjunto com a combinação de economias externas vinculadas à aglomeração espacial e de economia de diversificação fortemente vinculadas ao processo de metropolização que são possíveis de serem adquiridas pelas empresas.

**** *tex_05_SILVA *rce_3 *temat_1

Delmiro Gouveia, localizado no alto sertão alagoano, com mais precisamente cerca de 48, 096 mil habitantes, 79,13 habitantes por quilômetros quadrados (km²), a fonte de renda da cidade é de cunho indústria têxtil com seu fechamento em 2016, atualmente é com da agricultura e pecuária, já que existe maior população no espaço rural do que na cidade. Como grande parte da população trabalha de forma autônoma, chega a um percentual de 46,8 POR CENTO de trabalhadores empregados formalmente, assim, já há indícios que com o fechamento da Fábrica da Pedra ocorrendo neste período do ano de 2016, o comércio foi afetado consideravelmente. É interessante destacar alguns aspectos como, no tocante ao clima do município, que é tido como seco. Com temperaturas que variam de acordo com as estações do ano, contudo, a predominância maior é sempre ser muito quente, sendo no inverno, um pouco frio. Como ressaltado ao início deste trabalho, o rio São Francisco é o local turístico da região mais visitado. no que se refere a indústria, ou seja, de 2011 a 2012 havia um grande número no que se referia a atividade econômica, mesmo em tempos de crise, é visto que na época em que a Fábrica da Pedra ainda em funcionamento, esta era o que movimentava o fluxo econômico da cidade. Assim, à medida que o tempo foi correndo, a atividade econômica foi diminuindo, assim, SE pode constatar que se referindo a indústria, a Fábrica da Pedra, após ser abatida pela crise que levou o seu fechamento, SE constata que no período de 2016, esse valor diminuiu, ou seja, a crise se fez presente mais uma vez, porém, de forma mais significativa ao acontecer o fechar das portas da empresa, que consequentemente atingiu todo o comércio delmireense.

**** *tex_06_BEZERRA *rce_1 *temat_1

A primeira, trata do trabalho de mulheres costureiras/proprietárias de pequenas facções de costura realizada em seus domicílios como terceirizadas para facções maiores, fabricos ou empresas situadas no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, mais especificamente no município de Santa Cruz do Capibaribe. A informalidade nas relações de trabalho, baseada nas relações familiares e de confiança, é uma característica marcante desde a origem do Polo até a atualidade. Além disso, as mulheres são as protagonistas no setor de confecções, mas, atualmente, há uma significativa presença dos homens em funções consideradas femininas, como costurar, lavar, passar ferro, situação que se apresenta como uma novidade no contexto estudado. Na segunda realidade, analisamos o protagonismo feminino dentro da

experiência têxtil vivenciada no município de Jardim de Piranhas, localizado no sertão do Seridó, no estado do Rio_Grande_do_Norte. Essa localidade se especializou na produção de redes de dormir, cobertores, toalhas e panos de prato, se tornando a principal atividade econômica e gerando trabalho e renda. A produção tem características familiares com alto nível de informalidade, e trabalho subcontratado e terceirizado. A presença das mulheres sempre foi constante, principalmente na fase de acabamento das peças, atividade subcontratada, considerada de baixo valor social e baixa remuneração. Nas últimas três décadas, ocorreram mudanças significativas envolvendo essa realidade produtiva, os teares manuais gradativamente foram sendo substituídos por máquinas mecanizadas e mais modernas, ao mesmo tempo, os produtos produzidos no 1 As Facções são pequenas unidades produtivas, especializadas em determinadas etapas do processo de trabalho. Em geral, funcionam na sala ou em uma garagem da casa e costumam funcionar como terceirizadas para fabricos ou empresas de maior porte. 2 Segundo Veras de Oliveira (2013, p. 240), Fabrico é uma denominação local para as unidades produtivas familiares, com funcionamento em geral domiciliar, de caráter informal, sendo que gradativamente foram comportando dimensões variadas. Em geral possuem uma estrutura mais organizada, com máquinas mais modernas e alguns fabricos são formais. lugar foram sendo diversificados. Se antes a produção se concentrava nas redes de dormir, na atualidade esse artigo é pouco produzido e os panos de prato ocuparam lugar de destaque no município que se tornou um dos maiores produtores do país (Carneiro; Guedes, 2013). A partir de então, com a ascensão desta mercadoria, as mulheres passaram, de forma mais recorrente, a montar seus próprios teares, provocando deslocamentos nas posições que até então ocupavam dentro desse mundo têxtil. Assim, nossa intenção é problematizar as experiências de mulheres nessas duas realidades produtivas, atentando para a reconfiguração dos seus trabalhos e como isso tem implicado a resignificação das relações familiares e as desigualdades de gênero. De forma genérica, podemos identificar a existência de deslocamentos importantes em relação aos padrões discriminatórios, e, ao mesmo tempo, constatamos uma reedição de antigas relações de desigualdades de gênero. As categorias de patriarcado e da imbricação das relações sociais se apresentaram como fundamentais para a análise. No estudo, adotaremos, como aporte teórico, os pressupostos da sociologia do trabalho e gênero e, de forma especial, a matriz teórica desenvolvida por Heleieth Saffioti, para pensar a atualidade das desigualdades nos espaços de trabalho, bem como, as transformações atuais no mundo do trabalho. Contudo, cabe salientar, ainda que de forma introdutória, os conceitos utilizados nas análises das duas experiências empíricas de trabalho. Nesse sentido, nos fundamentamos na ideia de flexibilidade apresentada por Harvey (2006) como um momento da nova fase do capitalismo contemporâneo. Segundo o autor, a acumulação flexível se caracteriza pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 2006, p. 140). A terceirização se tornou uma das principais estratégias flexíveis utilizadas pelas empresas. No Brasil, é uma prática antiga, mas que foi intensificada e reconfigurada pela reestruturação produtiva e políticas neoliberais adotadas a partir de 1990. se Torna uma ferramenta chave nesta nova configuração do capitalismo, uma vez que, externalizando etapas da produção, as empresas conseguem reduzir os custos com direitos sociais dos trabalhadores/as, ao mesmo tempo em que diminuem o poder de organização coletiva dos mesmos. Nesse sentido, de acordo com Marcelino e Cavalcante (2012), a terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas (Marcelino; Cavalcante, 2012, p. 338). Entretanto, nas regiões estudadas verificamos que as formas flexíveis de assalariamento, como a informalidade, terceirização, subcontratação e trabalho domiciliar, fazem parte das relações de trabalho, desde suas origens até a atualidade. Além disso, se torna importante destacar

o que entendemos por informalidade. Concordando com Lima e Soares, a informalidade engloba situações analiticamente distintas como economia informal, mercado informal, setor informal e trabalho informal (Lima Soares, 2002, p. 3). Contudo, a informalidade nas relações de trabalho possui algumas características definidoras como, por exemplo, a ausência de uma regulação por parte do estado, a ausência de contrato formal de trabalho com registro em carteira e a falta de estabilidade financeira. As experiências aqui evidenciadas sempre foram marcadas pelo trabalho flexível, mas atualmente foram ressignificadas e vem sendo analisadas como modelos de empreendedorismo informal. Observamos, nas duas regiões, que faz parte da cultura local, a vontade de ser patrão de si mesmo, situação que 3 Nas experiências estudadas, a subcontratação ocorre quando uma facção que trabalha como terceirizada sub contrata algumas atividades de costuras para serem executadas no domicílio de uma outra costureira. Essa ocorre de acordo com o aumento das demandas nas confecções de determinadas peças de roupas. garante que não haja desemprego nas regiões, uma vez que é comum a população montar pequenas unidades produtivas para trabalhar de forma autônoma ou como terceirizada. Se Trata de um empreendedorismo baseado nas necessidades de sobrevivência da população local, mas que também apresenta elementos novos, como, por exemplo, a resistência de serem contratados e subordinados a outros padrões, uma vez que manter-se na informalidade garanta rendimentos maiores, assim como um certo status social, ainda que a precariedade seja uma característica marcante, devido à intensificação do trabalho por produtividade. Os principais municípios que o representam são Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, mas atualmente abrange outras cidades da região e também áreas rurais, dentro e fora deste estado. Surgiu a partir das necessidades de sobrevivência da população local que se mantinha por meio de atividades relacionadas à pequena produção agrícola, voltadas para o autoconsumo e para o cultivo do algodão, o qual era denominado de ouro branco. Essas atividades entraram em declínio devido às secas que predominaram na região, bem como pelo alastramento da praga do bicudo, que tornou inviável a produção do algodão. De acordo com Bezerra, a constituição do que conhecemos hoje como Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco remonta a esse período de crise da cultura algodoeira que, associada à estiagem que assolava a região e às constantes perdas das culturas de subsistência (milho, feijão e mandioca), deixou milhares de famílias em situação de miséria, sem alternativas para sobreviver da agricultura e da pecuária (Bezerra, 2018, p. 86). Tal situação levou grande parte da população rural a buscar alternativas econômicas nas áreas urbanas e a desenvolver o comércio e as feiras populares. Conforme relatam os moradores locais, a partir daí teve início a Feira da Sulanca,¹¹ no município de Santa Cruz do Capibaribe. Até o final da década de 1940 e início de 1950, a atividade de confecção envolvia basicamente o trabalho artesanal realizado com retalhos de tecidos adquiridos das sobras da produção das indústrias têxteis de Recife. Assim, as mulheres que já tinham alguma experiência anterior com a costura iniciaram a produção de pequenas peças para vestir a própria família e depois começaram a investir na confecção de colchas de retalhos, que eram comercializadas nas calçadas da cidade. Segundo Milanês, no início, o ofício da costura era exclusivamente feminino. Os homens eram responsáveis pela comercialização dos produtos. No entanto, com o passar do tempo os homens passaram a se inserir neste ramo de atividade, pois, para muitos o mundo da sulanca se estabelecia como uma grande oportunidade de trabalho (Milanês, 2015, p.35). A partir dos anos de 1960, com o sucesso nas vendas, os sulanqueiros começam a buscar tecidos em São Paulo, na região do Brás, ocasião em que foi criado o termo Sulanca. Nos anos de 1980 e 1990, o sucesso da Feira da Sulanca em Santa Cruz já era tão grande que atingia 28 ruas do centro da cidade, sendo composta por 8.000 bancos de madeira fixos, e 2.000 vendedores em lona, que expunham suas mercadorias no chão, além de um número não contabilizado de vendedores ambulantes (Pereira Neto, 2013, p. 165). Segundo Veras de Oliveira (2013), nos anos 2000, a produção de confecções na região passou por importantes transformações e, entre elas, a principal foi a mudança do nome de

Feira da Sulanca para Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco, como uma forma de incluir no padrão mais geral de desenvolvimento da cadeia têxtil e de confecção. Hoje, o Polo do Agreste é o segundo maior do Brasil neste setor, ficando atrás apenas do Polo de São Paulo, e vem sendo analisado como modelo de empreendedorismo informal. Todo esse dinamismo da Feira da Sulanca foi possível graças ao trabalho de mulheres e homens, que foram criando pequenas fábricas e facções dentro do espaço domiciliar e, na maioria das vezes, envolvendo toda a família na produção. Assim, desde o início, o trabalho informal e domiciliar, baseado na amizade e na confiança, são suas características predominantes, que não desapareceram, mas vêm sendo analisadas com uma certa positividade. De acordo com Lima, Corteletti e Araújo (2018, p. 12), a ideologia do empreendedorismo ressignificou a informalidade na produção como trabalho flexível. O que era visto como arcaico e atrasado se tornou sinônimo de modernidade. Segundo Pereira (2019), houve o fortalecimento da motivação para transformar o empreendedorismo por necessidade em empreendedorismo por oportunidade (Sebrae, 2017, apud Pereira, 2019, p. 156). Além disso, a terceirização e a subcontratação também são estratégias de trabalho flexível, utilizadas como forma de diminuir os custos de produção não apenas das unidades produtivas informais, mas também das empresas formais. Essas formas de organização do trabalho se desenvolvem de modo articulado a um padrão de gênero que ora se apresenta na sua forma mais clássica, a partir de uma nítida divisão sexual do trabalho (a costura marcada como trabalho de mulher), ora aponta para possíveis transformações e deslocamentos nesse padrão. Um exemplo é a crescente presença dos homens em várias atividades dentro do Polo, inclusive, nas funções de costura, como identificamos na fala de um de nossos interlocutores: hoje em dia é muito comum você encontrar em qualquer confecção homens costurando, mas na década de 50, 60, lá bem no início, a atividade de costura era uma atividade primeiramente feminina (Secretário, entrevista concedida a Bezerra, 2018). Com o deslocamento da produção de confecções para áreas rurais, temos, assim, uma experiência produtiva cuja constituição e conformação se dá imbricando intrinsecamente gênero e trabalho, opressão e exploração.

**** *tex_07_Souza *rce_2 *temat_1

Pernambuco vem apresentando ao longo do tempo mudanças significativas em sua base econômica. De acordo com Lima e Gatto (2013), estas mudanças estão associadas às oportunidades criadas pela localização e pela existência de um distrito industrial portuário, o complexo Suape, que por sua magnitude é considerado um Polo Econômico Regional. Bem como pelo aproveitamento de subespaços como a fruticultura irrigada no vale do São Francisco, do gesso na região do Araripe e das confecções no Agreste. Apesar das dificuldades e das secas frequentes que atingem a região, o estado de Pernambuco é a segunda maior economia do Nordeste, com o Produto Interno Bruto (PIB) de 167,3 bilhões, em 2016, correspondendo a 2,7 POR CENTO do país. O PIB per capita se situou em 17,7 mil, comparativamente aos 14,3 mil do Nordeste e 30,4 mil do país (IBGE, 2017). O estado de Pernambuco está dividido geograficamente pelo IBGE em cinco mesorregiões, que por sua vez abrangem 19 microrregiões. A distribuição da indústria pernambucana está concentrada em poucos municípios, o que significa dizer que a economia do estado neste segmento é menos dispersa e, sua participação é representada respectivamente por, Recife (53,99 POR CENTO), Caruaru (61,73 POR CENTO), Cabo Santo Agostinho (57,42 POR CENTO), Igarassu (84,82 POR CENTO), Vitória Santo Antão (96,94 POR CENTO), Rio Formoso (18,00 POR CENTO), Lagoa do Itaenga (25,37), Santa Cruz do Capibaribe (52,21), Petrolina (92,74). região. Dos treze ramos da indústria de transformação, o setor de maior importância em 2007 foi a indústria de alimentos e bebidas, exceto para as regiões do Vale do Ipojuca e o Alto Capibaribe, cujo o destaque, foi a indústria têxtil. Além destes, merecem atenção, a indústria de calçados (região do Recife) e a indústria química na região da (Mata S. Pernambucana).a

indústria de alimentos e bebidas continua se destacando como o setor de maior importância, porém outros setores chamam a atenção, a indústria de material de transporte, como já citado acima, vem se destacando nos municípios de Goiana (região da Mata Setentrional pernambucana) e Ipojuca (região de Suape). Em alguns municípios o número de empregos se concentram em apenas um ou dois setores da indústria e isso é um número suficiente para se destacar entre todos os municípios. Na estrutura das regiões de menor relevância para a indústria pernambucana, além da presença dos principais setores (alimentos e bebidas, têxtil e transporte), se destaca 33 atividades ligadas às outras indústrias de importância para o estado, como a de produtos minerais não metálicos, metalúrgico e de produtos químicos. As informações destes primeiros resultados já mostram, mesmo que de maneira sutil, o perfil da estrutura e a distribuição industrial de Pernambuco, elas apontam para uma atividade voltada em especial para a produção de bens de consumo não duráveis, como alimentos e bebidas, têxtil e em menor escala os bens intermediários, sendo produtos vindos da indústria química, da indústria de minerais não metálicos e da indústria metalúrgica. Como visto, a indústria pernambucana se caracteriza pelo predomínio das atividades ligadas aos setores de alimentos e bebidas, têxtil e de calçados, juntos representam respectivamente 65,16 POR CENTO e 53,61 POR CENTO entre 2007 e 2017 de toda estrutura industrial de Pernambuco. Outras atividades também se destacaram, como a indústria de borracha, fumo e couros, indústria mecânica, extrativa mineral, de transporte, de minerais não metálicos, metalúrgica e produtos químicos. Isto indica que a estrutura destas microrregiões é semelhante à estrutura estadual do emprego, provavelmente porque elas têm uma participação expressiva em quase todos os setores de destaque na indústria pernambucana. Se pode dizer que essas regiões são bastante diversificadas em relação às demais regiões e isto explica o coeficiente mais próximo a zero. Desse modo, a estrutura dessas microrregiões se assemelha a do estado de Pernambuco. Em primeiro lugar, se constatou que, a estrutura industrial pernambucana se mostrou concentrada na produção de bens de consumo não duráveis, logo depois em bens intermediários. Os setores que se destacaram foram os de alimentos e bebidas, indústria têxtil e a Indústria Química em 2007. Em 2017 houve um declínio da indústria de alimentos e bebidas no entanto, permaneceu concentrada. O emprego na indústria de transporte cresceu 7,34 POR CENTO entre os anos analisados, provavelmente impulsionado pelas montadoras de automóveis. Predomina na indústria pernambucana em termos regionais, as microrregiões do Recife, Mata Meridional e Mata Setentrional, Vale do Ipojuca e Suape. Quanto aos indicadores, o Quociente Locacional exibiu as regiões parcialmente mais diversificadas, como Recife e Itamaracá, e mais especializada como a Mata meridional. O Coeficiente de Especialização mostrou que existe uma semelhança entre as regiões analisadas com a estrutura estadual. Se destacando como as áreas parcialmente mais especializadas Alto Capibaribe e a Mata Meridional, de outro modo Recife e Itamaracá apresentaram CE próximo a 0 indicando que estas microrregiões são bastante diversificadas e menos especializadas. Os resultados do Coeficiente Locacional identificou para as atividades industriais semelhanças com os resultados do Coeficiente de Especialização, os setores apresentam uma sucinta dispersão, ou seja, são homogeneamente distribuídos no espaço pernambucano seguindo o padrão da indústria geral. Como descrito, os setores Calçadista, de transporte e têxtil entre os anos analisados se destacam por apresentarem relativamente um padrão distinto da região que mais se destacou na pesquisa, Recife. Sendo assim, a análise não mostrou que existem estados maiores especializações ou diferenças em sua estrutura produtiva. Se entende que, quanto mais dinâmica for a região maior será o interesse em instalar novos empreendimentos, assim sendo, cabe aos governos estaduais e municipais fomentar atrativos que despertem o desenvolvimento das regiões. Em Pernambuco, uma maneira de dinamizar as regiões menos favorecidas seria estimular atividades já existentes no local e incentivar para que estas atividades se expandam e gerem interesse para novos

empreendimentos. Segundo Paiva, Cavalcante e Albuquerque (2009), em primeiro momento, dinamizar as economias locais, mesmo com atividades que não possuam ligações diretas com o local seria uma solução adequada para o desenvolvimento das regiões.

**** *tex_08_Souza *rce_2 *temat_1

O aumento da participação da indústria sergipana entre 2000 e 2010 no VAB total do Brasil e Nordeste demonstra o período de maior concentração dos investimentos para atração e alocação de novas indústrias em médios e pequenos municípios de Sergipe (período de forte atuação do PSDI e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, CODISE, a partir de financiamento do BNDES). A industrialização sergipana se reforça com esses novos empreendimentos em médias e pequenas cidades, porém o PSDI é fragilizado pela guerra fiscal entre estados e municípios, convergindo para uma estrutura sujeita a realocação da base produtiva. Os dados apresentam um cenário negativo para indústria sergipana frente ao VAB do Brasil e do Nordeste no período 2010 e 2015. Autores como Cunha et al (2013), Torres e Cavalieri (2015) e Sampaio (2017) justificam esta queda em decorrência de equívocos na política setorial e cambial entre os anos de 2008 e 2012 e dos impactos da crise econômica de 2014. Rowthorn e Ramaswamy (1998) e Tregenna (2009) consideram que a desindustrialização é explicada principalmente por fatores que são internos às economias avançadas, se revelando como resultado das interações entre padrões de substituição setorial entre manufaturas e serviços. Palma (2005) norteou os estudos sobre desindustrialização a partir do encolhimento do setor industrial (em termos de emprego) relativo aos demais setores da economia no contexto de um processo de mudança estrutural ocasionado por forças endógenas (um movimento da importância setorial da indústria para setor de serviços nas economias avançadas) e por forças exógenas (mudanças na política econômica em países de renda média e em países com amplo estoque de recursos naturais). Na literatura brasileira sobre o tema desindustrialização, se destacam os estudos de Oreiro e Feijó (2010), Bresser Pereira e Marconi (2008) e Nassif (2008). Para esses autores, a discussão teórico conceitual a respeito do termo desindustrialização se relaciona aos conceitos de reprimarização da pauta das exportações e os sintomas da doença holandesa (retratada na apreciação da taxa real de câmbio, resultando na valorização dos preços de commodities e dos recursos naturais). No município de Laranjeiras, há intensa concentração das atividades ligadas ao segmento de Capital Intensivo e de Recursos Naturais Intensivos. Para o segmento de Capital Intensivo, se destacam os ramos industriais de Fabricação de Atribos, álcool e cimento. Em especial, quanto ao segmento de Recursos Naturais Intensivos, devido à ampla produção de cana de açúcar nas microrregiões de Cotinguiba, Agreste de Itabaiana e Baixo Cotinguiba, há intenso incremento do ramo de Fabricação de açúcar bruto. No município de Riachuelo há maior atuação das atividades industriais coligadas ao segmento de capital intensivo, a exemplo do setor de Fabricação de Tecidos de Malha com atuação no setor de varejo e atacado de produtos têxteis. Para o município de Maruim, se percebe a atuação do segmento de Fabricação de cal e gesso com forte ligação com o segmento de capital intensivo e com linkages de mercado com a Região Metropolitana de Aracaju, abastecendo o setor de Construção Civil e de venda de materiais de construção. Para verificar o quadro industrial do município de São Cristóvão, se aponta vasta operação das indústrias de Fabricação de Bebidas (segmento de recursos naturais intensivos) e empreendimentos locais destinados à Fabricação de Móveis sobre medida e Fabricação de Tecidos de Malha (segmentos de trabalho intensivo). No município de Estância, há concentração do segmento de recursos naturais intensivos, se encontrando registros na atuação dos setores de Fabricação de Bebidas com atuação da Companhia de Bebidas das América (AMBEV) e a Tropicfruit Nordeste S/A (Indústria de sucos). Como polo dinâmico e tradicional da composição industrial têxtil de Estância, se encontra a Fabricação de Tecidos de malha pelas empresas Tecidos Constância Vieira e a Companhia Indústria

Têxtil (CIT). As vantagens competitivas e especializadas denotadas nas indústrias em municípios da mesorregião Leste Sergipano (Riachuelo, Maruim, Laranjeiras, São Cristóvão e Estância) constroem marcos para entendimento quanto ao processo de concentração espacial de segmentos mais dinâmicos do setor, desvendando aspectos fundamentais, como redução dos custos de transporte e contato com grandes mercados consumidores como a Região Metropolitana de Aracaju e áreas agrícolas do estado. Esta centralidade geográfica talvez não seria possível sem a intensidade de participação dos linkages com centros consumidores locais e com centros de pesquisa, como a Universidade Federal de Sergipe. Vale destacar que os municípios sobreditos são favorecidos pelo encurtamento com as cadeias produtivas do setor de construção civil e de comercialização de materiais de construção na Grande Aracaju. Nesse contexto, se deve verificar uma redução dos gastos com transporte pela proximidade, através das vias de acesso (rodovias estaduais do Agreste e Sertão Sergipanos e pela BR 101), com os polos difusores como o porto de Sergipe, ligando estas indústrias ao perímetro urbano da Região Metropolitana de Aracaju, se permitindo destacar o alcance com os mercados consumidores. As externalidades advindas do processo de concentração geográfica de segmentos dinâmicos da indústria, de setores ligados aos segmentos de capital intensivo, de trabalho intensivo e de recursos naturais nos municípios sergipanos de Laranjeiras, Riachuelo, Maruim, São Cristóvão e Estância, convergem para o aparecimento de linkages essenciais para promoção de spillovers de conhecimento e ao aperfeiçoamento de técnicas de produção como especifica Marshall (1982), Arrow (1962), Loopty e Szapiro (2002), Possas (1999) e Glaeser et al. (1992), com forte elo entre empresas e centros de pesquisa nas universidades como base para a criação de um banco de suprimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Aliado aos linkages com centros de pesquisa se coloca em evidência o papel de instituições governamentais promotoras do desenvolvimento industrial como a CODISE (significado). Para Marshall (1982), a concentração de indústrias destaca aspectos importantes das externalidades positivas, norteadas a existência de instituições públicas capazes de prover o desenvolvimento de indústrias com vantagens competitivas e especializadas através do incremento das estruturas de conhecimentos específicos para cada setor industrial.

**** *tex_09_SANTOS *rce_3 *temat_1

Com esses números, a produção e a comercialização de confecções se tornaram conhecidas não só em Pernambuco, mas em todo território nacional e na América do Sul. Desta forma, é possível perceber que diante de tantas adversidades e dificuldades encontradas, se fez da dificuldade a oportunidade, para obtenção de renda e sustento familiar, possibilitando o crescimento financeiro da região. Contudo, o estudo de caracterização econômica do Sebrae (2013), além dos números que mostram a expansão das atividades confeccionistas, mostra a realidade das unidades produtivas, em que das 14.517 unidades produtivas nas cidades núcleo, 11.562 são informais, correspondendo a 80 POR CENTO da produção total de confecções, (SEBRAE 2013). Estas unidades produtivas informais são, em sua maioria, de micro e pequeno porte, evidenciando um processo empreendedor na região. A partir dos dados que mostram o predomínio da informalidade na produção de confecções, se deve levar em consideração que os produtores informais, geralmente, enfrentam dificuldades e desafios que nem sempre são levados em consideração pelo poder público e pela sociedade. Além disso, é preciso avaliar sua dinâmica de atuação, já que é uma forma majoritária de produção, considerando que investem seus recursos numa atividade e procuram estabelecer elementos que a organizem. Portanto, é necessário compreender as ações, dilemas e estratégias da produção informal, para que os produtores não sejam vistos apenas como pessoas que conseguiram obter renda com uma atividade informal, mas como produtores que alimentam uma dinâmica local e específica. É preciso registrar seus esforços de empreendimento através da dinâmica dos processos produtivos e das respectivas condições de trabalho, considerando que atuam como

motor da economia local e como formadores de parte da cultura empreendedora local.

**** *tex_10_Figueiredo *rce_3 *temat_1

Associado à abundância dessa matéria prima, neste caso o algodão, se percebe que ele foi muito bem desenvolvido no local, trazendo a abertura de oportunidades para que diversos incentivos chegassem à cidade e estruturassem aos poucos a industrialização, que atualmente é de total importância, assim como diz Lins (2011), a atuação da indústria têxtil, um fator influenciador no desenvolvimento da cidade, uma vez que a renda de boa parte da população era oriunda da geração de empregos ofertados por essa área produtiva. Serra Negra do Norte, hoje, é famosa por sua extensa produção de bonés. Após essa fase, durante o processo de reestruturação sócio espacial, a indústria boneleira foi a primeira a se instalar na região, seguida por facções de artigos de vestuário em pequena escala e artigos de cama, mesa e banho. Para a instauração do segmento têxtil, algumas estruturas já existentes foram aproveitadas, como os locais de beneficiamento e armazenamento da produção de algodão, resultando no fortalecimento da economia regional (ARAÚJO, 2017). Nas décadas seguintes, após a cotonicultura, algumas ações ganharam destaque no estado, entre elas a produção de bonés, facções de costura e bordados. Estando presentes principalmente nas cidades de Serra Negra do Norte, São José do Seridó e Caicó, constituindo um centro comercial do polo seridoense, que sofre um processo de descentralização nos dias atuais, mas que continua como um dos principais precursores da economia, a exemplo disso, as atividades têxteis passaram a gerar emprego e renda também nos municípios de Acari, Cruzeta e Jardim do Seridó. (ARAÚJO, 2017) Em síntese, antes da implementação das indústrias têxteis na cidade de Serra Negra do Norte, a economia era voltada para a prática de atividades rurais e empregos públicos e possuía altos índices de População Economicamente Inativa (PEI). Todavia, com a implementação dessas indústrias, um grande número de cargos surgiu, modificando assim o movimento de capital na região, visto que houve a disponibilização de novos empregos e maiores rendas para a população local e para aqueles advindos das cidades vizinhas. Além disso, essa indústria também foi responsável por gerar novos fluxos na área, promovidos pelo transporte de tecidos, aviamentos, e acessórios entre as empresas e os seus fornecedores, estes que utilizam vans como principal meio de transporte (ARAÚJO, 2017). Nos dias atuais, o território de Serra Negra do Norte conta, principalmente, com bonelarias e facções. Essas que, além de geradoras de renda, promovem diversas relações com outros municípios produtores. Sendo assim, na referida cidade, essa nova fase teve início em 1994 quando se instalou a primeira empresa de bonés na cidade, a Bonelaria Almeida, a qual se localizava na parte urbana central e contava com o auxílio de 92 empregados (LINS, 2011). Analisando o local de moradia dos entrevistados, a maioria é residente na cidade Serra Negra do Norte (94,6 POR CENTO). O restante da porcentagem representa pessoas que já moraram na cidade, mas que hoje residem em outro local (São Bento, Natal e João Pessoa). Devido ao fato de terem crescido e se desenvolvido na localidade, além de possuírem parentes e amigos que também vivem lá, esses indivíduos obtêm certo conhecimento sobre Serra Negra do Norte, e por isso suas respostas também foram consideradas. Após a contextualização feita acima, se denota a existência em minoria de respostas que se refiram à zona rural da cidade, existindo apenas uma (Sítio Barra da Carnaúba Biscoito), assim, a amostra não teve representatividade rural demonstrativa na pesquisa. 35 Em relação ao desenvolvimento das atividades econômicas na cidade, que se encontra na pergunta 5, se observa que a indústria do vestuário se destaca com a maior porcentagem do total. Logo em seguida, como segundo grande contribuinte, está o serviço público e, posteriormente, a agropecuária. Mas, ao comparar os dados obtidos na pesquisa bibliográfica, é possível notar uma oposição em relação às informações adquiridas, visto que a atividade de maior relevância, segundo a pesquisa, é a agropecuária, que vem seguida da indústria do vestuário e por fim os serviços públicos. Outrossim, a alternativa outras também obteve destaque, com respostas a respeito da indústria do boné, comprovando as

informações apresentadas no decorrer da pesquisa e, que discorreram sobre a grande relevância desse segmento para a região. Nesse contexto, a grande relevância acerca do boné, comprova que esse acessório do vestuário é bastante desenvolvido na cidade, possivelmente por estar diretamente ligado às necessidades promovidas em função do clima regional do Nordeste, que é quente e seco. Em relação a influência da atividade têxtil sobre a população, se denota que este segmento é o responsável por gerar uma grande parte da renda da população, sendo de forma indireta, alcançando mais da metade dos entrevistados (54,3 POR CENTO) ou de forma direta, com sua parcela de 15,3 POR CENTO; apesar de 30,4 POR CENTO dos indivíduos responderem à pesquisa afirmando não serem beneficiados pela indústria têxtil. Ainda, é possível fazer uma relação com os entrevistados que se encontram na faixa etária entre 10 e 25 anos, ou seja, ainda estão na fase escolar ou acadêmica e não possuem carreira de trabalho. No que se refere à existência de incentivos para implantação das atividades têxteis na cidade, segundo informações fornecidas pela própria amostra da população, foi conclusivo que a maior parte dela – 78,8 POR CENTO – não possui ciência sobre a inserção dessas implementações. Dessa maneira, é possível considerar como sendo um ponto negativo, pois a presença desse apoio seria oportuna para o progresso da área. Sendo assim, há grandes possibilidades de não haver fomento por parte do poder público local, apesar de que era esperado que a maioria tivesse o discernimento da importância do programa Pró Sertão para a interiorização das indústrias têxteis e do vestuário. Esse que é demasiadamente conhecido pelo corpo social, principalmente em locais interioranos. Por outro lado, 27,2 POR CENTO da amostra diz conhecer alguma forma de incentivo para essas implantações, podendo inferir que esses indivíduos estão, de alguma forma, envolvidos em assuntos a respeito dessas implantações. 36 Paralelo ao item anterior, os resultados apontam, de maneira abundante, um potencial de ampliação para o setor têxtil na cidade. Assim, se percebe que, apesar de já existirem muitas empresas nesse ramo, Serra Negra do Norte é um polo industrial ainda propício à expansão. Partindo disso, se sabe que um dos principais fatores para a instalação de empreendimento é a presença de mão_de_obra disponível e, aspecto esse que foi constatado em abundância na cidade. Ainda correlacionando com o tópico 3, no geral, é possível perceber que há uma grande ausência de estímulos para a chegada de novos negócios, o que retarda o processo de evolução da esfera têxtil no referido território. Na referida questão, a qual trata sobre a presença de ofertas de emprego, é retratada pela própria população uma grande quantidade de oportunidades. Ou seja, apesar de não haver grandes incentivos e de já ser um polo do setor têxtil, ainda há vagas de emprego, o que implica na conclusão de que ainda há possibilidade de crescimento neste campo, mesmo que de forma lenta. Como já citado anteriormente no decorrer do trabalho, a indústria têxtil é responsável por empregar grande parcela da população local, promovendo, assim, uma movimentação do capital na região. A questão 11 mostra uma maioria de pessoas que já consumiram algum artigo de vestuário das empresas locais. Isso se dá pelo fato de que, como as lojas se situam dentro da cidade, é de uma maior facilidade e probabilidade os moradores da cidade consumirem artigos que já estão próximos deles. Já outra parte da população (34,8 POR CENTO) respondeu que nunca consumiram algum artigo de vestuário das empresas locais. Apesar de ser a minoria, não é uma porcentagem pequena. Esse resultado se dá pelo fato de que muitas pessoas preferem fazer suas compras de outras maneiras. Por exemplo: em outras cidades ou pela internet. Em relação à possibilidade de exercer sua carga de trabalho como contribuinte nas fábricas de vestuário/têxtil (pergunta feita na questão 12), se obteve SIM como a maioria das respostas, enquanto outra grande parte respondeu que TALVEZ considerasse como uma oportunidade, e somente (10,9 POR CENTO) das amostras negou que (aceitaria) ou buscaria tal área, porcentagem essa tida como a minoria. Assim, é possível que a maioria das pessoas considere como uma oportunidade de trabalho por causa da quantidade de vagas de emprego existentes no setor têxtil dessa cidade.

Se avaliarmos a expansão de produtos industrializados na pauta de exportação do Ceará, também perceberemos acréscimo da atividade industrial em um dos mais importantes componentes de dinamização das atividades econômicas do estado: a relação comercial com o mercado internacional. Entre 1996 e 2010, o valor da exportação cearense de produtos industrializados subiu de cerca de 175 milhões para cerca de 850 milhões, caracterizando um aumento de mais de 385,5 POR CENTO. É preciso destacar que essa expansão foi gradual até o fim dos anos 90, quando o maior aumento anual não ultrapassou os 55 POR CENTO. No entanto, no momento em que as empresas atraídas pelos incentivos do governo do estado se firmaram e ampliaram a sua produtividade, o valor dos produtos industrializados exportados deu saltos significativos, dobrando em apenas quatro anos e quase triplicando em apenas seis anos. No ano de 2008, o valor das exportações assumiu um resultado considerável, alcançando mais de 900 milhões FOB de arrecadação. Esse valor foi quase 450 POR CENTO maior que o valor inicial do período que se inicia em 1996, ano em que a política econômica cearense consolidava essa programática de industrialização subvencionada. Em termos gerais, uma síntese das inúmeras variáveis relevantes para a dinamização industrial do Ceará apresenta desempenho considerável dessa atividade sobre a economia nesses últimos anos. A indústria representa 23,60 POR CENTO do Valor Adicionado Bruto a preços básicos em 2008, emprega 19,98 POR CENTO do estoque de empregos formais em 2009 e possui 12,83 POR CENTO de todos os estabelecimentos do estado, também em 2009. O setor é responsável pelo consumo de 25,38 POR CENTO da energia elétrica e de 50,63 POR CENTO das fontes de arrecadação do ICMS em 2009, além de representar 66,90 POR CENTO das exportações no ano de 2010. São dados sintéticos que ajudam na leitura do crescimento industrial pelo qual passou o Ceará nos últimos trinta anos, pois antes da emergência de um projeto bem definido de dinamização para o setor, a acumulação industrial não se fazia tão representativa, se posicionando bem atrás da agricultura, do comércio e dos serviços na geração do excedente econômico. Entretanto, o processo vai se dar de maneira espacialmente seletiva pelo território cearense, onde algumas áreas de maior destaque econômico, como a Região Metropolitana de Fortaleza e certos municípios do interior, a exemplo de Sobral, Crato e Juazeiro do Norte, vão penetrar na nova lógica, se distinguindo exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas industriais uma lucratividade maior, garantindo uma margem mais ampliada de acumulação ao capital ali instalado. São as áreas que se adaptam mais progressiva e eficientemente aos interesses das firmas hegemônicas, se transformando em centros de expansão da produção industrial e da geração de empregos formais (mapa 1). Com base no relevante desempenho dessas áreas para o recente processo de industrialização consubstanciado no Ceará, destacamos essas parcelas do espaço para uma análise mais apurada, sobretudo por se apresentarem cada vez mais dotadas de condições viáveis para a produção industrial, sendo controladas por poderosos agentes empreendedores interessados em tirar proveito das muitas possibilidades abertas pela reestruturação territorial e produtiva. Entre as áreas que apresentam crescimento da atividade industrial no Ceará, algumas aparecem imediatamente com destaque, revelando intenso dinamismo a partir de novos investimentos materializados pela instalação de indústrias de gêneros tradicionais, geralmente empresas de calçados, têxteis, embalagens e de alimentos, que implicam importante alteração nos ritmos da economia urbana de alguns municípios cearenses. A transformação vai inserir algumas regiões no circuito da produção industrial moderna, no qual a montagem de uma estrutura de equipamentos que garantam a fluidez da distribuição e consumo capitalista aponta para a mudança da infraestrutura estadual, cada vez mais interessada em consolidar o desenvolvimento da produção competitiva, voltada para o mercado nacional e internacional. Os elementos que consolidam a reestruturação produtiva e territorial no Ceará estão diretamente ligados à política econômica

implementada pelo governo do estado, que, primando pela atração de investimentos e montando as bases para a produção e circulação industrial, tem como principal objetivo criar mecanismos para que as empresas instaladas possam competir no mercado mundializado. Enfatizamos o papel assumido por alguns municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), assim como o relevante desempenho de algumas cidades de porte médio, localizadas no Norte (Sobral) e no Sul (Crato e Juazeiro do Norte), que experimentam forte grau de transformação econômica e socioespacial determinando mudanças substanciais reveladas pela maior intensidade dos movimentos, pela expansão dos estabelecimentos modernos, aumento do consumo, difusão dos serviços, acirramento do trabalho assalariado, intensificação das trocas e por todas as demais transformações que, em última instância, acarretam profundos impactos na vida social. O resultado da configuração desenhada no território pela nova lógica da organização produtiva é a reprodução de um modelo concentrador das atividades industriais nas áreas mais favorecidas do Ceará. Tomemos como referência a figura 1, que sintetiza a dinâmica da indústria cearense a partir de quatro variáveis relevantes, isto é, a quantidade de estabelecimentos industriais atraída de outros estados pelo mais importante programa de incentivo à industrialização (o Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI); o consumo de energia elétrica industrial; a arrecadação do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI); e o estoque de empregos formais na indústria de transformação para o ano de 2009. A figura 1 registra que a estrutura espacial resultante das recentes transformações continua concentrando o processo industrial no território. Primeiramente, confirma que o fenômeno de maximização dos efeitos de indução em favor da metrópole prevalece. Observamos que as centralidades apontadas pelas variáveis em foco continuam a favorecer o recorte da RMF sobre as demais regiões do Ceará. A centralidade já era expressiva e com o maior crescimento industrial, os novos ritmos da industrialização só ressaltam a notoriedade metropolitana como locus de densidade técnica e operacional para a materialização dos investimentos. Os centros regionais não metropolitanos, numa proporção menor do que em Fortaleza, também registram concentração em relação às demais áreas. Mesmo que o movimento seja mais reduzido, os ritmos industriais em Sobral e no Cariri são significativos, se salientando que, fora do ambiente metropolitano, a dinamização industrial escolhe as áreas polarizadoras de segunda ordem para desenvolver a sua produção. Isto foi observado em todas as variáveis presentes na figura 1, mas os níveis de concentração são muito mais expressivos na arrecadação do IPI e no estoque de empregos formais da indústria de transformação. Eles revelam que as duas regiões citadas participam com indicadores abaixo do desempenho metropolitano, mas estão distantes do padrão predominante nos demais municípios do estado. No que tange ao consumo de energia elétrica industrial, municípios como Sobral, Juazeiro do Norte e Crato mostram um comportamento parecido com aquele presente na metrópole e em sua área de entorno. se Destacam, nesta última variável, Juazeiro do Norte e Sobral. Ao assumir posições que superam as de todos os municípios do interior, eles confirmam que são os centros regionais de maior expressão industrial no Ceará. Analisando com mais detalhes as manchas de expansão industrial em cada um dos subespaços mencionados, as seguintes constatações podem ser apresentadas. Em Sobral, importante centro polarizador da região norte do estado, se destaca a indústria de calçados, cuja empresa de maior expressão é a gaúcha Grendene S. A., que detém sozinha, 73,3 POR CENTO da produção cearense, sustentando a posição de maior empresa calçadista instalada no Nordeste brasileiro, com um volume produzido de mais de 95 milhões de pares por ano. Em razão do grande porte e de sua ação intensa sobre a economia do município, a Grendene estabelece fortes laços com o mercado consumidor internacional, sendo responsável por 11,77 POR CENTO das exportações cearenses de calçados, aparecendo no ranking estadual com um valor de exportação acima de 50 milhões. No que tange ao número de empregos gerados, até 1990, Sobral não apresentava relevância na geração de empregos formais do estado, uma situação que se alterou

significativamente nas últimas décadas, quando superou todos os demais municípios no quesito estoque de empregos formais abertos no âmbito da produção de calçados de borracha (ALMEIDA, 2009). O fato é que todos estes empregos estão concentrados praticamente na grande unidade produtora da Grendene, um complexo produtivo que reúne sete galpões numa área de 166.128 metros quadrados, localizado no perímetro urbano do distrito sede. Somente esta planta concentra 23 mil empregos formais, o suficiente para proporcionar um dinamismo econômico sem precedentes ao município de Sobral. Se trata de uma ação pontual, mas completamente redefinidora do dinamismo econômico e urbano, pois os empregos gerados e os serviços indiretamente criados pela atividade produtiva alteram a velocidade dos ritmos numa cidade de porte médio como Sobral, reiterando o seu papel de centro polarizador da Região Norte e ampliando o raio de abrangência de suas funções econômicas e culturais para além das fronteiras do Ceará, atingindo cidades do Piauí e do Maranhão. Finalmente, a região do Cariri, ao sul do Ceará, é uma das mais importantes, no que tange ao dinamismo econômico apresentado pelo estado nas últimas décadas. Os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha compõem o núcleo central para o qual converge a maior parte das riquezas produzidas e consumidas na região. Formam um aglomerado conhecido como Crajubar, que no âmbito industrial, apesar de concentrar um número expressivo de estabelecimentos voltados para a produção de artigos de confecção, de cimento e de alumínio, se impõe decisivamente pela predominância das fábricas de calçados. A região reúne cerca de 300 micro, pequenas e médias empresas calçadistas tradicionais de capital local e, desde a década de 1990, recebeu também uma fábrica de grande porte do grupo calçadista Grendene (BESERRA, 2007; DANTAS, 2003; AMARAL FILHO; SOUZA, 2003). Tal contexto é responsável por formar um importante sistema industrial localizado, líder em vários segmentos da produção nacional e responsável por gerar, em 2009, mais de 8 mil empregos formais, não sendo pequena também a quantidade de empregos informais criados em menores estabelecimentos não registrados. Ademais, a centralidade comercial e de serviços exercida por Crato e Juazeiro do Norte não pode ser negligenciada, uma vez que o dinamismo do consumo regional, que polariza também muitos municípios da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí, exerceu influência para uma maior produção e aperfeiçoamento dos produtores. Em Juazeiro do Norte, deve ser considerada também a mobilidade deromeiros atraídos pela fé no padre Cícero, que transformou a cidade em um dos maiores centros de manifestação religiosa do Nordeste, acelerando os ritmos do consumo e atingindo os segmentos produtivos locais. Na análise dessas manchas de expansão econômica e produtiva, também consideramos as evidências de que a incorporação da dinâmica industrial implica em transformações econômicas e sociais que suplantam as contiguidades espaciais, criando uma rede de fluxos responsáveis por novas noções de deslocamento, aproximação e funcionalidade entre as regiões em destaque. A partir da chegada, consolidação e expansão dos investimentos industriais também é possível perceber a ação mais intensa, nas áreas selecionadas, da lógica organizacional integradora dos setores da economia urbana. Assim, com a maior fluidez proporcionada pelos novos equipamentos, se dinamizam os sistemas de transporte e comunicação, se intensificando as trocas e ampliando o comércio e os serviços, responsáveis por um quadro de redefinição da organização espacial. Se trata da ação de investimentos capitalistas de padrão moderno, que, destinados a reproduzir a base técnica e a força de trabalho de seus agentes, remetem a economia urbana a um novo movimento, multiplicando o capital por meio de uma mais valia que aumenta à medida que se amplia o consumo das mercadorias. O processo aponta para a relevância dada a certas parcelas do espaço compatíveis com os fundamentos da expansão capitalista, que implementa a reestruturação territorial e produtiva na indústria, mas, em contrapartida, só o faz acirrando a divisão territorial do trabalho, responsável pelo agravamento no quadro de desigualdades urbanas e regionais. Os centros regionais não metropolitanos, numa proporção menor do que em Fortaleza, também registram concentração em relação às demais áreas. Mesmo que o movimento seja reduzido, os ritmos industriais

em Sobral e na região do Cariri são significativos, confirmando que, fora do ambiente metropolitano, a dinamização industrial escolhe as áreas polarizadoras de segunda ordem para desenvolver a sua produção. Disso, se depreende que as duas regiões citadas participam com indicadores abaixo do desempenho metropolitano na concentração dos ritmos industriais, mas, em contrapartida, estão distantes do padrão predominante nos demais municípios do estado.

**** *tex_12_SPOSITO *rce_2 *temat_1

A base de exportações do Rio_Grande_do_Norte se constitui como indicadora da dinâmica do movimento industrial do estado. Nesse contexto, se destacam alguns ramos das indústrias de transformação, conforme panorama do movimento cronológico da indústria no estado. A seguir, descreveremos, com os valores e os destinos da exportação, os principais produtos da indústria de transformação do Rio_Grande_do_Norte para demonstrar como a industrialização no estado é um processo que se disseminou nas duas últimas décadas. Quanto aos produtos da química pura, a África (Exclusive Oriente Médio) e a ALADI (Associação Latinoamericana de Integração, exclusive Mercosul) se revezam como os principais destinos do açúcar produzido no Rio_Grande_do_Norte entre 1999 e 2013. Porém, o comércio do produto para ambos os blocos varia muito de um ano para outro. Para a África, o maior valor exportado se deu em 2009 (16,2 milhões), enquanto que para a ALADI o maior valor exportado foi em 2010 (14,86 milhões). Para União Europeia e Estados Unidos, a exportação do produto é esporádica e pouco significativa. O Rio_Grande_do_Norte não exportou açúcar para os países do Mercosul entre 1999 e 2013. Outro produto importante na pauta das exportações do Rio_Grande_do_Norte é o sal marinho. O estado exportou sal marinho entre 1999 e 2013 para todos os blocos econômicos das Américas, da África e da Europa, mas o principal destino foi a África. As exportações do produto para esse continente variaram muito de um ano para outro. Atingiram um máximo de 8,99 milhões em 2010 e mínimo de 317 mil em 2012. O segundo principal destino do sal produzido no RN são os Estados Unidos. Assim como a África, as exportações do produto para o bloco variam muito de um ano a outro. Chegaram a um máximo de 6,9 milhões em 2009 e 364 mil em 2008. Para outros blocos econômicos, as exportações chegam a valores inferiores a 1 milhão por ano, e esses valores são muito variáveis, sendo que em alguns anos não são registradas quaisquer exportações. Quanto às camisas de malha de algodão de uso masculino, seu principal destino eram os Estados Unidos, que concentravam mais de 80 POR CENTO do produto exportado. O maior valor exportado foi em 2000, quando chegou a 7,5 milhões. Depois dos Estados Unidos, o produto era exportado principalmente para a União Europeia e o Mercosul, mas com valores inferiores a 1 milhão. Para a África e a ALADI, a exportação do produto no período era esporádica e com valores irrisórios se comparada aos demais blocos econômicos. A partir de 2007, as exportações do produto cessaram para todos os blocos econômicos. A União Europeia foi, praticamente, o único destino de couro/pele, de bovino, também conhecido como wet blue, produzido no Rio_Grande_do_Norte, chegando a importar, em 2000, 2,7 milhões. A partir de 2003, o bloco econômico deixou de importar o produto do estado. Depois da União Europeia, o principal destino das exportações do produto foi a África, que importou o produto apenas em dois anos, no período entre 1999 e 2013, com um total de 185 mil em 2000. O estado não exportou o produto para os demais blocos econômicos. O principal destino das camisetas (tshirts) e outros produtos de malhas de algodão eram os Estados Unidos. As exportações para aquele país atingiram 24,5 milhões em 2001 e passaram a diminuir constantemente até 2009. A partir de 2010 o bloco deixou de importar o produto produzido no Rio_Grande_do_Norte. A União Europeia era o segundo principal destino das camisas de malha de algodão. Assim como para os Estados Unidos, o auge das exportações do produto para o bloco foi em 2000, atingindo 8,39 milhões, que passaram a diminuir constantemente até 2007. A partir de 2008, o bloco deixou de importar o produto. O

Rio_Grande_do_Norte também exportou para o Mercosul. Para o bloco, as exportações de camisa chegaram a 845 mil em 1999. A partir de 2009, o bloco deixou de importar o produto. Para a ALADI, o estado exportou 168 mil do produto em 2004 e deixou de exportar a partir de 2009. Já a África só importou o produto em 2003 (24 mil). A União Europeia é o único destino do produto dos tecidos de algodão, cru, ponto tafetá. O estado exportou tecido de algodão para o bloco entre 2000 e 2006, atingindo um máximo de 4,4 milhões em 2001. A partir de 2007, a União Europeia não importou mais o produto. No que concerne aos tecidos de algodão índigo produzidos no Rio_Grande_do_Norte, o principal comprador foi o Mercosul. O bloco econômico importou o produto do estado entre 2003 e 2007, chegando a comprar até 5,2 milhões em 2005. A partir de 2008, o Mercosul deixa de importar tecido de algodão do estado. A ALADI (exclusive Mercosul) foi o segundo principal destino do produto. O bloco importou tecido de algodão do Rio_Grande_do_Norte a partir de 2003. O máximo exportado para o bloco ocorreu em 2004 (2,2 milhões). Nos anos seguintes, as exportações do produto para o bloco diminuíram consideravelmente a ponto de, em 2012, o bloco deixar de importar. Verificamos que o volume comercializado de tecido de algodão diminuiu para todos os blocos econômicos a partir de 2006, a ponto de ser interrompido o comércio do produto para alguns desses blocos. A União Europeia comprou o produto entre 2003 e 2007, chegando a um máximo de 1,99 milhão em 2005. A partir de 2007, o bloco deixou de importar o produto. Para os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) e a África, as exportações do produto foram esporádicas e pouco significativas, se levando em conta os valores totais. Outro produto têxtil exportado foi o fio de algodão simples, exclusivamente para os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) entre 2003 e 2005. O máximo da exportação do produto para o bloco econômico se deu em 2004 (4,67 milhões). O estado não exportou fios de algodão para os demais blocos econômicos no período pesquisado. Os cobertores e mantas de algodão, não elétricos, passam a ser exportados quase com exclusividade para os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) que compram os produtos entre 2005 e 2011. As exportações para o bloco atingiram o auge em 2010 (12,6 milhões), diminuindo drasticamente em 2011 para 130 mil. Em 2012 e 2013, os Estados Unidos não importaram o produto do estado. Para os demais blocos econômicos as exportações de cobertores e mantas são esporádicas. O Mercosul só importou o produto em 2006 (130 mil). A ALADI importou apenas em 2008 (4 mil) e, por sua vez, União Europeia e África não importaram no período. Outro produto têxtil importante foram as roupas de cama de fibras sintéticas ou artificiais estampadas. O que se produziu foi exportado, exclusivamente para o MERCOSUL entre 2003 e 2011. O Rio_Grande_do_Norte chegou a exportar, para o bloco, 4,8 milhões em roupas de cama em 2007. A partir de então, as exportações do produto começam a diminuir até 2,2 milhões em 2011. Em 2012 e 2013 não foram exportadas roupas de cama para o Mercosul. As roupas de cama de algodão estampadas foram comercializadas exclusivamente com o MERCOSUL. O bloco passou a importar este produto a partir de 2003 (246 mil). As exportações cresceram consideravelmente até 2011 (9,09 milhões). A partir de 2012, o comércio de roupas de cama estampadas para o bloco oscila em torno de 2 milhões. O Rio_Grande_do_Norte passou a exportar o óleo bruto de petróleo para os Estados Unidos a partir de 2002. O país continuou a comprar óleos brutos de petróleo do estado até 2005. Nesse período, o produto era um dos principais componentes da pauta de exportação do Rio_Grande_do_Norte. Em 2002, os Estados Unidos importaram 11,6 milhões do produto, atingindo o auge em 2005, quando compraram 42,4 milhões. A partir de 2006, os Estados Unidos deixam de comprar o produto do estado, que não comercializou óleos brutos de petróleo com os demais blocos econômicos. O granito cortado em blocos ou placas é um produto que foi exportado exclusivamente para a União Europeia. O bloco passou a importar o produto a partir de 2000 (US 40 mil). Desde então, o comércio do produto cresceu e, desde 2010, o Rio_Grande_do_Norte exporta para a União Europeia entre US 4 e 5 milhões em granito por ano. Finalmente, as chapas estratificadas de plásticos tiveram, como

principal mercado, a ALADI. O bloco passou a importar a partir de 2007. Entre 2009 e 2013, as exportações para a ALADI oscilam entre 3,1 milhões e 7,1 milhões. Os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) importaram o produto entre 2007 e 2009, chegando a comprar até 4,08 milhões em 2008. O Mercosul passou a comprar o produto a partir de 2011. As importações do bloco têm oscilado de 2,79 milhões a 3,2 milhões. A União Europeia e a África não importaram o produto no período pesquisado. A descrição dos produtos mostra uma oscilação nos momentos de exportação a partir do Rio_Grande_do_Norte. Assim, é clara a presença da indústria naquele estado mas, diferentemente do caso de São Paulo, não se confirma a presença forte da industrialização, mas a disseminação de empresas e estabelecimentos em diferentes setores que têm sua produção garantida por mercados, muitas vezes efêmeros, do exterior. São as características das dinâmicas industriais dos dois territórios que utilizaremos, em seguida, para a demonstração da tese da disseminação do processo industrial. No caso do Rio_Grande_do_Norte, a ligação das indústrias com o campo (desde o algodão que se esgota na última metade do século XX à emergência do ramo de laticínios) demonstra uma dispersão das atividades de transformação – mesmo que nas duas últimas décadas tenham valor agregado positivo – que, quando associada a dados mais gerais como o produto interno bruto estadual, ao valor adicionado geral ou à oscilação dos valores de exportação, que se produz em ondas de aumento e de diminuição, e finalmente a concentração do parque industrial de transformação na região metropolitana de Natal, mostra uma territorialidade e uma temporalidade específicas daquele estado. Tomando alguns números para organizar nossos argumentos, partimos do valor adicionado bruto (VAB) de alguns ramos da atividade industrial no Estado do Rio_Grande_do_Norte no período de 1985 a 2004. Nesse período (de vinte anos), se tomando o ano de 1985 como tendo índice 100, dez anos depois o VAB estava em 145,57 e, em 2004, em 190,22. É o maior VAB em toda a região nordeste no período considerado. No caso do Rio_Grande_do_Norte, a participação percentual, no mesmo período, foi de 0,78 para 0,90. Entretanto, os municípios de Natal e Mossoró sobressaem em termos de participação no PIB, além da importância dos municípios Areia Branca, Macau (ambos representativos na produção salineira), São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Parnamirim (adjacentes a Natal), portanto, representativos na produção têxtil, de alimentos e bebidas, e construção civil. No caso do Rio_Grande_do_Norte, os espaços industriais se caracterizam pela concentração do número de empresas nos espaços mais populosos, e ao mesmo tempo mais dinâmicos do estado a exemplo de Natal e entorno, bem como Mossoró (Mapa 3). Assim, o setor denota: 1) Base industrial relativamente diversificada com notória participação de atividades extrativas, a exemplo das atividades petrolífera e salineira, além dos setores têxtil, construção civil e de alimentos; 2) Destaque para a exploração de petróleo na microrregião de Mossoró e parte do Vale do Açu; 3) Nos distritos industriais constituídos com incentivos fiscais na área metropolitana de Natal, alguns ramos se disseminam como o setor têxtil/confecções, alimentos e bebidas; Ainda aparece a área de produção de bonés em Caicó, resultado de um conhecimento tácito que se consolidou na cidade e em suas proximidades. Ainda no tocante à indústria extrativa, a mesma se apresenta difusa no território potiguar, merecendo destaque a mineração e as atividades salineira e petrolífera, ao se analisar o número de estabelecimentos e o número de empregados do setor industrial extrativo no Rio_Grande_do_Norte (FIERN, 2014). De acordo com a FIERN (2014), a indústria extrativa no estado dispõe de, aproximadamente, 300 estabelecimentos e gera por volta de 14.000 empregos diretos que se concentram, sobretudo, no litoral leste (com ênfase em Natal), região do Seridó e centro oeste, chegando até o noroeste do estado. Já a indústria de transformação dispõe de 4.240 estabelecimentos industriais gerando 68.146 empregos diretos no estado. Nesse setor se destacam a produção têxtil, vestuário, alimentos e bebidas, produtos derivados de minerais não metálicos (produtos cerâmicos, cimento, cal, gesso e vidro), derivados de petróleo e biocombustíveis e produtos de borracha e material plástico. No setor da indústria de transformação, a

empresa Guararapes é uma que dispõe do maior número de empregados, aproximadamente 12.000 no total, apesar da significativa diminuição nos últimos anos, consequência do processo de terceirização perante as facções têxteis presentes principalmente no interior. Nesse setor, da indústria de transformação, a produção têxtil sobressai, apresentando mais de 700 estabelecimentos e gerando, aproximadamente, 25.000 postos de trabalhos formais, se concentrando, principalmente em Natal e entorno, bem como na região do Seridó (FIERN, 2014). Nesse contexto produtivo, as empresas Guararapes (do grupo Riachuelo) e Coteminas são as que mais empregam e mais produzem, sendo ambas localizadas em Natal e Região Metropolitana. A região do Seridó também se destaca na produção têxtil pela existência de dezenas de estabelecimentos de pequeno porte conhecidos como facções de costura, gerando em média 50 empregos por estabelecimento. A partir de 2013, essa região passou a contar com o estímulo do Programa Pró Sertão, o qual vem proporcionando a disseminação das facções no interior. Esse tem sido um meio pelo qual os estabelecimentos de grande porte como Guararapes e Hering, entre outros, têm valorizado cada vez mais a terceirização da produção, induzindo novos fluxos e novos conteúdos a este setor industrial, alterando significativamente a divisão territorial do trabalho no estado. Quanto ao número de empregos e de estabelecimentos, o município de Natal é o mais representativo, com 13.758 postos de trabalho e 183 estabelecimentos. Segue o município de Parnamirim, com 53 estabelecimentos e 2.715 empregos. Depois, aparece São Gonçalo do Amarante, com 11 estabelecimentos e 2.557 empregos, Macaíba, com 13 estabelecimentos e 1.393 empregados; portanto, com notória concentração na capital do estado e Região Metropolitana. No tocante aos estabelecimentos tidos como facções de costura sobressaem Caicó, com 74 estabelecimentos e 923 empregados e Jardim de Piranhas, com 78 estabelecimentos e 704 empregados, além dos municípios de São José do Seridó, Cruzeta e Parelhas, entre outros, com menor participação. (FIERN, 2014). No setor da indústria de transformação ainda aparece ora como de alimentos e bebidas que emprega 16.128 pessoas, e ora como de geração de produtos derivados de minerais não metálicos gerando, aproximadamente, 9.000 empregos diretos. Somada a isso, a indústria de transformação no Rio_Grande_do_Norte ainda abrange o setor de fabricação de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, totalizando 1.376 empregos, o setor de fabricação de produtos de borracha e material plástico, o qual gera 1.616 postos de trabalho, concentrados, sobretudo, na região metropolitana de Natal e em Mossoró. Diante do exposto se nota que, em geral, a atividade industrial no Rio_Grande_do_Norte é difusa e, ao mesmo tempo, concentrada espacialmente, pois aparece em quase todas as regiões do estado, mas se concentra em determinadas áreas dessas regiões, a exemplo do que ocorre em Natal e região metropolitana, Mossoró, Caicó e Vale do Açu. Isso fica mais evidente ainda quando se analisa, no gráfico 1, os dados do PIB industrial por microrregião do estado: Natal e Mossoró são identificados com participações mais expressivas com notória diferenciação em relação às demais, embora ainda apresentem relativas participações as microrregiões de Macaíba (que também se localiza na região metropolitana de Natal), Macau, Vale do Açu e Chapada do Apodi. se Nota que, na maioria das microrregiões do estado, o PIB industrial é insignificante, inclusive em regiões nas quais alguns municípios, cujas sedes apresentam importante papel na rede urbana do estado, portanto, por conta de suas funções urbanas. Nesse contexto, se constituem como exemplos as microrregiões de Pau dos Ferros, Borborema Potiguar, Angicos e Baixa Verde.

**** *tex_13_Sampaio *rce_2 *temat_2

Portanto, os dados do Censo são claros. Não existem mais impedimentos estruturais, mantida a atual política de crédito agrícola voltada para a agricultura familiar, para o acesso ao crédito. Há, no geral da agropecuária brasileira e na agricultura familiar, problemas de inadimplência, não tratados neste trabalho, decorrentes de causas múltiplas ligadas tanto à rentabilidade do setor como à percepção dos beneficiários

quanto aos múltiplos programas de subsídios ao setor produtivo. Aparentemente, há necessidade de nova formulação do papel do governo na economia. Em linhas gerais, na análise dos dados do Censo Agropecuário 2017 transparece um quadro que confirma o previsto com o desenvolvimento econômico. Decresce a população rural, as unidades familiares produtivas e as residenciais, com produção quase exclusiva para autos subsistência. Assim, cresce a agricultura familiar mais capitalizada, melhor aparelhada tecnologicamente e com maior inserção no mercado. Na medida em que a agricultura familiar amplia a dimensão da área explorada e eleva a produção e a produtividade, a mesma passa a ser excluída da definição legal, no Brasil, de agricultura familiar, mas permanece obviamente como agricultura familiar no sentido lato. Essa passagem requer, de um lado, a manutenção da política atual de apoio à agricultura familiar e de capacitação de jovens para ingressarem no mercado de trabalho não agrícola. Os resultados do Censo 2017 mostram o acerto da política adotada desde a década 1990. Por outro lado, do ponto de vista do meio ambiente, principalmente no semiárido, a redução da pressão antrópica, resultante da redução da população rural, da redução do número dos estabelecimentos familiares e da área agrícola, tem como consequência a ampliação da área recuperada com vegetação nativa e a recuperação da biodiversidade (SAMPAIO et al., 2017; 2020). Este é um resultado notável, tanto pela recuperação da cobertura vegetal nativa, principalmente no bioma caatinga, quanto pelo retorno e expansão da fauna nativa que em muitas áreas estava praticamente extinta. se Observa também queda no número de estabelecimentos, mas aumento na participação da área e principalmente, ainda que com ligeira queda, na participação no valor da produção. Em Pernambuco, esse acréscimo na área de produção contrasta com o observado no Nordeste e no Brasil. Notável é a convergência em produtividade, apontando aproximações entre o agronegócio e a agricultura familiar. Provavelmente se deve, como indicado em outros dados, à melhoria do nível tecnológico e à maior integração ao mercado. A agricultura familiar mantém sua majoritária participação na ocupação da mão_de_obra, a qual é predominantemente do proprietário e seus familiares. Como apontado nas perspectivas, deve continuar apresentando queda, na medida em que melhore a capacitação dos jovens e se amplie o mercado de trabalho urbano. se Registra crescimento em Pernambuco, dos rebanhos bovino (em grande contraste com o Nordeste e o Brasil), caprino, ovino e o número de aves. A agricultura familiar tem elevada participação na produção de leite e crescente na de ovos, assim como boa expressão na produção caprina. Nas culturas, se mantém expressiva na produção de bananas e castanha de caju. A elevada participação em diversas culturas temporárias é, antes, expressão de resiliência que de pujança. O acesso ao crédito institucional, principalmente com o Pronaf, mesmo que ainda com pouca abrangência, deixou de ser fator de estrangulamento como no passado, quando esse acesso praticamente inexistia. A análise da efetividade desse crédito em transformar a agropecuária e elevar a produtividade, tem sido objetivo de vários estudos. Não obstante, acredito que mereça mais análises.

**** *tex_14_Costa *rce_1 *temat_2

A região do polo Juazeiro Petrolina foi pioneira na implantação dos grandes projetos públicos – a exemplo do Nilo Coelho, Mandacaru, Manicoba e Curaçá – e privados de irrigação, o que gerou a consolidação e expansão de uma atividade agrícola integrada à indústria. Esta região está situada no Baixo Médio São Francisco – semiárido nordestino –, na porção central do polígono das secas, nos estados da Bahia – porção setentrional – e de Pernambuco – ao sudoeste. De acordo com Fischer (2000), a região é beneficiada por políticas públicas de geração de energia e de irrigação, que possibilitaram a implantação de uma infraestrutura que tem proporcionado o desenvolvimento econômico da região. Por suas significativas vantagens comparativas – disponibilidade de terra e de água de boa qualidade em quantidade suficiente; mão_de_obra abundante; condições edafoclimáticas favoráveis;

maior proximidade dos mercados europeu e norte americano comparada à região Sudeste –, a região do polo Juazeiro Petrolina se apresenta como uma das áreas de desenvolvimento do complexo agroindustrial, que tem atraído o interesse crescente de governos e de investidores privados, internos e externos, de vários elos das cadeias produtivas (FRANÇA, PEREIRA NETO e MEIRA, 1990). A modernização agrícola, via irrigação, envolve a adoção de técnicas modernas de produção e de gestão do trabalho, como: o uso de implementos e técnicas agrícolas modernos; a adição de técnicas modernas de manejo do solo; a utilização de vultosos volumes de capital; a realização de pesquisas agropecuárias no campo da genética, da química – adubos e corretivos –, no âmbito fitossanitário e em irrigação (FISCHER, 2000). O desenvolvimento tecnológico, característico da fruticultura no Baixo Médio São Francisco, que fomentou o crescimento da produção agrícola com práticas modernas de manejo do solo e irrigação, é considerado como um fator dinamizador da agricultura do Estado da Bahia (SEI, 2001). Apesar de haver uma tendência ao desemprego no campo, em razão, principalmente, das modernas tecnologias – a exemplo da cultura da cana de açúcar, com uso de máquinas desde o plantio até o corte –, a fruticultura irrigada se apresenta como um dos casos de geração de emprego resultante de avanços tecnológicos (SEI, 2002; SEI, 2003; GUERREIRO, 2003). Para França, Pereira Neto e Meira (1999), a ação sistêmica da agribusiness gera eficiência, competitividade e maior agregação de valor à produção local, permitindo incrementos expressivos de emprego e de renda. Segundo Guerreiro (2003), o segmento da fruticultura pode ser considerado um negócio agrícola ou complexo agroindustrial, porque envolve um conjunto de atividades e interesses comuns, que vão do sistema de produção às cadeias produtivas. As organizações, nos polos irrigados do Nordeste, dentro desta complexa cadeia produtiva, podem assumir apenas um, dois ou mesmo três dos processos seguintes: produzir, processar e comercializar. A empresa produtora é responsável por atividades como o plantio, a irrigação e a colheita em relação a diversas culturas. O novo padrão agrário introduziu culturas não tradicionais na região e de alto valor comercial, destinadas à exportação ou processamento industrial, a exemplo da uva e da manga (GUERREIRO, 2003). Os mercados consumidores internacionais fazem uma série de exigências de padrões e condutas, produtivas e de gestão, que impõem aos produtores parâmetros referentes aos tratamentos culturais pré e pós colheita (LIMA e MIRANDA, 2000; GUERREIRO, 2003). A empresa que cumpre a função relacionada ao beneficiamento é aquela que recebe o produto – ou já o possui – e o beneficia ou processa, lhe dando marca, especificações de qualidade, entre outros atributos. Para o beneficiamento, são utilizados os packing houses – casas de empacotamento – que realizam os seguintes processos: lavagem e purificação; tratamento hidrotérmico para eliminação da doença da mosca; classificação; resfriamento e armazenagem das frutas em câmaras frias, adaptando o produto às exigências do cliente externo e aumentando a sua durabilidade para suportar longas travessias até os mercados da União Europeia. Com relação à comercialização, existem empresas que vêm se especializando apenas neste processo, principalmente para o mercado internacional. A comercialização in natura da produção de frutas, tanto para o mercado externo como para o interno, garante a maior movimentação comercial (GUERREIRO, MATTÁ e MACÊDO, 2002; GUERREIRO, 2003). Para algumas organizações agrícolas associadas, a estratégia de comercialização é definida pela VALEXPORT, organização representativa do setor agrícola empresarial, com sede em Petrolina, PE, que inclui, entre seus objetivos, o desenvolvimento da pesquisa agropecuária e a defesa dos interesses dos agricultores locais (FAVERO, 1998). Para Fischer (2000), ocorre, na região, uma transformação nos meios de produção, que redefine as relações de trabalho, substituindo, por exemplo, a parceria – na qual trabalhadores são remunerados em quota parte da produção obtida com seu trabalho – pela relação de trabalho baseada no assalariamento – trabalhadores recebem o pagamento através de uma quantia prefixada em dinheiro –, que desvincula o

trabalhador dos meios de produção.

**** *tex_15_Silva *rce_1 *temat_2

Abrangendo municípios do sertão dos estados da Bahia e de Pernambuco, o Vale do São Francisco é hoje uma das regiões frutícolas mais importantes para a economia dos dois estados, com cerca de 90 POR CENTO de sua produção exportada para outros países (ARAÚJO; SILVA, 2013). Suas maiores cidades, Petrolina e Juazeiro, experimentaram expressivo desenvolvimento, passando, respectivamente, de um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,471 e 0,396, em 1991, para 0,697 e 0,677, em 2010, ou seja, passando de um IDHM muito baixo para médio em 19 anos, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010). Apesar de semiárida, a região do Vale do São Francisco cultiva manga e uva durante todo o ano. Isso ocorre devido a um processo histórico de políticas públicas focadas no desenvolvimento da região (ZUZA, 2008), que, dentre outras ações, implantou diversos perímetros irrigados e promoveu outros estímulos, como concessão de crédito e financiamentos para o setor agropecuário. As articulações sociais e políticas para o desenvolvimento da região não são recentes, se iniciaram com a criação da estatal Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, cujo objetivo era fornecer energia elétrica para o Nordeste, e com a Constituição de 1946, que determinou que 1 POR CENTO do orçamento da União seria destinado à integração dos mercados internos e externos do Vale por 20 anos (ZUZA, 2008). Nos anos seguintes, vieram os primeiros empreendimentos públicos voltados para os pequenos e médios produtores da região. Em 1948, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), para promover o aproveitamento dos recursos naturais da região. Substituída pela Superintendência do Vale São Francisco, em 1967, e, posteriormente, denominada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), em 1974, foi responsável pelas primeiras práticas de cultivo, fornecendo suporte técnico para produtores e comerciantes (HORA, 2014). A política de desenvolvimento do Vale também atuou no escoamento dessa produção, com a construção da ponte Presidente Dutra, entre Petrolina e Juazeiro, o asfaltamento de rodovias e a inauguração do Aeroporto Nilo Coelho, que facilitou o envio dessa produção para fora do país. Hoje, o aeroporto é o principal modal para exportação, que também segue, pelos portos de Salvador (BA) e Pecém (CE), para os Estados Unidos e países da Europa e Ásia (JC ONLINE, 1015). Em consequência, o comércio internacional vem provocando ganhos de escala para a região, ampliando seu crescimento econômico. Na verdade, o acesso a um mercado mais amplo pode estimular a produtividade e trazer vantagens competitivas para a economia (ARAÚJO; SOARES, 2011). A história da fruticultura no Vale do São Francisco mostra que, por meio de articulações entre governo e sociedade, é possível vencer barreiras geográficas e históricas, como a seca, e fazer prosperar uma região. O desenvolvimento da uva nesse polo se mostrou importante não só para a economia local, mas para toda a economia do estado de Pernambuco. A política de Desenvolvimento Regional, iniciada ainda na década de 40, e que, ao longo dos anos, envolveu ações de investimento em inovações tecnológicas, de implementação de órgãos técnicos e de articulação com empresas privadas, além de melhorias de infraestrutura e concessão de créditos e financiamentos, possibilitou o florescimento da região, seu desenvolvimento social e econômico, a tornando um polo de expressividade econômica dentro da economia de Pernambuco. A pesquisa mostrou um Índice de Contribuição para Saldo do Comércio positivo em todo o período estudado, e revelou que o setor de exportação de uvas frescas tem vantagens comparativas em relação a outros setores exportadores do mercado pernambucano, ou seja, é um setor de expressividade dentro da economia do estado, e que, portanto, não deve ser negligenciado pelo poder público. Apesar disso, houve uma expressiva diminuição nas exportações nos últimos anos, consequência de uma taxa cambial pouco atrativa frente aos riscos de exportação, mostrando as influências do câmbio nas transações

comerciais entre países. Porém, a alta do dólar tem aumentado o interesse do produtor em voltar a exportar. Na economia, se percebe o crescimento no PIB per capita em todas as cidades da região, com destaque para Petrolina, a maior economia entre os municípios pernambucanos do Vale do São Francisco. A pesquisa também mostrou a melhoria da qualidade de vida em todas as cidades da região estudada, medida pelo IDHM, que apresentou variações positivas nesse mesmo período.

**** *tex_16_Hespanhol *rce_2 *temat_2

No caso potiguar, a decadência da agricultura foi compensada pelo desenvolvimento de outros setores, destacando a exploração de petróleo na Região de Mossoró, o incremento do turismo no litoral, o cultivo e a exportação de frutas tropicais produzidas com emprego de irrigação no baixo curso do rio Piranhas_Açu e no Vale do Apodi Mossoró, a carcinicultura e a reestruturação da exploração salineira realizada no litoral norte do estado. No ano de 1998, foi constituído, pelo BNB, o Polo de Desenvolvimento Integrado Açu Mossoró, medida que reforçou, desde então, a posição de Mossoró como centro polarizador das atividades fruticultoras do estado do Rio_Grande_do_Norte, em detrimento da cidade de Açu. A partir de 1999, o país adotou uma política cambial mais favorável às exportações, mas, mesmo assim, o setor frutícola continuou enfrentando problemas, pois os importadores ampliaram as exigências quanto à qualidade, monitoramento e rastreabilidade, condicionando o estabelecimento de contratos de compra à disponibilidade de diferentes certificações, o que provocou a falência de grandes empresas e a reestruturação do setor frutícola potiguar. Apesar dos problemas enfrentados pelo setor frutícola, a atividade é rentável. A riqueza gerada pela produção e pela exportação de frutas, entretanto, concentra principalmente nas mãos de poucas empresas, de atravessadores e de agricultores capitalizados. Os problemas estruturais do estado do Rio_Grande_do_Norte, decorrentes da elevada concentração da propriedade da terra, da renda e do poder, permanecem latentes. Os assentamentos rurais, as políticas públicas mais diretamente voltadas ao atendimento dos chamados agricultores familiares e as políticas assistenciais de cunho distributivo, a exemplo do Programa Bolsa Família, embora tenham contribuído para amenizar as dificuldades mais imediatas da população nos últimos anos, não foram suficientes para alterar o quadro de pobreza de parte expressiva dos residentes nas zonas rurais e nas pequenas cidades situadas nas diferentes regiões potiguares, inclusive nas zonas fruticultoras. O modelo excludente de implantação de grandes obras hidráulicas, associado à instalação de perímetros irrigados, se mantém, haja vista as grandes obras de transposição de águas do Rio São Francisco que vêm sendo executadas a um custo superior a dois bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, o governo federal investe em programas que auxiliam na convivência com o semiárido e mantém as políticas distributivas, a exemplo do Programa Bolsa Família.

**** *tex_17_Silva *rce_2 *temat_2

A ordem estabelecida, na sociedade contemporânea, para o campo tem como base a geração de emprego apregoada pela ideologia do agronegócio. Tal modelo de agricultura consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência no campo por meio da tecnologia, cada vez mais sofisticada, por grandes empresas nacionais e internacionais, é progresso. Assim, a opção por essa ordem, segundo os idealizadores do sistema do capital, é determinante para o progresso. Desse modo, o modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio que chega ao campo no Polo Juazeiro/Petrolina se apresenta como capaz de corrigir as diferenças entre as classes, a partir da agricultura irrigada. Sendo assim, ele representa o símbolo do desenvolvimento no campo, por garantir saldo positivo do comércio exterior, graças ao aumento das exportações dos produtos agrícolas. Esses altos índices de modernização presenciados no Polo são acompanhados por graves problemas ambientais, conflito por terra, desemprego. Dentro desse entendimento, percebe-se que o desenvolvimento,

promovido pelo sistema capitalista tendo por finalidade a acumulação da riqueza, tem favorecido somente uma classe – aquela que detém capital. A outra, despossuída dos meios de produção, vive o fetiche de ser livre para servir ao capital. Destaca que a perda da terra pelos camponeses possibilitou um novo formato no Vale do São Francisco ao alterar o sentido da propriedade que deixa de ser para o trabalho da família para ser utilizada pelas empresas dentro e fora dos Perímetros Irrigados para o trabalho assalariado. Em todos os Perímetros, sejam os do polo Juazeiro/Petrolina ou os de outros Municípios do Sertão nordestino, a territorialização do capital ocorreu mediante a expropriação dos camponeses. E, como justificativa, foi proclamada a geração de emprego e renda, a redução dos fluxos migratórios, redução dos efeitos econômicos e sociais de secas e inundações frequentes e ainda a preservação dos recursos naturais dos rios São Francisco e Parnaíba. Conforme dados obtidos no trabalho de campo, a Valexport considera como sucesso da fruticultura irrigada alguns indicativos demonstrados na área e serviços como: a presença de 22 agências bancárias, 42 concessionárias e revendas de veículos, 45 postos de gasolina, 28 hotéis, com aproximadamente 1.500 leitos, 9 agências de viagens, 15 cursos regulares de ensino superior e 33 supermercados instalados nas cidades de Petrolina e Juazeiro. Dessa forma, a política neoliberal adotada no país de acordo com o modelo euro americano se espacializa associando progresso e desenvolvimento econômico. Com isso, as marcas do processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no espaço urbano e rural. No primeiro, as plantas fabris estão sendo remodeladas, para abrigar a concentração de capital, resultando na urbanização, seguida da favelização e do desemprego; no segundo, a política agroexportadora, vinculada aos programas desenvolvimentistas do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do regime de livre Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem ampliado os conflitos por terra, pois tais programas excluem os trabalhadores do seu chão para incluir em políticas que garantam a produção e a reprodução ampliada do capital. É com base então na ideologia desenvolvimentista que maciços recursos financeiros advindos do Banco Mundial são destinados ao Vale do São Francisco com o intuito de transformar a aridez do Sertão nordestino em um salvador pomar de fartura para livrar seus habitantes da pobreza. Contudo, como no sistema do capital a pobreza é necessária para garantir a acumulação, logo o sujeito precisa ser separado daquilo que produz. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. (MARX, 2006 p. 81). Mészáros (2007a p. 145), por sua vez, explica que nos últimos anos, um grande número de discursos propagandeou as virtudes universalmente benéficas da globalização, deturpando a tendência de expansão e integração globais do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas. A reestruturação produtiva do capital que ocorreu na cidade alterou completamente o universo do trabalho, tornando o mesmo cada vez mais difícil e retomando antigas relações com a precarização do trabalho. No campo, esse novo modelo chega de forma perversa e destrutiva de acordo com a tendência expansionista do sistema. Contudo, a fetichização da globalização atinge o espaço rural se fundamentando nos discursos do desenvolvimento como indispensável ao aumento da produção. E, como forma de possibilitar a acumulação capitalista, a terra passou a ser capturada pelo sistema, não exatamente a terra em si, mas sua renda. Nesse sentido, para que haja a extração da renda fundiária, é preciso fortalecer a aliança entre Capital Trabalho Estado de modo assegurar a territorialização do capital ou, simplesmente, a monopolização da terra mediante ação eficiente do Estado. A terra deixa de ser a condição da autonomia camponesa, para ser a terra de exploração desse mesmo camponês, que, desapropriado ou subordinado à lógica capitalista, submete a realizar um trabalho que não é mais o valor de uso, realização e sim da desrealização. A separação da produção e reprodução do capital da reprodução da força de trabalho implica em divorciar o tempo de produção do espaço da produção. Nesse sentido, a política do agrohidronegócio, efetivado no Vale do São Francisco pelo

Estado a partir da criação dos Perímetros Irrigados, tem permitido que no espaço transformado em território, se materialize a força de trabalho gerada fora do circuito do capital como trabalho para o capital e, durante o processo de produção, o tempo é tão somente aquele da reprodução do capital, da produção de mais_valia. Esse aparente emprego cria uma ilusão, uma alienação, singular nesse trabalhador expulso da cidade e, também, naquele que tem dificuldade de se reproduzir como camponês em suas próprias terras ou porque perderam a terra.

**** *tex_18_Cavalcante *rce_2 *temat_2

O setor agrícola tem um papel importante para o Estado, não só pela produção de alimentos, que garante a sobrevivência e melhora a qualidade de vida da população do setor (além de produzir alimentos para a população do setor urbano), como também produz 2 emprego e renda, fazendo com que reduza a migração rural urbana, que tem ocasionando sérios problemas sociais. Por outro lado, o Estado está inserido em grande parte na única região semiárida do mundo que apresenta, com grande regularidade, temperaturas altas, intensa luminosidade e baixa umidade do ar, condições favoráveis para o desenvolvimento da fruticultura irrigada, podendo ter de duas a três colheitas por ano e frutas de excelente qualidade, além de possuir uma área apta para a agricultura irrigada em cerca de 300.000 hectares (MATIAS e SILVA, 2001). Assim, a fruticultura irrigada, importante segmento do setor agrícola, surge como uma atividade dinâmica, produzindo alimentos de maior valor agregado, com um processo de produção agrícola mais avançado, baseado em tecnologias modernas capazes de tornar a atividade mais competitiva. Desta forma, o Ceará encontra, na produção de frutas tropicais, uma grande oportunidade de desenvolvimento do setor agrícola, explorando esta atividade de forma profissional, podendo atender aos consumidores do País e do Exterior. Embora o setor privado seja o motor do desenvolvimento, por meio de investimentos em empreendimentos rentáveis, assumindo riscos e gerando riquezas, cabe ao setor público criar as condições necessárias para a alavancagem do desenvolvimento. Essas condições são representadas por dois tipos de fatores: político institucionais e tecnológicos (PORTUGAL e CONTINI, 1998). Assim, em virtude do grande potencial de terras irrigáveis, das condições climáticas e do mercado promissor interno e externo, o Governo do Ceará tem procurado promover o desenvolvimento sustentável através de setores dinâmicos, dentre os quais se destaca a cadeia agroalimentar, com foco nos pólos agroindustriais, (GONDIM, 2002). Apesar da intensificação da política de agricultura irrigada, em especial, da fruticultura irrigada até o momento não se conhece o reflexo desta política na estrutura da composição da produção agrícola do Estado. Nos últimos anos, não ocorreram grandes mudanças na composição da estrutura setorial da agricultura no Estado do Ceará. As atividades de agricultura tradicional e fruticultura são as que apresentam maior participação na composição do valor bruto da produção. As atividades extrativa vegetal, pecuária e produtos da pecuária apresentaram participação decrescente na composição setorial da produção agrícola do Estado enquanto a agroindústria apesar de pequena foi crescente sua participação. A atividade fruticultura apresentou decrescente em algumas áreas e com incrementos no valor da produção em outras no período analisado, o que leva a acreditar que esteja havendo ajustamentos nas atividades produtivas em decorrência dos incentivos governamentais para o setor. A microrregião do Baixo Jaguaribe, onde se concentra um dos principais pólos de desenvolvimento da fruticultura irrigada, destacou na atividade com taxa bastante elevada de crescimento (20,21 POR CENTO) e incremento substancial de sua participação dentre as atividades estudadas enquanto que a atividade agrícola tradicional decresceu, o que demonstra que esteja havendo substituição desta pela atividade de fruticultura na referida microrregião. A atividade de fruticultura, na Microrregião do Baixo Jaguaribe, é considerada uma atividade básica, voltada para a exportação, havendo, portanto, uma concentração da produção e emprego dos fatores produtivos nessa atividade, refletindo o incentivo oferecido pelo Governo para incrementar. Sabe-se que a criação dos pólos de

desenvolvimento em fruticultura irrigada faz parte das estratégias do governo para promover o desenvolvimento local e do Estado do Ceará, portanto sugere estudos que analisem o comportamento de outras variáveis importantes neste processo tais como: geração de emprego, utilização apropriada do nível tecnológico, existência de assistência técnica e crédito, processo de comercialização, destino do produto, facilidade de obtenção dos insumos, melhorias no nível de qualidade de vida da população local ,etc.

**** *tex_19_De_Souza *rce_2 *temat_3

Com essa reestruturação produtiva, erguem as bases para se desenhar ainda um novo arranjo espacial relacionado ao cultivo do fruto no Brasil. Desse modo, essa nova geografia da produção de coco no país pode ser caracterizada também especialmente pela dispersão espacial produtiva em direção às regiões não tradicionais do cultivo do fruto e por uma consequente consolidação de espaços especializados na sua produção. Se anteriormente o coco (e o coqueiro) era um sinônimo exclusivo de litoral, sobretudo o nordestino, atualmente observamos a emergência de novos espaços em todo o território nacional que estão se especializando no cultivo do fruto⁷. Diversos pesquisadores, como Broggio et al. (1999), Siqueira et al. (2002) e Fontes e Wanderley (2006), atestaram para essa configuração de um novo arranjo espacial produtivo de coco no país, ressaltando de maneira especial a dispersão desse cultivo em direção aos perímetros irrigados nordestinos, centrada quase que exclusivamente no cultivo de coqueiros anões, os mais indicados para a produção de coco verde, visando abastecer o aquecido mercado de água de coco, seja in natura seja processada. Assim, dentre os novos espaços destinados ao cultivo de coco no Brasil, o exemplo mais evidente são os perímetros irrigados públicos federais instalados no Nordeste⁸. E isso só foi possível pelo importante papel desempenhado pela modernização do processo produtivo do fruto, a partir da incorporação de novos aportes tecnológicos e científicos, assim como pela considerável expansão do mercado de coco, despertando o interesse de novos produtores e de inúmeras empresas agrícolas e agroindustriais. Isso corrobora a afirmação de Elias (2006, p. 25), ao considerar que atualmente assistimos cada vez mais a incorporação de novos espaços agrícolas à produção agropecuária globalizada, como resultado da dispersão espacial da agricultura científica e do agronegócio pelo território brasileiro, difundindo especializações produtivas. Em alguns perímetros irrigados encontrados nessa região já observamos uma forte especialização no cultivo de coco, conforme indicam os dados fornecidos pelo Dnocs, como também pela Codevasf⁹. Dentre esses perímetros destacamos aqueles inseridos nos vales do rio São Francisco, entre a Bahia e Pernambuco (sobretudo na região de Juazeiro/Petrolina) e em Sergipe (região de Neópolis), do rio Piranhas, na Paraíba (região de Souza), e dos rios Curu e Acaraú, no Ceará. É basicamente nesses locais onde vêm se materializando com mais intensidade inúmeros processos advindos com a reestruturação produtiva do setor. Nesses perímetros irrigados, a produção de coco já se inicia moderna e diretamente inserida no contexto da reestruturação produtiva. O objetivo principal passa a ser a produção de coco verde, advindo sobretudo da variedade de coqueiro anão, extremamente exigente em tecnologia e capital, devendo ser irrigado diariamente e receber doses mensais de adubos e fertilizantes. É nos perímetros irrigados, por exemplo, onde encontramos as maiores concentrações do cultivo de coqueiro anão de todo o Ceará, realizado nos inúmeros lotes agrícolas localizados nesses perímetros, que são assistidos por uma ampla rede de irrigação.

**** *tex_20_De_Amorim *rce_2 *temat_4

A agricultura do RN é extremamente vulnerável ao fenômeno das secas, haja vista que se desenvolve majoritariamente em regime de sequeiro, à exceção das lavouras mais capitalizadas como a fruticultura de exportação. Isto fica claro, por exemplo, quando se analisa os dados do Censo Agropecuário 2006, do IBGE, em que se constata a modesta utilização da tecnologia de irrigação que alcança apenas 8,13 POR CENTO

dos estabelecimentos agropecuários norte_rio_grandenses (IBGE/SIDRA, 2012). O tamanho médio reduzido das propriedades, bem como a falta de assistência técnica, completam o quadro de sua fragilidade diante das estiagens prolongadas, como a grande seca de 2012 a 2016. Esta afirmação ganha concretude quando se analisa o comportamento recente das culturas temporárias e permanentes do estado. As lavouras temporárias, que são responsáveis pela maior parte da produção de riqueza do setor primário potiguar (FREIRE, 2017), foram distribuídas em categorias representadas na Tabela 1, na qual é apresentada a evolução da sua produção no período de 2011 a 2016. O ano de 2011, considerado de inverno normal (ver Quadro 1), foi escolhido como parâmetro de comparação com os anos de seca². Ao realizar uma análise entre o período da estiagem prolongada de 2012/2016 com o ano normal de 2011, observa-se que o grupo de lavouras capitalizadas formado por Biomassa (cana_de_açúcar) e Frutas apresentou elevação nas quantidades produzidas em todos os anos. O cultivo da banana, por sua vez, apresentou acréscimos em relação à produção em todos os anos da série estudada. Seu melhor resultado, contudo, ocorreu em 2014 (+19,83 POR CENTO), seguido de 2015 (+11,62 POR CENTO), provavelmente puxado pelo crescimento verificado nas áreas irrigadas que se concentram no Polo Assú Mossoró, no Vale do Apodi e também no Agreste do estado. O abacate inicia o período com perdas de 5,11 POR CENTO, e embora apresente um ganho excepcional de +177,34 POR CENTO no quantitativo de sua produção em 2015, finaliza a série com uma nova queda. Pode ser citada também a Tangerina, que somente apresentou quedas de produção nos anos de 2015 e 2016, quando registrou decréscimos de 35,42 POR CENTO e 58,33 POR CENTO, denotando uma relativa estabilidade durante os primeiros anos da estiagem prolongada em comparação com 2011. Em um movimento contrário aos indicadores apresentados anteriormente, ainda na Tabela 3, percebe-se que entre os produtos citados a castanha_de_caju foi o que sofreu as maiores perdas durante a seca de 2012/2016. Isso ocorreu porque a florada dos cajueiros foi prejudicada em virtude da falta de chuvas, reduzindo substancialmente a produção deste fruto, que é cultivado predominantemente em propriedades familiares no regime de sequeiro. As quedas em sua produção foram mais agudas nos anos de 2012 e de 2016, quando o decréscimo foi de 66,82 POR CENTO e 66,51 POR CENTO, respectivamente. De acordo com a CONAB (2016), além de ter sido bastante prejudicada pela estiagem prolongada, a produção de castanha_de_caju foi impactada pelo envelhecimento de grande parte dos cajueirais do estado e pela incidência de pragas, como a mosca branca, o que implicou em reduções na sua produtividade. Em vista do fraco desempenho da cajucultura estadual, para suprir suas necessidades de consumo e se manter funcionando, as usinas de beneficiamento de castanha localizadas no território potiguar tiveram que importar este produto da África e de outros estados produtores. O confronto das informações dos anos de seca com o último ano de climatologia normal (2011) demonstra que não houve modificações estruturais qualitativas que trouxessem maior resistência para a agricultura de sequeiro desenvolvida em solo norte_rio_grandense. Somente as lavouras que se desenvolvem em áreas de terras mais férteis com oferta d'água para irrigação e utilizam tecnologias mais avançadas registraram indicadores positivos. Isso indica que, apesar das estiagens prolongadas representarem um acontecimento recorrente no espaço geográfico norte_rio_grandense, não foram realizadas melhorias tecnológicas abrangentes em relação ao processo produtivo das culturas de sequeiro, prejudicando especialmente o segmento de pequenos produtores familiares. A esse respeito, cabe mencionar que a implantação de perímetros irrigados, financiados com aporte de recursos públicos, foi justificada pela necessidade de fortalecer a atividade agrícola norte_rio_grandense, tornando determinadas áreas localizadas no Semiárido em um espaço agricultável. No entanto, tais áreas destinadas à irrigação no estado foram apropriadas pelos empresários e fruticultores capitalizados, que utilizam as terras para a produção de artigos direcionados à exportação. Em contraposição, os agricultores pobres continuaram sem acesso ou com acesso precário à água para irrigar suas

plantações e desenvolver suas atividades agrícolas (HESPANHOL, 2017).

**** *tex_21_Couto *rce_3 *temat_5

Entre 1998 e 2003, o Banco do Nordeste financiou a criação do polo da bacia leiteira, em uma área de 5.053,2 km², objetivando o desenvolvimento regional, em 17 municípios do semiárido alagoanos, com condições naturais e potencialidades socioeconômicas parecidas (CARNEIRO, 2005, p. 13, 62, 88; BNB, s/d). (JÚNIOR, 2015, p. 6205). A cadeia produtiva proporcionou ao longo dessas duas décadas, grandes avanços para os municípios, foram aplicados recursos federais, uma vez que as sazonalidades existentes, a principal delas, e mais castigante é a seca, através dela surgem muitos outros problemas externos, impedindo o desenvolvimento da atividade leiteira, Junior (2015, p. 6027) destaca melhorias para a região da bacia leiteira entre os anos 90 até 2010, não deixando de explicitar os agravantes que ocasionaram o estancamento da atividade, a política regente a qual estava subordinada os produtores que participam ativamente dessa empregabilidade. Analisando a produção de leite, no estado de Alagoas a nível Nordeste entre os anos de 1990 a 2007, se tem uma classificação de maior produtor o estado da Bahia, com uma produção total de 13.661.654 litros, alcança seu auge produtivo em 2007. Alagoas durante esse intervalo de tempo fica em 4o lugar, sua produção total é de 4.009.771 litros, registrando sua maior produção em 1997. O polo da Bacia Leiteira do estado de Alagoas é o maior centro produtor de leite in natura do Nordeste, com aproximadamente 2.500 produtores rurais, gerando 25.000 empregos diretos. Consta de 17 municípios, Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Igaci, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Izidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho D'água das Flores, Olivença, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Santana do Ipanema e São José da Tapera (BNB, 2005). (ALMEIDA, 2012, p. 28). Os 17 municípios da região do polo leiteiro, se distribuíram entre as mesorregiões do Sertão e Agreste do semiárido alagoano do Nordeste, que segundo Ab Sáber (1999, p. 7, 10, 32) é caracterizada por uma combinação de fatores ambientais, com baixos níveis de umidade, escassez de chuvas, precipitações anuais desreguladas, carência hídrica, solos pobres – salinos e carbonáticos, rios intermitentes, vegetação arbustiva_arbórea quase totalmente caducifólia – com folhas miúdas e hastes espinhentas adaptadas aos efeitos da evapotranspiração. (JÚNIOR, 2015, p. 6200). Reforçando a ideia dos diversos aspectos típicos que interferem diretamente na atividade econômica leiteira a qual desempenha essa região.

**** *tex_22_Araujp *rce_1 *temat_6

Cidade caracterizada historicamente por seus papéis regionais ligados ao comércio e aos serviços, favorecidos pela localização geográfica entre o litoral e o sertão, Mossoró é um importante centro de influência regional do Nordeste brasileiro, que abrange parte do oeste do Estado do Rio_Grande_do_Norte e alguns municípios do Ceará e da Paraíba. Atualmente, possui uma economia dinâmica, constituída pela forte polarização das atividades terciárias, salineira, petrolífera e pelo agronegócio de frutas tropicais, especialmente melão, voltadas à exportação. Como declaram Elias e Pequeno (2010, p. 115), o crescimento e a diversificação das atividades econômicas, cada vez mais presentes nos espaços organizados por Mossoró, reforçam sua condição como cidade média, quadro resultante da atuação de agentes históricos e sociais, os quais, mediante suas relações, produziram seu espaço, criaram sua cultura, suas instituições, suas ideologias e suas próprias relações de classe e de propriedade. Não obstante, as atividades terciárias foram e continuam sendo fundamentais para a economia mossoroense e, desde a década de 1990, de forma especial, vêm passando por importante reestruturação ao ajustarem às novas estratégias de expansão do capital. O terciário passou por transformações produtivas, organizacionais e gerenciais, assumindo novos contornos e revelando novas atividades. Com a reestruturação produtiva, o setor ganha cada vez mais relevância e torna muito mais complexo e

interdependente com relação aos demais setores e ramos econômicos. Difunde não só o consumo consumptivo, mas também o produtivo (SANTOS, 1986), integrando mais fortemente ao setor agropecuário e industrial, fornecendo subsídios para suas respectivas produções. Neste contexto, o comércio mossoroense adquire diferentes feições na medida em que se articula às demais atividades que sustentam a economia da cidade, e em parte, é capitalizado por elas. Isto indica que, além de ser impulsionado pela dinâmica das atividades salineira, petrolífera e do agronegócio de frutas tropicais, também é condicionado pelos novos padrões de produção e consumo, advindos da reestruturação produtiva. Entre os impactos desta reestruturação, é possível perceber a intensificação dos fluxos de mercadorias e de informações, o maior acesso ao crédito, a introdução de capitais estrangeiros no comércio e nos serviços de forma mais intensiva que resulta na instalação de equipamentos modernos e na transformação dos hábitos de consumo, não podendo desconsiderar na análise o processo de expansão urbana, associado à dinâmica espacial da cidade. Na nossa ótica (COUTO, 2011), os comércios e os serviços modernos têm desempenhado um papel essencial no processo de urbanização no Brasil, na medida em que alguns dessas atividades têm novos agentes econômicos com poder de induzir novos padrões de consumo, bem como interferir na reestruturação espacial. Estes processos são percebidos tanto nas metrópoles quanto em espaços urbanos não metropolitanos, guardadas as devidas particularidades, ritmos e níveis de complexidade. Trazer estas questões reforça as teses sobre a relação intrínseca entre o crescimento do terciário e a urbanização brasileira, debatida na próxima seção. Como já ressaltamos, Mossoró é uma cidade do Nordeste brasileiro caracterizada por uma base econômica heterogênea, na qual as atividades comerciais e de serviços vêm crescendo significativamente. Podemos perceber nos dados referentes ao número de estabelecimentos por setores de atividades (Tabela 5), que em todos os anos analisados o comércio e os serviços sobressaem: em 1985, 1990 e 1995 eram, respectivamente, 566, 662 e 1.079 estabelecimentos comerciais e de serviços, o equivalente a uma participação média em torno dos 70 POR CENTO no total de estabelecimentos (Tabela 6). Nos anos 2000, ambos os setores passam por uma expansão do número de estabelecimentos, somando 1.645 em 2000, e em 2005, 5.643 estabelecimentos, o correspondente a uma participação superior a 80 POR CENTO no total de estabelecimentos de todos os setores (Tabela 6). Em 2010, essa participação apresentou uma leve queda (quando a participação de ambos os setores ficou em torno dos 78 POR CENTO), ano em que foram contabilizados 3.436 estabelecimentos nas atividades de comércio e de serviços. Interessante assinalar que além dos serviços, o setor que apresentou o maior crescimento no número de vínculos de trabalho ativos foi o da construção civil, em torno dos 1.500 POR CENTO entre 1985 e 2010, conforme podemos notar na Tabela 12. Acreditamos que o aumento da quantidade de vínculos de trabalho neste setor teve influência direta do processo de expansão urbana da cidade, com a realização de inúmeras obras pela administração pública, sobretudo de infraestrutura, equipamentos urbanos, construção de unidades habitacionais etc.; e também pela iniciativa privada, com a construção de edifícios residenciais e comerciais e de condomínios fechados, verticais e horizontais (PINHEIRO, 2006; ELIAS; PEQUENO, 2010). A indústria também adquiriu um grande contingente de trabalhadores formais, passando de 3.403 em 1985 para quase 12 mil em 2010 (Tabela 9). Ainda na década de 1980, a maioria das indústrias em Mossoró era de pequeno e médio porte, associadas ao desenvolvimento do setor terciário, tais como alimentícia, construção civil e metalurgia, localizadas principalmente nas áreas centrais da cidade (PINHEIRO, 2006). Atualmente, os principais ramos industriais na cidade estão associados à indústria de transformação (beneficiamento de caju, produção de óleos vegetais e industriais, farinha de milho e derivados, sucos de frutas etc.) e à indústria de extração mineral (ELIAS; PEQUENO, 2010). Ao analisarmos o contexto de expansão das atividades comerciais e de serviços, ficou evidente o destaque do comércio dentre os demais setores, principalmente no que diz respeito ao número de estabelecimentos. Este setor passou por profundas transformações no final dos anos 1990 e início dos

anos 2000, e mais recentemente, a partir de meados desta última década, com a chegada das redes de supermercados e hipermercados. Pressupomos que uma análise mais aprofundada da atividade comercial, considerando as localizações dos empreendimentos comerciais na cidade, seus impactos e articulações, nos ajuda a entender as transformações socioespaciais em Mossoró, e particularmente, seu processo de reestruturação urbana, sobretudo ao tornar uma atividade moderna e espacialmente bastante seletiva. Iniciaremos nossa reflexão expondo empreendimentos associados à modernização da atividade comercial na cidade: os supermercados, hipermercados e atacadistas e o shopping center. No início dos anos 1990, são inaugurados na cidade os primeiros estabelecimentos comerciais nos padrões dos atuais supermercados, incorporando técnicas modernas de atendimento com inclusão de novas tecnologias e disponibilizando mais produtos aos clientes. Mas somente em meados da década foi que este tipo de estabelecimento começou seu processo de expansão territorial, consolidando efetivamente no final dos anos 2000, com a instalação de estabelecimentos de capital internacional no segmento varejista e atacadista de supermercados e hipermercados. Atualmente existem na cidade aproximadamente 21 estabelecimentos entre supermercados, hipermercados e atacadistas, dos quais 19 são de capital local. Entre estes, 11 estabelecimentos pertencentes à Rede Queiroz, quatro à Rede Rebouças e três ao Supermercado Cidade. No que diz respeito aos investimentos de redes internacionais, existem na cidade uma loja do Atacadão Auto Serviços, pertencente ao grupo Carrefour, e duas lojas pertencentes ao grupo Wal-Mart, o Hiper Bompreço e o Maxxi Atacado. Em entrevista a um jornal local, professor da Universidade Estadual do Rio_Grande_do_Norte (UERN) atribuiu o crescimento do setor supermercadista em Mossoró a vários aspectos macro e microeconômicos. Um dos fatores seria a elevação do poder de compra do salário mínimo nos últimos anos combinado à relativa estabilidade de preços dos itens da cesta básica e, em alguns casos, com queda real de preços. Outro ponto ressaltado foi que os supermercados operam com a venda de produtos de primeira necessidade, principais itens de consumo de assalariados, sendo, portanto, a primeira categoria de bens de consumo a ser procurada pelas pessoas que passam a ter renda (poder de compra) ou que têm sua renda elevada. Na ótica do entrevistado, o setor é promissor e ainda há muito a ser feito para dinamizar este segmento na cidade, atraindo mais investimentos por parte dos concorrentes locais e chamando a atenção de outros grupos regionais e nacionais para a cidade, evidenciando o potencial de compra do mercado regional mossoroense. A expansão dos supermercados foi resultado direto do processo de concentração econômica e territorial do capital, associado a mudanças de hábitos de consumo alimentar e à modernização do comércio varejista e atacadista. Para Elias (2003, p. 203), os supermercados se tornaram os mais importantes centros de comercialização dos produtos alimentares industrializados, ajudando a popularizar novos hábitos de consumo agregados ao novo sistema de produção de alimentos. A chegada deste tipo de estabelecimento à cidade promoveu uma reorganização da atividade comercial regional e dos fluxos engendrados no processo; favoreceu a monopolização e oligopolização do setor na cidade e região; estimulou novos padrões de consumo de massa, alterando hábitos e costumes locais; e, sobretudo, redefiniu as centralidades urbanas, desencadeando novas relações econômicas e sociais. Outra expressão da modernização do comércio mossoroense é a expansão e consolidação do shopping center, fenômeno característico das grandes cidades na década de 1980 (PINTAUDI, 1989, 1992, 2002), e mais recentemente, durante as décadas de 1990 e, sobretudo, 2000, também em espaços urbanos não metropolitanos, tais como Mossoró. De acordo com a classificação da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), a cidade possui um único empreendimento do tipo tradicional de porte médio, o Mossoró West Shopping, inaugurado em 2007. Em julho de 2014 o empreendimento passou a ser denominado de Partage Shopping Mossoró, adotando uma estratégia de marketing do grupo empresarial associada à imagem corporativa. O shopping tem alcance

interestadual, recebendo clientes de toda área polarizada por Mossoró, tais como as cidades cearenses como Aracati, Icapuí, Limoeiro do Norte, as cidades paraibanas de Catolé do Rocha e São Bento, entre outras. De acordo com a assistente de marketing do estabelecimento, a estimativa de público mensal é de 270 mil pessoas, com perfil socioeconômico dos mais variados, indo desde o público de classes mais abastadas ao público composto por pessoas de classe média. Para Elias e Pequeno (2010, p. 229), a chegada do shopping center em Mossoró reorganizou a atividade comercial da cidade e da região e introduziu novos hábitos e costumes relacionados aos padrões do consumo de massa, equiparando o consumo local e regional ao das grandes metrópoles. Segundo os referidos autores afirmam, o shopping está funcionando como um verdadeiro extensor urbano (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 270), pois desde o anúncio do empreendimento outros equipamentos urbanos começaram a se instalar nas imediações do bairro onde está localizado, o Nova Betânia, provocando intenso processo de especulação imobiliária. A cidade conta também com quatro centros comerciais, chamados pela população mossoroense de shoppings 11, em sua maioria, localizados nas proximidades do centro da cidade. Eles funcionam como centros de serviços e comércio para os bairros mais próximos, e atendem um público considerado de menor renda. Servem, também, como locais de encontros, principalmente para os jovens; e possuem algumas lojas de serviços especializados, como escritórios de advocacia e de consultorias. Além dos supermercados, hipermercados e do shopping center, outro tipo de estabelecimento comercial vem se consolidando na cidade: as redes de vendas de eletrodomésticos, artigos eletrônicos, magazines e lojas de departamentos, que cada vez mais têm se instalado no comércio mossoroense, tanto no Centro como no Partage Shopping Mossoró. Estes empreendimentos em redes são decorrentes do processo de centralização do capital, assim como os demais, e surgiram durante o processo de urbanização da economia e da população (PINTAUDI, 1989). Logo, na nossa ótica, a tendência de expansão do comércio segue o ritmo do avanço capitalista, mas, embora seja um sistema hegemônico que acelera a homogeneização, identificam particularidades e singularidades nos agentes e nos contextos regionais, principalmente com os novos papéis desempenhados pelas cidades e as transformações ocorridas no comércio. No bojo desta modernização da atividade comercial, as atividades tradicionais também passam por intenso processo de transformação. Os mercados e as feiras sofreram mudanças em seus conteúdos, embora ainda preservem antigas relações sociais: deixaram de ser apenas espaços de trocas para se tornarem locais de distração e divertimento, acompanhando as tendências dos espaços varejistas e submetidos às exigências das novas formas de produção (VARGAS, 2001). Na afirmação de Ortigoza (2008), a existência e a permanência dos mercados nas cidades mostram as relações contraditórias articuladas na atualidade: cultura, consumo, imagem, tradição. Logo, muitas das antigas formas comerciais conseguem sobreviver no decorrer do tempo, pois permitem relações de confiança, sociabilidade, solidariedade (ORTIGOZA, 2008, p. 6), associadas a uma imagem de tradição. Em Mossoró identificamos dois estabelecimentos comerciais detentores de uma imagem tradicional: o Mercado Municipal Manoel Teobaldo dos Santos e o Mercado Comercial do Vuco_Vuco (caracterizado pelo comércio formal e informal de produtos modernos e antigos, além da realização de permutas), ambos caracterizados por sua importância econômica e sociocultural, representando fortes relações sociais. Localizam na área central da cidade, que comumente concentra o comércio tradicional, em virtude das condições históricas de centralidade e acessibilidade que permitem que estas atividades continuem se desenvolvendo. O espaço comercial é construído a partir das relações entre as verticalidades, que tendem a homogeneizar os espaços, e as horizontalidades, que suscitam a permanência e expansão de atividades tradicionais (SANTOS, 2008b). Todavia, existe um jogo de forças entre elas, que envolve concorrência e complementaridade, no qual a ideologia da mercadoria sujeita a ambos e determina a nova paisagem urbana e as novas relações sociais (PINTAUDI, 2002, p. 158). Embora

as formas modernas de comércio, como supermercados ou redes regionais de lojas, avancem cada vez mais, as formas comerciais tradicionais continuam existindo e ainda estabelecem importantes relações. Em virtude do processo de reestruturação urbana e econômica, resultante da divisão técnica, social e territorial do trabalho e das novas estratégias econômicas que dependem de uma economia de escala e da conquista de maiores mercados, estabelecem novos arranjos espaciais no comércio, com a concentração e a dispersão das atividades, cuja tendência marcante é a implantação de equipamentos comerciais modernos em áreas mais periféricas da cidade. Esse processo possibilita observar um duplo movimento no espaço urbano: primeiro, ele contribui para a redefinição das dinâmicas na área central, que até bem pouco tempo, caracterizava como único ponto da cidade a reunir as atividades comerciais e de serviços e os fluxos urbanos. Segundo, ao distanciarem do centro principal, estas novas localizações dos empreendimentos adquiriram uma especialização funcional e atribuíram novos valores e conteúdos a essas áreas periféricas, ao passo em que se concentraram no seu entorno diversos serviços. Conforme Elias e Pequeno (2010) afirmam, Mossoró está passando por uma situação de bipolarização de centralidades principais, composta pelo centro tradicional e uma nova centralidade localizada no bairro Nova Betânia. A ampliação do consumo, a financeirização das relações sociais, a intensificação dos fluxos urbanos e a formação de uma nova centralidade contribuíram para uma reorganização da estruturação urbana e regional mossoroense, tornando mais complexa e desigual. Esta desigualdade é percebida desde a dimensão espacial à econômica e diante de uma seletividade das atividades modernas e pelo acirramento das desigualdades sociais, conformam acessos diferenciados ao consumo de bens e serviços, que variam de acordo com a renda e a localização dos estabelecimentos. Neste sentido, passaremos agora à análise espacial das atividades comerciais. Como é possível verificar na Figura 1, a maioria dos equipamentos comerciais está situada em áreas onde a renda da população é superior a três salários mínimos. No caso dos hipermercados, atacadistas e do shopping center, instalados na cidade de maneira mais intensa na última década, a localização espacial privilegia um público com renda entre cinco e doze salários mínimos. Isto revela que as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais e, coletivamente, as formas comerciais dão ensejo à análise das diferenças (PINTAUDI, 2002, p. 145). Estas diferenças são constatadas com a existência de equipamentos comerciais modernos em áreas com rendas menores, como os supermercados nos Bairros Belo Horizonte e Barrocas, e pequenos centros comerciais no Bairro Alto da Conceição. Os equipamentos nestas áreas surgiram determinado momento econômico da cidade, ainda na década de 1990, quando a presença de formas comerciais modernas não era tão significativa em Mossoró. Em contrapartida, a parcela da população com maior rendimento mensal está concentrada no Bairro Nova Betânia, a noroeste, e numa parte do Bairro Presidente Costa e Silva, a sudeste, áreas da cidade nas quais foram implantadas políticas públicas habitacionais de interesse social durante as décadas de 1970 e 1980, e que atualmente, tornaram locais de investimentos do setor imobiliário e hoje concentram importantes equipamentos, como por exemplo, o shopping center e diversos serviços especializados (ELIAS; PEQUENO, 2010). Na pesquisa, notamos que os fixos e fluxos (SANTOS, 2008a) associados às atividades comerciais modernas encontram predominantemente na centralidade em formação na cidade e em suas adjacências, enquanto o comércio mais tradicional ainda prevalece nas áreas centrais, beneficiando da localização espacial que concentra os maiores fluxos urbanos e regionais. De acordo com Pintaui (2002, p. 147), os diferentes tipos de estabelecimentos comerciais são representativos das transformações que ocorreram na produção dessa sociedade e, particularmente, na produção de mercadorias, repercutindo no aparecimento de novas formas do comércio varejista. Conforme evidenciado, as atividades comerciais modernas localizadas em bairros de menor poder aquisitivo adotaram estratégias peculiares para captação de clientes. Neste âmbito, adaptaram algumas características

à realidade local, principalmente no tocante às relações interpessoais, no acesso ao crédito pessoal e no tipo de produto comercializado, voltado para demandas específicas. Foi assim que estes estabelecimentos se consolidaram em áreas de população menos abastada, substituindo, em muitos casos, pequenos comerciantes e mercados populares. Com relação aos mercados, destacamos também a localização espacial dos mercados públicos, em especial o Mercado Central e o Mercado do Vuco_Vuco (Figura 1). Instalados há mais de quatro décadas na área central, juntamente com a grande quantidade de ambulantes espalhados por toda a cidade, estes dois mercados denotam a presença ainda forte do comércio tradicional em Mossoró. A localização destas atividades nas áreas centrais da cidade explica pelo fato do centro ser o terminal de carga dos transportes e o lugar em que as diferentes camadas sociais se encontram (SANTOS, 2004, p. 350), características que amparam as atividades tradicionais, ainda que estas assumam formas complexas. O efeito demonstração tem papel determinante neste processo, pois ele acaba deformando a demanda de consumo das populações mais pobres, que buscam atender suas novas necessidades no comércio tradicional, aquecendo.

**** *tex_23_De_Queiroz *rce_1 *temat_6

As desigualdades regionais compõem a dinâmica do desenvolvimento capitalista e apresentam uma particularidade nas formações sociais dependentes devido à forma específica de integração ao mercado mundial. No Brasil, compreendemos a região Nordeste como destaque na questão regional, sofrendo com maior tônica os reflexos da concentração de riqueza, renda e poder no país. É certo que as expressões atuais da realidade nordestina, especialmente da última década, tais como o aumento da expectativa de vida e a diminuição da pobreza absoluta, sinalizam inflexões da questão social na região. Essa constatação é possível ser observada não apenas através dos indicadores sociais e econômicos desse período, demonstrando uma efetiva melhoria das condições de vida dos trabalhadores com a ampliação de postos de trabalho, de industrialização, do acesso à renda, ao consumo e a políticas sociais como a educação e assistência. Nesse período, a região Nordeste efetivamente esteve entre as prioridades dadas por parte de instituições estatais via políticas de desenvolvimento, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do financiamento de grandes projetos de infraestrutura e industriais, como a Transposição do Rio São Francisco, os Complexos Portuários e Siderúrgicos, os Polos Industriais e a Transnordestina, além de programas como o Programa Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos, que priorizaram o atendimento de quem esteve à margem do trabalho formal ou mesmo aqueles que não foram incorporados pelo mercado. Aqui chamamos a atenção para a realidade da região Centro_sul cearense, composta por 12 municípios, tendo Iguatu como polo. Este município possui uma população estimada de 100.053 habitantes, tendo 1.029 Km² de extensão territorial. Desse total, cerca de 25 POR CENTO residem no meio rural e 75 POR CENTO no meio urbano. Durante muito tempo, Iguatu teve sua economia assentada na cotonicultura, tendo sido o maior produtor do estado e um dos principais do Nordeste, o que implicou na construção de importantes meios de transporte e escoamento de mercadorias, a exemplo da estrada de ferro que ligava a cidade à capital. Posteriormente surgiram outras indústrias, como fumo, máquinas agrícolas, telhas, tijolos e cerâmicas. Iguatu tem destaque mais recente na produção de leite, arroz, feijão, mandioca, milho e banana, contudo na economia da região, além da agropecuária, predominam atividades próprias do setor de serviços. Além disso, o município atraiu empresas como a de produção de calçados, a exemplo da Dakota Nordeste S/A, além dos arranjos produtivos locais como mecanismo de fomento do desenvolvimento regional. A esse respeito, foram contabilizadas, até 2011, 1903 empresas atuantes, tendo 12.356 pessoas assalariadas, 14.553 pessoas ocupadas e uma média salarial de 1,4 salários mínimos. Trata-se de uma realidade que tem sofrido mudanças consideráveis no seu quadro econômico e nas relações de trabalho nos

últimos anos, reflexo das transformações ocorridas especialmente em âmbito nacional. Porém, tais processos continuam a sinalizar a presença de um círculo vicioso tenaz que reproduz e até aprofunda as desigualdades regionais. Assim, é importante observar as contradições vivenciadas no cotidiano da vida de milhões de trabalhadores que compõem um permanente e contínuo quadro de desigualdade regional que ainda faz do Nordeste um destaque. Isso revela também a ausência de avanços substanciais em políticas sociais voltadas para o enfrentamento de tais desigualdades para além de ações pontuais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado ainda na década de 1980 e de cunho mais assistencial. Na verdade, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), desenvolvida prioritariamente pelo Ministério da Integração Nacional nos últimos anos, não rompe com a herança neoliberal, o que facilita a reversão rápida dos ganhos e a reposição das disparidades socioregionais. Esse contexto torna mais agravante diante da imposição em âmbito nacional de uma agenda intensiva de restrição de direitos sociais, mais precisamente trabalhistas, e de maior precarização, expondo o esgotamento do padrão de crescimento econômico dos anos 2000, a reorganização das forças mais conservadoras, antidemocráticas e antipopulares da sociedade e das frações deliberadamente comprometidas com a ortodoxia neoliberal, desgostosos com os mínimos promovidos aos segmentos populares pela política dos governos da última década. As diferenciações regionais é funcional ao desenvolvimento do capital, a desigualdade regional manifesta, as grandes disparidades econômicas entre as regiões na grande era da expansão imperialista onde há grande migração dos sujeitos para os grandes polos industriais em busca de trabalho, funcional para criação e expansão da superpopulação relativa com MÃO_DE_OBRA barata, possibilitando maior acumulação do capital, aumentando a exploração sobre o capital variável. Todos esses elementos estão unificados na combinação do atraso com o moderno que no seu desenvolvimento materializa a necessidade de melhores condições de vida para classe trabalhadora, onde o acirramento das disparidades regionais os deixam cada vez mais em condições de vez mais em condições de pauperização, expandindo a necessidade de reforma agrária, urbana, melhoria nos meios de locomoção apontando a dimensão política da luta de classes.

**** *tex_24_Kraychete *rce_2 *temat_6

Na história da ocupação territorial brasileira, a Região Nordeste foi uma das primeiras a passar por um adensamento populacional. Nos seus primórdios, a cana de açúcar, a pecuária e a cultura do algodão foram as culturas que permitiram uma estruturação produtiva inicial. Ligadas diretamente à cultura algodoeira, nas etapas posteriores, as indústrias têxteis dão os primeiros aportes de uma produção industrial. Em termos espaciais, a ocupação do litoral, na etapa colonial, e o posterior processo de urbanização também na área litorânea, consolidam as condições para os subsequentes ganhos produtivos da região. O processo de industrialização que se instala na Região Sudeste, conforme foi anteriormente descrito, tem dois efeitos benéficos sobre o Nordeste. De um lado passou a servir como orientador dos possíveis desdobramentos produtivos de uma industrialização ainda que incipiente. De outro, a disparidade dos níveis de renda entre as duas regiões levaram ao aparecimento de ações tendentes a incentivar o processo industrial nordestino com a criação de organismos regionais, dos quais o mais significativo foi a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), já no final da década de 50. A ação da Sudene faz sentir durante parte da segunda metade do século XX, período em que a estrutura produtiva nordestina passa por um processo de crescimento e diversificação. Como mostra Guimarães Neto (2004 apud CARVALHO, 2008), nas décadas seguintes, o processo de crescimento do Nordeste segue de perto a dinâmica do crescimento nacional sem assumir níveis suficientes para atenuar as disparidades de renda. Embora, em algumas situações, a literatura sobre o assunto, principalmente aquela produzida na própria região, asseverem ter havido uma integração produtiva do Nordeste ao restante do país,

falando em articulação comercial, integração produtiva entre outros termos (GUIMARÃES NETO, 2004), a hipótese mais plausível é que a região estivesse formando uma estrutura produtiva concorrente àquela que se instalava no Sudeste do país. Com o agravante de os níveis de produtividade, seja pela escala seja pelo aparato tecnológico, serem insuficientes no Nordeste. Nas etapas seguintes, basicamente durante a década dos 60, seguindo os cânones da Teoria da Polarização clássica (PERROUX, 1960; BOUDEVILLE, 1972),¹ a melhora na acessibilidade da região pela implantação de infraestruturas de transporte e de energia conduz a região aos seus primeiros estágios de desenvolvimento mais acelerado. Na década seguinte, época dominada pelo chamado milagre econômico, a região cresce a taxas médias significativas de 10,5 POR CENTO, demonstrando uma vitalidade até então ausente. Vale notar, como já foi visto anteriormente, que a região acompanha as performances presentes no restante do país, podendo se falar em uma integração ao menos em termos de taxas de crescimento. As décadas seguintes (1980 e 1990) são caracterizadas por um período de desaceleração, caindo as taxas médias de crescimento, inicialmente, para 2,5 POR CENTO, para 1980 e, posteriormente, já em 1990, para 1,3 POR CENTO, como pode ser visto na Tabela 2. Apesar dessa variação nas taxas de crescimento no final do período, a Região Nordeste teria passado, em pouco mais de 30 anos, por uma modificação significativa da sua estrutura produtiva, multiplicando praticamente por dez a sua produção. É verdade que esse crescimento do produto em muito pouco melhorou os indicadores sociais da região, permanecendo níveis ainda elevados de pobreza, de má distribuição de renda e de uma estrutura fundiária inadequada. Em termos espaciais, como a industrialização se fez ainda no litoral e principalmente nas três capitais mais importantes (Salvador, Recife e Fortaleza), os padrões da ocupação permaneceram igualmente concentrados na orla litorânea. De uma perspectiva mais ampla, percebe-se que a década de 90 foi o ponto de inflexão do crescimento, até então, superior do Nordeste sobre o total brasileiro. Por conta desta inflexão, a região, conforme já visto anteriormente, voltou a ter participação na economia nacional igual ao início do período, em 1970. Pelos dados apresentados nas Tabelas 3 e 4, pode-se inferir que os setores secundário e terciário foram os atores deste processo, pois o primário regional, de uma forma geral, cresceu menos que o nacional. Com relação ao período mais recente, que abrange os primeiros anos do século XXI, o artigo de Carvalho (2008), apresentado no congresso da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) de 2008, com base em documentos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do IBGE, de bancos estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e Banco do Nordeste, e de artigos acadêmicos e de revistas de circulação nacional, faz um resumo interessante do que estaria acontecendo na Região Nordeste. Segundo Carvalho (2008), o crescimento da região estar dando a taxas superiores às nacionais e acompanhado da elevação da renda nos segmentos mais pobres com a aceleração do consumo em geral. Carvalho (2008 apud BACELAR, 2007), Carvalho (2008) mostra que, pela primeira vez, o crescimento da região seria o resultado da ação do setor privado ao contrário da presença marcante do Estado como nos períodos anteriores. Nos anos mais recentes (2004 e 2005), estariam ocorrendo taxas de crescimento significativas para todos os estados da região. Segundo ainda Carvalho (2008), esses resultados estariam ligados aos acontecimentos da década anterior quando alguns estados iniciaram uma estratégia de atração de indústrias, através de concessões fiscais, fenômeno que ficou conhecido como guerra fiscal. Essas indústrias buscavam a saída de espaços aglomerados no Sul e Sudeste na direção de estados com custos de mão_de_obra mais baixos. Nos anos mais recentes, a economia nordestina estar consolidando através do surgimento e fortalecimento de áreas que comandam a dinâmica regional em função de suas estruturas de produção modernas: o complexo de Camaçari; as áreas de agricultura irrigada de Petrolina Juazeiro e do Vale do Açu; o complexo mineral do Maranhão; a moderna agricultura da soja em torno de Balsas, que se estende do sudeste da Bahia ao sul do Maranhão e do Piauí; o setor têxtil no Ceará

e as confecções do agreste pernambucano; as indústrias calçadistas espalhadas por toda a região; o turismo e os pólos tecnológicos de Campina Grande, Ilhéus e Recife. (CARVALHO, 2008). Dadas essas características para o crescimento global da economia nordestina, pode verificar o que internamente estaria acontecendo com relação à participação dos diversos estados nesse processo. Com isso, a tese do espraio do crescimento em contraposição a uma espécie de desconcentração concentrada poderia ser verificada mais acertadamente. Os dados das taxas de crescimento do PIB agregado e suas respectivas participações por estado podem ser visualizados nas Tabelas 5 e 6. Com relação aos três estados mais importantes da região, percebe-se que a participação da Bahia cresce até 1985 quando passa a apresentar uma trajetória de queda que dura até o final do período. Nesse sentido, a idéia de espraio que prevaleceu até o início dos anos 80 começa a perder força através do ganho de outros estados na geração do produto regional. É o que acontece, por exemplo, com o Ceará, que, em contraposição, apresenta uma firme tendência de alta até o final do período, mostrando que a desconcentração concentrada pode estar ocorrendo no interior da região. O terceiro estado importante da região é o Estado de Pernambuco, que apresenta uma queda significativa da sua participação, principalmente no início dos anos 70. Passa, com isso, de cerca de 25 POR CENTO para pouco mais de 17 POR CENTO no final do período analisado. Como esse último estado passou por um processo de crescimento nos períodos anteriores, a sua participação ainda permanece significativa no total nordestino. O destaque fica, portanto, para o Ceará, que seria o único estado dos três mais importantes a ganhar importância relativa no período. Nesses termos, a tendência de ocupação do território regional mostra uma quebra na tese do espraio, à medida que o estado da vez, que seria Pernambuco, estaria cedendo lugar ao Ceará, localizado mais ao norte. Algumas hipóteses poderiam ser levantadas sobre essa questão. Em primeiro lugar, a cidade de Fortaleza e seus entornos teriam passado nas duas últimas décadas por um fortalecimento da sua infraestrutura de acesso e por uma remodelação interna que lhe estariam dando alguma vantagem relativa em termos de acessibilidade dentro das idéias propostas pela teoria de polarização original. Um processo semelhante estaria presente na cidade de Salvador, deixando Recife, pela sua defasagem nesse aspecto, em situação difícil. Por outro lado, sendo a sede da Sudene localizada nessa cidade, alguns processos de má utilização dos financiamentos por ela oferecidos teriam criado um meio adverso à implantação de novos projetos após a extinção desse órgão. Os demais estados ganham participações relativas pouco significativas, com exceção do Maranhão, que passa de uma participação de 7 POR CENTO para 9,5 POR CENTO no final do período. Como esses ganhos aparecem concentrados no final do período, eles, certamente, estarão ligados à ocupação do sul desse estado pela cultura da soja. Aliás, o mesmo fenômeno justifica o crescimento um pouco maior do Piauí nesse mesmo período. Em termos setoriais, há algumas tendências interessantes que podem ser verificadas para os estados do Nordeste quando analisados isoladamente (ver Tabela 7). De uma forma geral, os setores secundário e terciário aumentam sua participação nas economias estaduais nordestinas, com uma clara tendência à elevação do setor terciário, às vezes em detrimento do secundário e, claramente, com reação ao setor agrícola. Esse fenômeno é mais claro no caso dos estados menos desenvolvidos, vale dizer, com cidades menores onde a presença de serviços de hierarquia superior tende a ser menor, onde se pode admitir um processo de adensamento urbano com o desenvolvimento mais intenso do setor de serviços. Essa tendência, por sinal, está presente para outras regiões brasileiras e de uma forma mais intensa no Nordeste, onde, a partir de 2000, todos os estados trocam parte de seus setores industriais por serviços. No que se refere à questão do espraio da produção versus uma desconcentração concentrada, no caso do Nordeste, o que aparece é a prevalência do primeiro aspecto no que se refere à economia da Bahia já nos primeiros anos do período considerado. Em anos mais recentes, há uma tendência à concentração do crescimento no Estado do Ceará, o que deixaria Pernambuco em

uma situação de atraso relativo. Neste caso, estaria prevalecendo mais claramente a tese da concentração concentrada. De qualquer forma, em termos espaciais, as características de aglomeração no litoral e o fortalecimento de algumas cidades importantes, como Recife, Fortaleza e Salvador, que são o resultado de um processo histórico mais longo, estar intensificando no período em análise. Como uma proposição conclusiva mais ampla, seria possível esquematizar a ocupação territorial da região nos moldes em que foi feito, anteriormente, para o país. Nos dias de hoje, no Nordeste como um todo, continuam prevalecendo três grandes centros regionais: Salvador, Recife e Fortaleza. No entanto, em termos de resultados mais recentes, Fortaleza e seu entorno aparecem como centro de maior dinamismo. A importância de Salvador está relacionada ao seu passado o que a faz manter uma participação relativa ainda significativa. O caso de Recife e, por extensão, Pernambuco, merece alguma investigação adicional para serem identificadas as causas da sua baixa dinâmica de crescimento. Adicionalmente a esses grandes centros dinâmicos e levando em consideração a disparidade de performances, segue toda a orla litorânea de ocupação antiga e onde prevalece um grau razoável de acessibilidade. Aí estão localizadas as capitais dos demais estados nordestinos e algumas cidades importantes. Toda essa área vem sendo ocupada por atividades produtivas e recebendo ainda os efeitos benéficos do setor turismo. Uma segunda periferia igualmente dinâmica e, não raro, ligada diretamente ao centro hegemônico nacional é constituída por uma série de espaços esparsos no território nordestino e que se constituem nos já citados: o complexo produtivo de Camaçari; a agricultura irrigada de Petrolina Juazeiro e do Vale do Açu; o complexo mineral do Maranhão; a moderna agricultura do sudeste da Bahia e sul do Maranhão e do Piauí; o setor têxtil no Ceará e as confecções do agreste pernambucano; as indústrias calçadistas espalhadas por toda a região; e, finalmente, os polos tecnológicos de Campina Grande, Ilhéus e Recife. Finalmente, toda a porção de territórios que compõem o chamado sertão nordestino permanece em um estado de pouco desenvolvimento, onde estão localizados bolsões significativos de pobreza.

**** *tex_25_Penha *rce_2 *temat_6

Em referência as variáveis analisadas, podemos observar que no período analisado a Paraíba apresentou um baixo número de pleitos aprovados pela SUDENE em relação aos demais estados do Nordeste, conseqüentemente os valores dos investimentos realizados pelas empresas beneficiadas também são menores se realizada uma comparação entre estados, um dos fatores que podem explicar esse fenômeno remete a primeira experiência da SUDENE, a qual, como defendem diversos autores, proporcionou um desenvolvimento desigual na região, tendo sido mais beneficiados os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, fato esse que se consolida nesta nova experiência. No que diz respeito aos tipos de projetos realizados pelas empresas, verifica no estado uma forte tendência à modernização de instalações já existentes em contraponto ao surgimento de novas empresas. No tocante a distribuição dos empreendimentos de acordo com os segmentos econômicos que representam, nota uma predominância da indústria de transformação, destacando o setor têxtil e o de alimentos, mercado esse historicamente representativo pela figura do algodão e da cana-de-açúcar, também merece destaque o desenvolvimento do setor de minerais não metálicos que forma o chamado polo cimenteiro do estado. Já em relação à distribuição por Municípios, percebe uma maior concentração de investimentos nos municípios da Zona da Mata, representado principalmente por João Pessoa, Santa Rita e Cabedelo, caracterizados justamente por abrigarem as indústrias comentadas anteriormente. De modo geral, chegamos à conclusão de que, apesar de ocorrer de forma tímida se comparada aos demais estados do Nordeste a atuação da política de incentivos fiscais da SUDENE na Paraíba nos anos de 2013 a 2017, tem sua importância para o desenvolvimento Paraibano, a medida que os investimentos realizados pelas empresas que se beneficiam dos incentivos movimentam o desenvolvimento de setores secundários como o de serviços, além de gerarem

emprego e renda para a população. Apesar disso, dois dos principais objetivos da SUDENE, que são diversificar os segmentos econômicos e promover o desenvolvimento das sub-regiões não se confirmam na Paraíba, uma vez que, a maioria dos empreendimentos beneficiados são os da indústria de transformação e se concentram na Zona da Mata do estado

**** *tex_26_De_Freitas *rce_2 *temat_6

Os dados expostos no Gráfico 3 evidenciam que a estrutura econômica do Rio_Grande do_Norte, com algumas alterações quantitativas, jamais conseguir alavancar uma participação mais consistente do setor industrial na composição do PIB, se delineando uma hipertrofia do terciário, com peso cada vez maior da administração pública, especialmente nos municípios do interior. Neste sentido, não é exagero afirmar que as estratégias para promoção do desenvolvimento, através da ampliação e diversificação da base produtiva, não lograram êxito. O comando do processo atendeu aos interesses do capital do Centro Sul, com a integração subordinada e complementar da estrutura nordestina, na qual o RIO_GRANDE_DO_NORTE desempenha papel bastante modesto. As alterações no padrão de acumulação do capital, de agrário exportador para comercial e especulativo, não resultaram em dinamização e ampliação da base produtiva. Os segmentos produtivos que avançaram, como petróleo, fruticultura irrigada, carcinicultura etc., se mantiveram sob o controle de capitais externos, funcionando quase como verdadeiros enclaves e à mercê de decisões de investimentos e/ou desinvestimentos (caso atual da Petrobras) com baixas perspectivas de coordenação e/ou interferências de forças locais. Ilustrativa da audácia dos governantes potiguares, a Agenda do Crescimento, do governo de Wilma de Faria, idealizou investimentos de 15 bilhões. A megalomania foi tanta que a Agenda foi lançada em São Paulo. Foram anunciadas a instalação de refinaria da Petrobrás, ramal potiguar da Ferrovia Transnordestina, metrô para Natal, portos, ferrovias, Zonas de Processamento Especiais, Polos Industriais, Terminal Pesqueiro de Natal, projetos de mineração, dentre outras ações. Os governantes conseguiram tirar do papel: o Aeroporto de São Gonçalo (ainda subutilizado e sem os dois acessos concluídos), a expansão da pequena Refinaria Clara Camarão (comprometida pela mudança estratégica da Petrobras, com redução dos demais projetos para priorizar o Pré_Sal), a Ponte de Todos, alguns projetos de energia eólica (comprometidos pela falta de linhas de transmissão) e a famigerada Arena das Dunas (estádio construído na gestão de Rosalba Ciarlini para alguns jogos da Copa de 2014). se Planeja com total alheamento da realidade fisco financeira e muito não se executa. Os governos funcionam constantemente imersos em problemas do dia a dia e se orientam pela administração da rotina e pelo calendário eleitoral. E o resultado é a existência de algumas poucas áreas mais dinâmicas, ancoradas em setores merecedores de benefícios públicos, mas com baixa capacidade de transformar a realidade para a maioria da população e muito distantes de um verdadeiro projeto social. O não desenvolvimento do RIO_GRANDE_DO_NORTE é o traço mais visível das ações das forças conservadoras que se apropriaram da estrutura estatal para viabilização dos seus interesses. A dominação exercida pela elite econômica do RIO_GRANDE_DO_NORTE, associada, na maioria das vezes, às estratégias dos capitais de fora, até o momento serviu para a manutenção das oligarquias e para assegurar o controle dos benefícios provenientes das esferas públicas. A dominação política, legitimada pelo controle dos meios de produção, permitiu a captura dos órgãos públicos para a viabilização de seus interesses. se Associando aos capitais externos os membros da elite potiguar captaram boa parte dos recursos (advindos da SUDENE ou do Banco do Nordeste do Brasil), destinados à instalação das poucas indústrias. Também se constituíram nos maiores beneficiários das obras de estruturação hídrica (a famosa indústria da seca persiste a todo vapor) e continuaram a merecer tratamento diferenciado e privilegiado na obtenção de desonerações tributárias (guerra fiscal), subsídios e acesso ao crédito mais barato. se Reconhecendo os macroprocessos, se compreende que a

intensificação das relações através dos fluxos de mercadorias, serviços e recursos financeiros entre o território objeto e o centro é sinal inequívoco de que o processo de homogeneização já se faz presente, mas as consequências e repercussões não se expressam da mesma forma nas diversas frações dos territórios em que se instala. se Registre que a inserção subordinada do estado do RIO_GRANDE_DO_NORTE é marcante desde o início da ocupação territorial por parte do conquistador português, cujo caráter exploratório de riquezas resultou na montagem de uma estrutura produtiva voltada ao interesse do capital mercantil. As tentativas dos governos, de alterações substanciais das estruturas, não lograram êxito, pois se sobrepôs o interesse dos capitais de fora do estado, associado às estratégias da elite local, de realizar a acumulação mercantil. se reservando algum dinamismo para segmentos econômicos específicos, quase sempre atrelados às exportações e controlados por capitais externos, bem como o papel mais destacado de algumas cidades do interior, que assumiram, ao longo do tempo, a função de locus facilitador do processo de acumulação capitalista, tanto pela aceleração da rotação de capitais, como pela capacidade de atrair alguns investimentos públicos e privados. O diferencial econômico existente em favor dos centros regionais não sugere a perspectiva de irradiação para os entornos, mas uma tendência de concentração puxada pelo setor terciário, incapaz de permitir o espraiamento e limitando o alcance da expansão econômica dos centros regionais potiguares, posto que tais centros polarizam pequenas cidades com baixíssimo dinamismo (dependentes de transferências intergovernamentais), se tornando plausível afirmar que polarizam a pobreza ao reunirem algumas condições mais satisfatórias (oferta de serviços públicos, comércio mais sofisticado e serviços privados especializados), mas os rebatimentos econômicos nos referidos centros tendem à reafirmação dos desequilíbrios. Num sentido estrito o poder de dominação exercido a partir do centro não impede que avanços ocorram nas áreas mais afastadas e nas circunstâncias mais improváveis, principalmente porque a irrelevância econômica não desperta a atenção e nem requer o controle direto do grande capital e, assim, a autonomia aparente das coletividades urbanas diante das oportunidades para realização de suas potencialidades é a contra face facilitadora do controle exercido pelo capital em sua inexorável jornada monopolizadora.

**** *tex_27_De_Firmino *rce_1 *temat_6

É possível considerar que nas últimas décadas várias áreas têm contribuído para inserir o Nordeste novamente no cenário da economia nacional. Dentre as áreas que vem apresentando maior dinamicidade se tem o Complexo de Camaçari, o sub_médio São Francisco (Juazeiro/Petrolina) com agricultura irrigada, indústria têxtil no Ceará, entre outros casos que vem contribuindo na diversificação da economia, abrindo espaço para o aumento do setor de comércio e serviço, (ver mais detalhe em FIRMINO, 2016), que são chamados de polos dinâmicos e/ou frentes de expansão de acordo com as análises de Lima (1994, p. 56). Destarte, é notório que a singularidade interiorana do Nordeste pode ser expressa de maneiras variadas: são as áreas de agricultura comercial, as regiões de especialização agrícola, indústrias desenvolvidas mediante investimentos de capitais locais, cooperativas organizadas por pequenos e médios agricultores e/ou empresários etc. Daí se vê que a heterogeneidade crescente vai consolidando dinâmicas particulares no interior dos diversos estados do Nordeste (ARAÚJO, 1997, p. 33), apresentando uma região escassa no que concerne aos investimentos, mas possuindo uma riqueza ímpar essencial para a economia e desenvolvimento da mesma. Diante destas breves observações fica claro que estudar mais a fundo e apresentar de forma séria a sub_região ora analisada se diga o Agreste – é de suma importância para apontar como se deu a gênese, a formação e o dinamismo do Nordeste brasileiro, estando para além da monocultura da cana e/ou da criação de gado no interior. Assim, é necessário enfrentar alguns problemas para que o processo de desenvolvimento em curso não seja interrompido. Logo, a densidade técnica, que é considerada baixa se comparada a outras regiões, é um desafio a ser encarado, visto o

meio mecanizado a nível nacional continuar concentrado no eixo Sudeste Sul, ou seja, na Região Concentrada do país (SANTOS e SILVEIRA, 2010), levando a assertiva que são os interesses hegemônicos, com destaque para os financeiros, os responsáveis por impor certas desigualdades entre as regiões brasileiras. Se Sabendo da heterogeneidade apresentada pelo Nordeste, é importante se ter melhor esclarecimento de cada sub região, suas características sociais, políticas, culturais, econômicas etc., atentando para as ações capitalistas no decorrer dos anos e, conseqüentemente, perceber como o processo vigente de globalização está se dando no Nordeste, para em seguida fazer análises e interpretações não equivocadas da região, mostrando seu papel para o desenvolvimento econômico brasileiro como um todo.

**** *tex_28_Ribeiro *rce_3 *temat_6

Em conjunto com o município pernambucano de Petrolina, Juazeiro constitui o maior aglomerado urbano existente na região semiárida, vindo a funcionar como elemento catalisador de desenvolvimento para outras localidades existentes em seu entorno. Essa mudança foi iniciada a partir da década de 1970, cujos efeitos se estenderam à década seguinte, quando da implantação de projetos de irrigação no município, mediante ação conjunta do governo federal em parceria com CODEVASF, trazendo desenvolvimento e contribuindo para gerar riquezas no sertão. O conjunto de ações provocou uma mudança no tecido social local, antes voltada para a prática da pecuária extensiva, realizada com práticas tradicionais de manejo, e na agricultura familiar de subsistência, hoje voltada para a prática da fruticultura irrigada realizada nas áreas abrangidas pelos perímetros de irrigação. Tais mudanças provocaram a migração de pessoas de todas as partes do país, que vislumbravam novas oportunidades de trabalho na região do submédio São Francisco. Além de se destacar no cenário nacional pela fruticultura irrigada e pela produção de vinhos de mesa, Juazeiro chama a atenção pela prática da caprinovinocultura. O município possui o segundo plantel de ovinos dentro do território do Sertão do São Francisco BA, conforme se pode verificar na Tabela 1, imediatamente após o município de Casa Nova que detém o maior plantel do Estado da Bahia. No período compreendido entre 2009 e 2012, o município de Juazeiro sofreu uma redução de 5,5 POR CENTO em seu efetivo de ovinos, se atribui esta redução ao longo período de estiagem e ao aumento da fronteira do agronegócio na região do submédio do São Francisco; em termos percentuais Juazeiro detém 17,8 POR CENTO do rebanho do território de identidade a que pertence (IBGE, 2013).

**** *tex_29_lima *rce_1 *temat_6

Este estudo tratou de fazer uma interpretação da realidade do Nordeste de meados do século passado até o início do presente a partir da construção de índices e dos dados levantados e cruzados sobre aspectos econômicos e sociais do Nordeste. Na realidade, tratou de embasar teoricamente faces da realidade econômica e social do Nordeste nesse período. A concentração fundiária é uma variável historicamente persistente e com mais ênfase na região Nordeste. Para o período 1950-2006, se mostra que o Índice de Gini se manteve praticamente inalterado, quer dizer, se mantém o latifúndio. Embora, caiba lembrar que a natureza das atividades no setor primário da economia é, por excelência, sustentada em grandes áreas. O processo de industrialização da região Nordeste, acompanhado do setor de serviços e, concomitantemente, da dinâmica do setor urbano, tem sido estratégico no crescimento da economia. Porém, embora na ausência de informações e dados, é de se suspeitar que a industrialização do Nordeste foi amparada em capitais oriundos da região Sudeste, mediante transregionalização de empresas, face ao conjunto de estímulos disponibilizados através dos governos federal e estadual e municipal. Isto significa que a região Nordeste tem sido um espaço de valorização do capital mediante instalação de filiais, contando com um amplo mercado de trabalho (com mão_de_obra abundante e barata) para os setores mais desenvolvidos da região dominante. A disponibilidade de MÃO_DE_OBRA a baixos custos e sem força sindical na região, possivelmente, favoreceu a extração de

excedentes na forma de mais_valia transferida para o Sudeste. Esta possibilidade está em consonância – em termos regionais – com o que Mandel vislumbrou sobre o desenvolvimento desigual e combinado da região Nordeste e, por extensão, a manutenção do subdesenvolvimento da região ou o que Frank (1980) caracterizou como o desenvolvimento do subdesenvolvimento¹⁰. As considerações de Oliveira acerca do centro capitalista dominante, seja em termos de divisão do trabalho e dos níveis de produtividade, assim como da maior composição orgânica do capital e da acumulação do capital neste centro tem, possivelmente, implicado nas transferências de excedente na forma de mais_valia do Nordeste para o Sudeste, devido à impossibilidade da equalização das taxas de lucro. Esses desníveis ajudam a explicar a permanência do relativo atraso econômico e social da região Nordeste, como uma das prerrogativas para se entender os persistentes desequilíbrios econômicos e as desigualdades sociais, apesar da industrialização.

**** *tex_30_Silva *rce_2 *temat_6

A relevância da Bahia na economia nordestina é corroborada por sua participação expressiva na composição do PIB regional. Em 2014, o estado se encontrava entre as dez unidades da federação com maior participação econômica no PIB brasileiro (3,87 POR CENTO), ao mesmo tempo em que possuía a maior participação no PIB do Nordeste (27,81 POR CENTO). Todavia, apesar da permanência em posições relevantes, se observa que entre 2004 2014 ocorreu queda na contribuição da economia baiana para os níveis nacional e regional. Segundo Pessoti e Pessoti (2015), essa redução se deve tanto a fatores internos da economia do estado, relacionados ao baixo dinamismo da indústria de transformação, como à conjuntura econômica nacional, ligada principalmente à trajetória inflacionária e à queda da taxa de crescimento do país. Por outro lado, mesmo com expressivos níveis do PIB, a estrutura econômica da Bahia se configura de forma desigual nos âmbitos espacial e setorial, com polos de crescimento contrastando com territórios marcadamente pobres e setores com maior grau de desenvolvimento que outros. Nesse sentido, essa seção apresenta abordagens empíricas sobre as desigualdades no território baiano no âmbito da distribuição de rendimentos, da estrutura produtiva e da dinâmica do mercado de trabalho formal, com foco nas divergências microrregionais do estado. Esse resultado foi acompanhado por transformações na sua dinâmica produtiva e no mercado de trabalho que podem contribuir para sua compreensão. se Considerando a carência de elementos atrativos para as indústrias e a distância entre a Bahia e os principais mercados consumidores, a redução dos custos por meio da isenção fiscal se tornou uma forma de motivar a instalação de novas plantas industriais em seu território. O setor de serviços acompanhou a indústria, tendo sua participação crescido expressivamente, se concentrando, todavia, em microrregiões específicas. Lima e Lima (2010) consideram que ao longo dos anos 1990 ocorreu uma tentativa de intervenção dos estados nordestinos na distribuição produtiva regional e nacional ao intensificarem a utilização dos instrumentos de isenção fiscal, o que ficou conhecido como guerra fiscal. Não obstante, os autores consideram que, apesar de contribuir para a interiorização de atividades industriais na região Nordeste, os programas de isenção fiscal não são os únicos determinantes do desenvolvimento efetivo das áreas menos dinâmicas, devendo ser acompanhados por outras medidas. No que diz respeito ao setor agropecuário, Guerra e Gonzalez (2013) indicam queda da sua participação no PIB estadual a partir dos anos 1970, embora no âmbito nacional tal atividade tenha vivenciado um processo de modernização impulsionado, principalmente, pelo avanço produtivo do Centro_Sul do país. Não obstante, a agropecuária baiana, excluindo a produção de cacau, apresentou um cenário de atraso tecnológico com ausência de capital, sendo conduzida por pequenos produtores e voltada para o consumo de subsistência. Essa situação sofreu alterações nos anos 1990, quando ocorreu o avanço técnico e aflorou a agricultura irrigada no território baiano, de modo a permitir o desenvolvimento de polos de agronegócio como o do Oeste do estado, com destaque

na produção de soja, milho e algodão, e o Vale do São Francisco, com a fruticultura. No entanto, o dinamismo recente do setor agropecuário baiano está concentrado espacialmente. Nas demais áreas do estado, a agropecuária ainda se caracteriza por pequenas propriedades, elevado grau de informalidade e remunerações reduzidas e precárias (GUERRA e GONZALEZ, 2013). Por outro lado, os empregos formais do setor agropecuário na Bahia sofreram variação considerável nas microrregiões localizadas no Sul e Extremo Oeste do estado. Esse resultado ocorre principalmente por conta da expansão do agronegócio voltado à produção de commodities como, soja e celulose. Em relação à indústria, se observa que ocorreu uma desconcentração da microrregião de Salvador e entornos, favorecido pela interiorização de investimentos no setor nas últimas décadas, ocorrendo resultado semelhante com a construção civil. Assim, através das análises realizadas se observa que, associada à queda da desigualdade microrregional de rendimentos no estado, ocorreu transformação na estrutura do mercado de trabalho com a criação significativa de empregos formais e a redistribuição dos setores produtivos no território baiano. Todavia, conforme Ribeiro e Lopes (2015), os resultados apresentados possuem limitações relacionadas à desconsideração dos empregos informais.

**** *tex_31_Pereira *rce_1 *temat_6

A região Nordeste efetivamente esteve entre as prioridades dadas por parte de instituições estatais via políticas de desenvolvimento, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do financiamento de grandes projetos infraestruturais e industriais, como a Transposição do Rio São Francisco, os Complexos Portuários e Siderúrgicos, os Polos Industriais e a Transnordestina (estrada de ferro entre os estados de Pernambuco, Piauí e Ceará), além de programas como o Programa Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos, que priorizaram o atendimento de quem esteve à margem do trabalho formal ou mesmo aqueles que não foram incorporados pelo mercado. Tudo isso sob a ideia de fazer crescer o bolo para depois repartir. Nesse sentido, não podemos negar que a dinamização da economia a qual estamos nos referindo, mesmo com o grande desnível entre os ganhos do capital e aqueles voltados para o trabalho, pode interferir diretamente na prática das classes sociais e, portanto, nas condições reais da luta de classes, muitas vezes até mais favoráveis para a luta dos trabalhadores diante de sua relativa recomposição em relação ao ciclo anterior do neoliberalismo no Brasil. Porém, esses sinais são para outros processos e possibilidades de pesquisa. Retomando o caminho que priorizamos, podemos efetivamente perceber que nos anos 2000 houve no Brasil uma relativa alteração entre as formas combinadas de exploração da força de trabalho, se destacando a pauperização relativa face ao período anterior (anos 1990); a conformação de um pêndulo entre acesso e precarização, viabilizando, por um lado, uma ampliação do consumo e mercado interno, uma diminuição da pauperização absoluta, a recomposição relativa das classes trabalhadoras com o aumento dos postos de empregos formais, especialmente através de grandes obras no âmbito da construção civil, do agronegócio e demais polos da indústria de transformação. Por outro lado, intensificou a precarização do trabalho, sob a hegemonia de um neoliberalismo heterodoxo, interferindo na composição interna da superpopulação relativa e na dinamização da economia local que, mediante a saturação das metrópoles e a busca de novos territórios de expansão do capital, tem conformado as cidades médias e outras regiões metropolitanas, especialmente no interior do Nordeste. Portanto, os ciclos de expansão capitalistas via inclusão e incentivo ao setor produtivo têm tempo de validade nas regiões de forma descompassada, tal como ocorreu no último período em terras brasileiras: enquanto houve, por exemplo, expansão da indústria automobilística foi possível a ampliação do crédito e de postos de trabalho. Já a expansão das empresas do agronegócio no Brasil ao contrário da propaganda em torno da geração de empregos, possível temporariamente, vem sendo acompanhada pela informalidade, tendo apenas 36 POR CENTO dos seus empregados com carteira

assinada, além da grande ocorrência de trabalho análogo ao escravo. Fato este que tende a se agravar atualmente diante das modificações na legislação trabalhista especialmente nas condições do trabalhador do campo. Tal contexto representa a busca de outras vias para garantia de acumulação por parte dos capitalistas, mesmo que no ciclo anterior tenha sido possível um verdadeiro salto qualitativo na conformação do grande capital interno (BRETTAS, 2013), beneficiando determinadas frações burguesas a se apropriarem ainda mais do trabalho necessário via exploração e expropriação de trabalhadores. Vale ressaltar, inclusive, as desigualdades históricas e continuamente vivas dentro da própria região, do litoral ao sertão semiárido. Essa combinação de crescimento econômico, desigualdade social e concentração de atividades dinâmicas em determinadas parcelas do território representa uma configuração socioespacial, recorrente no desenvolvimento capitalista em outras regiões do mundo. (PEREIRA JR., 2012, p. 225).

**** *tex_32_Do_Amaral *rce_1 *temat_6

Os quadros e figuras abaixo descrevem a evolução numérica dos municípios participantes da Ride Petrolina e Juazeiro tendo como norte a teoria do produto primário descrita em capítulos anteriores, não é objetivo desse estudo quantificar o processo e sim apontar a evolução da produção e exportação de uvas colocando como produto principal. A hipótese fundamental da teoria dos produtos primários é que as exportações destes constituem o setor predominante da economia e estabelecem o ritmo de crescimento econômico. O desenvolvimento econômico é visto como um processo de diversificação em torno de uma base de exportações. O conceito central são os efeitos de dispersão do setor exportador, ou seja, o impacto da atividade de exportação sobre a economia e a sociedade local. Usando a terminologia de Hirschman, a indução do investimento interno consequente de atividades do setor exportador pode ser dividida em três efeitos: encadeamento por trás, encadeamento pra frente e demanda final. O presente trabalho identificou a importância da produção e exportação de uvas para o crescimento/desenvolvimento desse Vale, e mostrou como essa prática agrícola contribuiu de forma indireta para a multiplicação de oportunidades de negócios na Ride Petrolina Juazeiro. A política de produção do Vale destinado ao mercado externo, segundo o pensamento de Douglas North e a sua Teoria da Base exportadora respondeu positivamente aos investimentos aqui realizados, a produção e exportação de uva transformou esse vale no maior exportador de uva do país trazendo benefícios diretos e indiretos. Esse dinamismo também provocou crescimento das importações de insumos, máquinas e bens de consumo. Essa produção no Vale estimulou a migração e multiplicou as possibilidades de emprego ou de renda nas áreas agrícolas. Como também nas de suporte. Crescemos em habitantes mais do que o Estado ou o país, mas isso não representou perda de renda, o PIB cresceu acima da média do Brasil, e a renda per capita das duas cidades polos estão próximas a renda das respectivas capitais. O Vale dispunha de mão_de_obra ociosa, capacidade empresarial, infraestrutura de transportes, afinal temos estradas que possibilitam o escoamento por 3 portos, além de um aeroporto internacional e ligações de insumo_produto entre as atividades exportadoras e o mercado externo, haja vista que cresceu o número do emprego formal e como pode se ver no quadro 5 a agropecuária foi a grande propulsora desse processo, como também no quadro 11 o rendimento real. O que se pode observar é que o número de empreendimentos e ofertas no Vale foi superior ao número de pessoas que aqui chegaram. Esse estudo demonstra que produção agrícola destinada ao mercado externo é um fator de indução de crescimento econômico e de desenvolvimento de economias externas possibilitando emprego e renda. Mas fica uma questão sinalizada, o volume de exportações de uva vem reduzindo, esse fato pode ser em função do cultivo de novas variedades (produtores replantou recente) ou porque outras regiões estão entrando na nossa janela e ficamos com uma menor possibilidade de escoamento, se faz necessário um estudo mais detalhado de como se encontram os novos investimentos nesta região.

Mais recentemente, já no último governo de Tasso Jereissati (1999;2002), e com mais força ainda, no governo de Lúcio Alcântara (2003;2006), se criou uma política explícita de desenvolvimento local e regional, tendo em sua base aqueles quatro princípios básicos, que estão em conformidade com os fundamentos que deveriam nortear o pacto federativo brasileiro. O principal símbolo dessa política foi e tem sido a criação da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, em 2003, que tem colocado em prática uma estratégia de fortalecimento de centros urbanos e a criação de uma rede estruturada de cidades médias e pequenas no interior do estado. Na origem desses fatos estão a colaboração e a consultoria de pesquisadores da Universidade de Ben Gurion (Israel) que, desde o ano de 2001, vem realizando estudos, recomendações e avaliações em torno da referida política. A equipe de consultores israelenses, liderada pelo Prof. Raphael Bar El, tem acompanhado e avaliado de perto a implantação e evolução da política, trabalho que é facilitado por missões periódicas a Fortaleza. A equipe de Israel ofereceu estudos e recomendações de enorme pertinência para o planejamento espacial de longo prazo, que poderão ser seguidos pelos governos vindouros. A idéia central é que o excesso de concentração econômica e populacional na Região Metropolitana de Fortaleza, pode ser combatido, no longo prazo, por meio da estruturação de uma rede de cidades secundárias, acompanhada de uma outra rede de cidades terciárias. O funcionamento dessas redes de cidades servirá de contrapeso à cidade primaz, Fortaleza. Na base dessa idéia se encontra a tese da dispersão concentrada, segundo a qual o caminho mais eficaz para a promoção da desconcentração espacial das 7 atividades é aquele da desconcentração concentrada, a fim de permitir a formação de economias de aglomeração. (ver BarEl, 2006) Foram consideradas cidades secundárias Sobral, Limoeiro do Norte, Russas, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (estas três últimas formando o complexo de Crajubar). No conjunto das cidades terciárias estão Camocim, Tianguá, Itapipoca, Canindé, Aracati, Crateús, Quixadá, Tauá, Jaguaribe, Campos Sales, Ipaumirim e Brejo Santo. Os critérios utilizados para a identificação de tais cidades foram os seguintes: análise da estrutura espacial; descrição e análise das principais ligações socioeconômicas; mapeamento das informações referentes à complexidade funcional; delineamento das áreas onde os elos são fracos ou inexistentes; cruzamento de informações demográfica, socioeconômica e física (ver Shachar, 2002). Como se vê, os critérios adotados privilegiam informações que só permitem ver as cidades de fora para dentro, e não o contrário, ou seja, não permitem revelar o tecido urbano de cada cidade. Desta maneira, cabe observar que a idéia central colocada pela equipe de Israel contém uma racionalidade que leva a acreditar que as cidades reagirão positiva e linearmente às intervenções governamentais. Mas isso só o tecido urbano de cada cidade poderá responder, o que é praticamente impossível saber o que ele reserva como resposta. De toda maneira, o que deve ser considerado como positivo é o fato de que não se trata de uma idéia de planejamento absolutamente voluntarista, que recomenda a criação de novas cidades, sejam elas secundárias ou terciárias. se Tratam de recomendações que vão no sentido de reforçar as centralidades construídas e reveladas pelas cidades, ao longo de suas histórias.⁶ se Espera que, ao fazer isso, essas cidades darão respostas positivas ao ponto de crescerem e provocarem uma dispersão organizada do processo de urbanização dentro do Estado. A política de desenvolvimento local e regional do governo Lúcio Alcântara foi incorporada em seu Plano de Governo (2003), assim que foi elaborado por sua equipe. Tal política compõe o Plano através do seu Eixo 3, tratado de Ceará Integração, sugerindo que o mesmo tem uma característica transversal em relação às políticas setoriais conduzidas por outras secretarias estaduais. Esse eixo, segundo o Plano, é composto por três objetivos, a saber, (i) promoção da desconcentração espacial do desenvolvimento, (ii) promoção do 8 potencial endógeno com vistas à autonomia local e (iii) promoção da gestão integrada e compartilhada do território. Há que notar que, tornar explícita uma política de desenvolvimento regional

para o estado, não traz novidade no panorama histórico dos Planos de governo do Ceará. Essa preocupação, ausente nos planos de governo da década de 1990, era comum nos planos elaborados na década de 1970, muito marcados pela influência das teorias de localização e polarização da época. Entretanto, o que é novo é o fato dessa preocupação ter provocado, no governo, a decisão de criar uma Secretaria Estadual que passou a cuidar do assunto. Outra novidade está no fato da política conter três componentes historicamente novos, ou seja, a descentralização, a participação e a valorização do território, ou do local, fator que aponta para a valorização dos fatores endógenos. Este último, compondo o conjunto de valores das políticas públicas estaduais, passou a se contrapor, ou contrapesar, às ações da Secretaria do Desenvolvimento Econômico muito voltadas para a valorização dos fatores exógenos, aportados pelas empresas atraídas de fora do Estado, pelos incentivos fiscais. Sobre a estratégia de desenvolvimento urbano, de criação de redes de cidades médias, se acoplou uma outra estratégia, de caráter econômico e institucional, visando o fortalecimento do tecido sócioeconômico dentro do qual o capital humano, o capital social e as micro e pequenas empresas, especialmente organizadas em Arranjos Produtivos Locais, são os focos dos programas, projetos e ações. Na primeira estratégia se procura criar e fortalecer as centralidades urbanas e, na segunda, se persegue a elevação do nível de competitividade dos indivíduos e das empresas do interior. Desta maneira, se sugere que as políticas públicas adquiram uma orientação voltada para o desenvolvimento regional, sem no entanto desprezar o papel que a RMF tem como motor do crescimento econômico no Estado. Isto significa que o esforço de reestruturação espacial se deve dar principalmente pela via do fortalecimento das estruturas existentes e emergentes no interior do estado. O aspecto interessante, mas ao mesmo tempo preocupante, é que essa iniciativa do Governo do Ceará acontece dentro de um cenário nacional no qual falta uma política federal de desenvolvimento regional, que pudesse dar mais coerência e integração à política estadual, em relação ao restante do território nacional. A política estadual de desenvolvimento regional, visando a reestruturação espacial, vem sendo executada pelo Programa de Desenvolvimento Local e Regional do Ceará, desde 2003, através da Secretaria Estadual do Desenvolvimento 9 Local e Regional, a cargo da sua Coordenadoria de Desenvolvimento Regional. Cabe lembrar, a título de informação, que além dessa Coordenadoria a SDLR ainda conta com quatro outras Coordenadorias, são elas a Coordenadoria de Políticas Urbanas, a Coordenadoria de Habitação e a Coordenadoria Administrativo Financeira, a Coordenadoria de Projetos Especiais. Esta última contém o Projeto São José, nome fantasia do Programa de Combate à Pobreza Rural no Nordeste, apoiada pelo Banco Mundial.⁷ Constam desse Programa vários projetos, dos quais: (1) Planos de Desenvolvimento Regional; (2) Escritórios Regionais; (3) Consultoria Empresarial; (4) Consultoria Empresarial Rural; (5) Agente Regional de Inovação. Guardando sua lógica de potencializar e fortalecer os principais pólos do interior do Estado, esse programa se concentrou, primeiramente, em seis regiões: Cariri (Crato), Baixo Jaguaribe (Limoeiro do Norte); Maciço de Baturité (Baturité); Serra de Ibiapaba (São Benedito); Centro_Sul (Iguatu); Vale do Acaraú (Sobral). Para difundir tal programa dentro do governo e articular suas secretarias setoriais, ao mesmo tempo que coordená-lo, foi criado o Comitê Gestor do Programa de Desenvolvimento Local e Regional, formado pelas Secretarias do Planejamento, Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria da Agricultura e Pecuária e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Este Comitê, que se reúne mensalmente, tem caráter deliberativo. Na periferia desse Comitê estão os comitês gestores associados a cada projeto, que são compostos por secretarias afins. Neste caso, o comitê dos Escritórios Regionais é formado pelas Secretarias do Desenvolvimento Local e Regional e do Planejamento e Coordenação. O comitê dos Agentes Regionais de Inovação é composto pela Secretaria de Ciência e Tecnologia. O comitê do projeto Consultoria Empresarial é constituído pelas Secretarias e do Trabalho e Empreendedorismo. O primeiro passo dado pela Política de Desenvolvimento Local e

Regional foi no sentido de elaborar alguns Planos de Desenvolvimento Regional, a fim de estabelecer parâmetros e focos de intervenção estatal nas regiões consideradas estratégicas, a partir de um método técnico e participativo. Esses Planos foram montados para cinco regiões: Centro Sul/Vale do Salgado; Vale do Coreaú e Ibiapaba; Maciço do Baturité; Baixo Jaguaribe e Vale 10 do Acaraú. Apesar de estratégica, pela localização e densidade econômica, ficou fora desse elenco a região do Cariri, localizada ao Sul do Ceará. A razão dessa exclusão, momentânea, se deveu às razões associadas às questões políticas, tendo em vista a concorrência e conflitos localizados na região. Tiveram como fonte de financiamento a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional e o Proub Banco Mundial, e foram elaborados por empresas de consultorias licitadas, mas com a participação dos agentes e lideranças de cada região, dando assim uma consistência técnica e participativa aos Planos, tal como foi mencionado anteriormente. O benefício de tais Planos foi, antes de tudo, ter possibilitado a mobilização dos atores regionais no sentido dos mesmos identificarem as fragilidades e potencialidades locais e regionais e terem traçado uma visão de futuro a ser seguida. Outro benefício de grande importância, este voltado para o objetivo da reestruturação espacial, foi o de ter possibilitado a identificação de projetos que sejam capazes de integrar os municípios de cada região e ao mesmo tempo dar centralidade à mesma. O grande desafio nesse campo está no esforço de transformar esses Planos de Desenvolvimento em uma agenda real e irreversível para os agentes e lideranças regionais assim como para os governos estadual e federal. Nesse sentido, os Planos de Desenvolvimento Regional foram concebidos para ser a peça fundamental da estratégia de estruturação de redes de cidades de porte médio no estado, contendo indicações de projetos que levassem à qualificação urbana e à centralidade econômica das cidades pólos de cada região. Entretanto, dois problemas são observados em relação aos mesmos: o primeiro, diz respeito à fragilidade técnica de alguns estudos, tendo em vista que as indicações dos projetos seguiram orientações acadêmicas, sem fundamentos práticos e específicos, à região, perdendo assim a característica de originalidade do projeto; o segundo problema está associado à falta de efetividade dos projetos, já que os mesmos não conseguiram chegar a ser incluídos nos Planos Plurianuais do governo do Estado. Ambos os problemas estão conectados, pois sem uma visão clara e profunda das necessidades locais e regionais se tornou difícil a formatação dos projetos e, por consequência, seu encaminhamento. Recentemente, mais dois Escritórios Regionais foram criados, mas dentro de um novo enfoque de desenvolvimento regional que, no lugar de privilegiar o fortalecimento de pólos 13 econômicos regionais, valoriza a construção de espaços de coesão e solidariedade regionais. São as regiões do Vale do Curu/Serra de Uruburetama e Sertão Central Sul. Pelos estudos iniciais da Política de Desenvolvimento Local e Regional, essas áreas foram consideradas como pólos terciários, ou seja, áreas que polarizam atividades econômicas voltadas para a agropecuária, em grande parte operada por agricultores familiares. O projeto foi instalado inicialmente na região do Cariri e, posteriormente, nas regiões do Baixo Jaguaribe e Vale do Acaraú, as quais têm como cidades pólos Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte e Sobral, respectivamente. Os critérios que orientaram a instalação do Projeto nessas regiões estão relacionados à presença de massa crítica empresarial e tecnológica. Na região do Cariri, estão presentes alguns dos arranjos produtivos mais robustos do Estado do Ceará, tais como o de calçados e o de exploração de pedra de calcário, além da Universidade Regional do Cariri, Centro Tecnológico e Centro Federal de Educação Tecnológica. No Baixo Jaguaribe, também estão presentes alguns arranjos produtivos, dentre os quais o de cerâmica vermelha e de metal mecânica, além do Centro Tecnológico. E no Vale do Acaraú, a presença da Universidade Estadual do Vale do Acaraú. Em contraste com as políticas públicas do passado, no Ceará, se observa que a Política de Desenvolvimento Local e Regional executada pelo governo estadual de 2003-2006 é paradigmática. Primeiro, porque foi criada uma Secretaria específica para cuidar da agenda do desenvolvimento regional no Estado. Segundo, porque foram realizados estudos aprofundados que deram base para a

elaboração das estratégias. Terceiro, porque foi elaborada e executada uma política explícita de desenvolvimento local e regional. Quarto, porque foi considerado, pela primeira vez, o território e o local como peças do planejamento do governo estadual, incorporando um modelo de gestão participativa. Apesar desses aspectos animadores, a implementação de tal política encontrou algumas dificuldades estruturais que poderão comprometer sua continuidade, são eles: essa política não encontrou eco e interlocução com iniciativas e instrumentos federais de desenvolvimento regional, dado o esvaziamento dessa política em nível federal. A iniciativa federal, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional, conhecida pelo Programa de Desenvolvimento da Mesorregião do Cariri (Pe, Pb, Pi e Ce) não foi suficiente para alavancar um processo de mudança estrutural na região, a estratégia defensora de um processo de desconcentração concentrada, beneficiando algumas regiões pólos, não encontrou consenso entre os meios políticos do Estado, nem mesmo dentro do próprio aparelho e corpo técnico do governo; em decorrência do ponto anterior, a política de desenvolvimento local e regional não conseguiu se transformar numa política transversal, atingindo outras secretarias setoriais, permanecendo muito restrita à Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, e não há, no interior do Estado, em nível do poder local ou municipal, uma cultura política de autonomia, mas de dependência do centralismo político e decisório. Não obstante esses problemas, a política em análise chamou a atenção do Banco Mundial, que apoiou a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional e manteve o Projeto São José, como instrumento de combate à pobreza rural, dentro da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional. A atenção do BIRD se volta agora para um projeto mais ousado, denominado de Cidades do Ceará. Ainda em elaboração, o projeto procurará reforçar a estratégia da desconcentração concentrada, espinha dorsal da Política de Desenvolvimento Local e Regional. Dado as restrições dos recursos o projeto se concentrará em duas regiões, Cariri e Baixo Jaguaribe. Privilegiando o viés econômico, o projeto contém 19 três grandes eixos, a saber: (i) o desenvolvimento institucional, dos poderes municipais, dos escritórios regionais e conselhos de desenvolvimento regional; (ii) qualificação territorial, por meio da melhoria da infraestrutura econômica e urbana e (iii) inovação e apoio ao setor privado. Neste último eixo, serão apoiados quatro arranjos produtivos, o de fruticultura e cerâmica vermelha, na região do Baixo Jaguaribe, e calçados e turismo, particularmente, religioso, na região do Cariri.

**** *tex_34_Lima *rce_1 *temat_9

Nosso argumento é o de que essas situações permitem entender a incorporação econômica de regiões periféricas dentro do país, num quadro de expansão de mercados globais impactando nas relações sociais vigentes. O local se integra ao global de formas distintas, mas complementares e heterogêneas, hibridizando formas de trabalho e ocupação, mobilizando diversos atores sociais. O Estado é agente fundamental nesse processo, seja na implementação de políticas em conjunto com empresas privadas – no sentido de alavancar processos de terceirização através de incentivos fiscais, empréstimos a juros baixos e oferecimento de infraestrutura para atrair investimentos nas regiões –, seja para favorecer o desenvolvimento de núcleos produtivos já existentes, através também de incentivos fiscais, bem como da propagação de formação especializada através de cursos regulares, ou de cursos de formação específicos de gestão e empreendedorismo, mobilizando o capital espacial do local. Quando falamos em globalização, tendemos a privilegiar a questão da mobilidade do capital e do trabalho, mesmo tendo em conta que essas modalidades têm velocidades e entraves diferenciados. Por outro lado, as categorias de lugar e processos de trabalho (Sassen: 2007) permitem recuperar a imersão local desses processos de globalização, e aqui expandimos as considerações de Saskia Sassen não apenas para as grandes cidades e/ou zonas francas de exportação, mas para territórios historicamente fora desses processos, nos quais as tecnologias informacionais e de transporte atenuam distâncias, havendo ainda a incorporação das culturas do trabalho

preexistentes, as quais são adequadas às necessidades do capital inseridas de forma direta ou indireta através de redes de terceirização. Os conceitos de espaço, território e lugar têm sido fartamente discutidos, sendo que poderíamos destacar o espaço como construção social através de sentidos atribuídos à sua materialidade física e geográfica. Nem sempre fica clara a distinção entre espaço e território, se aceitando no geral o caráter político presente no território, onde o espaço social representa relações sociais de poder e dominação. Na globalização, o território assume uma característica reticular e de ressignificação constante em função da mobilidade do capital e do trabalho, no qual os lugares, aqui complementando o significado dos territórios, incorporam as práticas sociais e os sentidos atribuídos no dia a dia. Temos como recorte empírico três setores produtivos distintos entre si, mas que são representativos das formas de trabalho para as quais o lugar é uma variável relevante: o setor de confecções, o da produção de software e o da indústria automotiva, todos profundamente integrados em cadeias globais de valor. Apresentamos três situações em sub-regiões do Nordeste que caracterizam a integração da região aos fluxos globais, nos quais múltiplas globalizações se interlaçam num contexto periférico ao capitalismo no Brasil. Na primeira situação, recuperamos a produção têxtil e de confecções em municípios do Seridó norte-rio-grandense. Um projeto governamental de terceirização para o setor de confecções no interior do estado, o Pró_Sertão, foi pensado para atender um grupo local que atua nacionalmente através de uma cadeia de lojas, assim como outros grupos que passaram a utilizar o projeto. Esse projeto constou da abertura de fábricas em pequenas cidades próximas a Caicó, cidade conhecida por sua vocação têxtil decorrente da produção de algodão, que durou até a praga do bicudo nos anos 1970, e da existência de uma pequena produção, a maioria informal, de redes, tapetes e panos de prato e bonelaria. A terceirização representada pelas fábricas se tornou a principal atividade local, com a finalização de peças de confecções que são consumidas nacionalmente. Na produção têxtil de produtos consumidos regionalmente, se assiste a uma entrada de tecidos chineses mais baratos e a uma distribuição nacional de artigos de baixo custo como panos de prato, panos de chão, entre outros. A segunda situação traz a análise do setor de produção de software, atividade em crescimento no país dada a informatização crescente das atividades econômicas. Ora entendida como indústria, ora como serviços, se tornou fundamental em todos os processos produtivos. Como setor econômico, no Brasil, surge na década de 1990 com a expansão dos computadores pessoais e da internet. Uma de suas características estaria no caráter desterritorializado e virtual da produção, seu controle sendo feito por grandes empresas, e sendo formada por pequenas e médias empresas que atendem clientes customizando softwares que são distribuídos por todo o país. Apresentamos esse setor na cidade de João Pessoa, em empresas organizadas em grande medida a partir de alunos e professores das universidades federais do estado que trabalham terceirizadas, ou prestam serviços para empresas nacionais e internacionais. A terceira situação estuda a instalação de uma fábrica de automóveis na região conhecida como Mata Norte, na cidade de Goiana, no estado de Pernambuco. Resulta do processo de deslocamento da indústria automobilística, que, a partir dos anos 1990, teve uma grande expansão no país, resultante de generosos incentivos fiscais, de um mercado interno potencialmente atraente, decorrente de políticas de estabilização cambial e que, nos governos da década seguinte, se beneficiou da valorização do salário mínimo e da expansão do crédito e do consumo dos setores populares. O deslocamento significou uma desconcentração dessa indústria da região do ABC paulista – cenário de grandes mobilizações sindicais nas décadas de 1970 e 1980 – e uma queda salarial significativa dos trabalhadores antes considerados a elite operária fordista do país. Se trata de uma fábrica da Fiat Chrysler assim como de 16 fornecedores de autopeças e implementos dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A implantação do parque fabril criou mais de 9.000 empregos diretos e indiretos para uma população ocupada anteriormente em atividades agrícolas e de coleta (marisqueiras), assim como mobilizou trabalhadores qualificados de outras regiões do país e mesmo do exterior. A

pesquisa constou de visitas exploratórias nos polos produtivos, em oficinas de produção, mercados e feiras de exposição de produtos e empresas, além de entrevistas com pequenos produtores, empreendedores, vendedores ambulantes, gestores e trabalhadores. A guerra fiscal que marcou os anos 1990 foi caracterizada por significativo deslocamento da produção do vestuário para o nordeste do país, com destaque para a indústria calçadista e as tentativas de implantação de processos de terceirização de confecções por fábricas do Sudeste e Sul que mantinham unidades na região. Entre essas tentativas, se destacam a implementação de políticas de empresas, estado e prefeituras de abrir no interior dos estados pequenas unidades de produção que funcionavam no acabamento de produtos com salários bem abaixo daquele pago nas unidades das capitais regionais. Ou ainda na tentativa de organizar cooperativas de produção sobre o controle das empresas (Lima, 1999; 2002). Essas tentativas, abortadas ora pela fiscalização do Ministério Público do Trabalho, ora pela crise das grandes empresas do setor, tiveram continuidade nas décadas seguintes com maior ou menor sucesso. Grupos empresariais buscaram reproduzir pequenas unidades produtivas no interior da Região Nordeste, evitando as capitais, em geral, com maior atuação sindical. No RIO_GRANDE_DO_NORTE, elas foram implantadas na região do Seridó, conhecida anteriormente pela produção de algodão e existência de uma pequena produção têxtil majoritariamente voltada a produtos têxteis para uso doméstico. Nos inícios dos anos 2000, uma empresa de confecções local passou a terceirizar roupas para cadeias de lojas, constituindo o núcleo de um conjunto de facções que se expandiram a partir do apoio estatal. Em 2013, o governo do estado, juntamente com um grupo empresarial, criou o Pró_Sertão, programa de incentivo ao empreendedorismo no setor, com apoio da Federação das Indústrias do estado, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do RIO_GRANDE_DO_NORTE (Senai) – para a qualificação de MÃO_DE_OBRA – e do Banco do Nordeste – como agente financiador para organizar facções para atuarem terceirizadas para empresas. Aos incentivos e financiamentos diretos, se soma a expansão da estrutura educacional da região com a abertura, na cidade de Caicó, de um campus do Instituto Federal do RIO_GRANDE_DO_NORTE, aberto em 2009, com três cursos técnicos na área: técnico têxtil, técnico do vestuário e um curso superior em tecnologia em design de moda, criado em 2013. Foram organizadas aproximadamente 70 facções espalhadas por municípios da região, sendo que a maioria se encontra em São José do Seridó (4.634 habitantes) e Jardim do Seridó (12.396 habitantes), tanto em áreas urbanas como rurais. O principal grupo local mantinha sete das 18 facções existentes no município, com uma estrutura completa de uma fábrica de confecção que estava desenvolvendo uma marca própria para seus produtos, por ora distribuídos no RIO_GRANDE_DO_NORTE. Cada unidade de facção empregava em torno de 35 trabalhadores(as). No município de São José, empregava em torno de 600 trabalhadores (Lima, Corteletti & Araújo, 2020). O grupo atuava como terceirizada para redes de varejo, principalmente de uma empresa com sede no estado, trabalhando secundariamente para outras marcas nacionais e mesmo internacionais, mas sem a mesma regularidade da primeira. Utilizava maquinaria moderna até por exigência das contratantes, sendo que o grupo investia, como já foi dito, numa maior autonomia com relação às empresas primeiras. A força de trabalho era majoritariamente jovem e com ensino médio. As relações de trabalho eram formalizadas, com ganhos de um salário mínimo pelos trabalhadores, mas não existem contratos entre as facções e as empresas primeiras, o que torna a relação instável e se constituiu em objeto de investigação do Ministério Público do RIO_GRANDE_DO_NORTE, que considerou as facções como inseridas numa relação de subordinação funcionando como departamentos das empresas contratadas. Essa situação tem provocado igualmente instabilidade entre as facções, em razão da dependência de poucas empresas para sua manutenção e funcionamento. A presença das facções nos municípios sem nenhuma outra atividade econômica significativa torna o emprego nas facções algo desejável e

garante em alguns deles uma situação de quase pleno emprego. Numa unidade rural de São José do Seridó, no assentamento rural de Caatinga Grande, com 300 habitantes aproximadamente, 35 postos de trabalho mantinham parte da juventude local ocupada. Essa situação explica a realização, no ano de 2017, da mobilização desses trabalhadores contra o Ministério Público do estado, que denunciou a principal empresa contratante e esta ameaçou parar de enviar encomendas às facções, as inviabilizando. A aproximadamente 30 quilômetros de São José do Seridó, se encontra o município de Jardim de Piranhas, com população estimada, segundo o IBGE, em 14.837 habitantes (em 2019), marcada por mais de 70 pequenas unidades produtivas, a maioria informal, com produção distribuída por sacoleiros e pequenos comerciantes para todo o país, e que funcionam desde os anos 1990. A produção de Jardim de Piranhas decorre da produção de redes em municípios próximos, do lado paraibano da fronteira, e foi se especializando na produção de artefatos para uso doméstico de baixo custo, como panos de prato, toalhas e tapetes, com destaque para os primeiros. A produção se estende por toda a cidade. É comum, na maioria dos quintais, os panos estarem secando em varais e em outras molduras, geralmente com o emprego de MÃO_DE_OBRA familiar. Algumas unidades maiores, embora formalizadas, utilizam predominantemente o trabalho informal, através de formas distintas de terceirização e quarteirização. O maquinário é antigo e a modernidade da produção, se é que é possível se referir assim, se encontra na entrada de tecidos chineses, considerados mais baratos, com o abandono da tecelagem e a concentração no corte, modelagem e estamparia. A comercialização se mantém a partir de relações de confiança, sendo o WhatsApp a forma tecnológica mais usada. Mesmo assim, a produção, principalmente de panos de prato, abastece todo o mercado nacional. Neste caso, o Estado ainda está pouco presente, situação que tende a mudar, caso haja um aumento da produção, mas ainda incerta frente à crise econômica que tem afetado essa produção informal (Araújo & Oliveira, 2020). Temos duas experiências de produção nesse território: uma vinculada a redes de terceirização, a partir de experiências de interiorização industrial com atuação do Estado e de empresas privadas; e outra, em Jardim de Piranhas, com a constituição de um núcleo produtivo informal, voluntário, da produção de unidades familiares, se aproveitando da proximidade com outros municípios produtores (no caso, redes e tapetes)⁵. O local, nessas duas situações, vai se modificando, seja pela entrada do trabalho formal, terceirizado para grandes empresas, seja pela inserção, a conta gotas, da produção globalizada (produtos chineses) e a comercialização através de meios eletrônicos, ainda em pequena escala. Os pequenos municípios sertanejos permanecem em suas configurações tradicionais, mas não são mais os mesmos, inseridos em redes empresariais e de comercialização, pelas vias primárias ou secundárias, formais e informais. O conceito de glocalização destaca a heterogeneidade dos espaços e uma recusa a contrapor o local ao global. A globalização pressupõe localidades, assim como a invenção de tradições (Robertson, 2000). Nos casos aqui estudado, o local se encontra nas justificativas da implantação de facções numa região com tradição têxtil; no local caracterizado como potencialmente de conhecimento intensivo para distritos digitais; na conformação de greenfields, novos territórios para a indústria automotiva, como local sem trabalho organizados. O local resulta, dessa forma, de situações locais reais ou imaginárias, que incorpora o capital espacial e o modifica. Num país de dimensões continentais, convivem no mesmo território formas diversas de empregos, formalidades, informalidades e precariedades. Novos territórios vão sendo ocupados ou reconfigurados em função de interesses de atores sociais que, juntamente com o Estado, atribuem novos significados a lugares, antes à margem do chamado desenvolvimento capitalista, os inserindo de forma periférica. As relações sociais existentes se modificam com a entrada de novos atores sociais e o Estado, que reterritorializam o lugar, os inserindo na globalização, embora com ritmos distintos dentro de um mesmo espaço regional, aqui circunscrito ao Nordeste. Nos territórios estudados neste artigo, convivem formas variadas de incorporação do local em setores produtivos diferenciados, nos quais a formalização do

trabalho se dá em processos de terceirização financiados pelo Estado, grandes projetos industriais decorrentes de políticas de desenvolvimento e cluster produtivos que se constituem voluntariamente, com o Estado entrando em seguida para aproveitar seu potencial. Longe de reduzir a presença do Estado, a globalização dá continuidade ao seu papel estruturante do processo de acumulação. O local se insere em cadeias nacionais e globais de produção, na qual o setor de confecções é representativo, mas não o único. Esse local permite a manutenção de uma produção no país que concorre com a produção importada de confecções, embora permeado de globalizações. Na produção do tecido já fica evidente a presença do artigo chinês, o local se restringindo cada vez mais a processos manuais de estamparia, importantes numa produção que muda constantemente e valoriza os detalhes determinados pela variação da moda. Vimos situações nas quais a formalidade dominante é relativa, principalmente num quadro crescente de flexibilização do trabalho e reformas trabalhistas. São formais, mas não necessariamente estáveis, variando conforme o setor e a dinâmica econômica. Outras formas reproduzem a histórica informalidade, percebida como precária, mas que, aos poucos, se traveste do flexível empreendedorismo em clusters voltados a produtos baratos de consumo de uma população de baixa renda. São consideradas de grande potencial de competitividade em função da capacidade empreendedora de seus produtores. O caso das atividades em tecnologia de informação, por serem mais recentes, passa pela construção do lugar, estabelecendo suas métricas. Em todo o país, se multiplicam os distritos digitais, dado o espraiamento da tecnologia em todos os setores econômicos e o aquecimento do mercado de trabalho que exige MÃO_DE_OBRA qualificada. João Pessoa se insere nessa construção, aproveitando a infraestrutura local de formação de força de trabalho qualificada. O setor trabalha para empresas locais, nacionais e internacionais, mas ainda são consideradas empresas regionais. Uma das empresas estudadas trabalha com informatização bancária para um grande grupo financeiro nacional, outra com informatização de segurança empresarial, atendendo a clientes africanos, as demais customizam seus serviços para clientes locais e regionais. O deslocamento das empresas automotivas apresenta maior impacto por suas dimensões, ainda mais quando trazem junto o parque industrial de fornecedores. Esses deslocamentos são acompanhados de relações formais e de diretos sociais diferenciados e se conformam ao município em que se instalam. Ainda trazem a esperança de um emprego diferenciado, em termos salariais, e mesmo de direitos. Porém, nem sempre é assim no conjunto do país, e nem sempre atendem às expectativas locais. As empresas se transferem enquanto duram os incentivos fiscais, o caráter de greenfield que lhes garante menos problemas com trabalhadores organizados e, ainda, enquanto a estabilidade econômica garantir suas vendas. A maioria dos carros produzidos no país pouco tem de populares e pouca relação apresenta com os mercados das regiões em que se estabelecem. Nas regiões mais distantes do centro – estado de São Paulo – isto é mais evidente. A Fiat Chrysler, instalada em Pernambuco, produz automóveis de luxo que pouco têm a ver com uma população local que antes trabalhava no corte de cana ou na coleta de mariscos. Os trabalhadores qualificados vieram de outras cidades ou de outros estados, e o impacto não foi menor porque junto se instalaram também as fornecedoras de insumos como vidros e autopeças. Além disso, a empresa firmou com o Estado o compromisso de utilizar força de trabalho local. Embora em situações distintas, a comparação entre setores e diferentes cidades da mesma macrorregião, no Nordeste se evidencia a convivência de formas distintas de produção, mercados e consumos, que se vinculam de forma igualmente distintas com o global. Vias principais e secundárias da globalização que se cruzam, se aproximam e se afastam, representadas pela grande indústria, pela pequena produção familiar, pela pequena produção de tecnologia intensiva, por redes de terceirização. Elas atendem mercados hierarquizados do local ao global, desde as classes média e alta, que consomem carros de luxo, a serviços informáticos empresariais e ao consumo popular. Respondem a demandas globais que se manifestam em marcas e produtos. Trabalhadores qualificados ou não constituem o

substrato do baixo custo presente em territórios periféricos de um país periférico em termos de capitalismo global. Várias periferias se sobrepõem, com significados distintos. Pode ser o trabalhador de software que trabalha formalmente numa empresa; trabalhadores fordistas em uma multinacional automobilística; trabalhadores(as) em fábricas de confecções para redes de lojas que atuam nacionalmente; e a produção de produtos populares por trabalhadores que trabalham informalmente ou possuem pequenas unidades têxteis no sertão nordestino. Para todos estes, numa região de poucas oportunidades econômicas, estas situações significam um cenário de emprego satisfatório e desejado conforme o local. Opção de melhoria de vida, de ocupação regular ou de pequeno negócio que garante a sobrevivência. Por mais distantes que se situem das capitais regionais, esses lugares oferecem atrativos para um capitalismo móvel e flexível, e para o qual o Estado garante a infraestrutura necessária para sua atuação em diversos níveis: regional, nacional e global. Glocalizados, estão presentes nos mesmos espaços, onde o moderno e o tradicional, o formal e o informal, e distintos graus de precariedade confluem na configuração territorial do capitalismo em sua versão brasileira.

**** *tex_35_Silva *rce_3 *temat_9

Se considerarmos a posição da cidade de Campina Grande na rede urbana, veremos que, de acordo com a Região de Influência das Cidades (Regic), é classificada como Capital Regional B. Para tal classificação foram utilizados determinados critérios: função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário em escala federal; de centralidade empresarial; presença de diferentes equipamentos e serviços (IBGE 2009). O mapa 1 apresenta a região de influência de Campina Grande em relação à capital João Pessoa, classificada como Capital Regional A. Tais estudos partem da constatação da maior abrangência espacial que, para essas cidades e a partir delas, são estabelecidas, conformando regiões que têm espacialidades marcadas por descontinuidades territoriais e ampliação das articulações espaciais por diversos meios de transporte e de comunicação. Parte ainda do pressuposto de que tais cidades vêm recebendo influência de novos atores econômicos, na maior parte dos casos empresas de grande porte, e/ou respondendo a interesses de inovação tecnológica. Essa análise vai ao encontro das transformações que o espaço vem sofrendo, principalmente a partir da crescente internacionalização da economia capitalista (Castells, 1984). São transformações que levam a uma nova maneira de produzir, para além das regiões, dos países, levando à mundialização que torna cada vez mais os lugares singulares e específicos (SANTOS, 1994). É nesse contexto que surge a necessidade de se pensar a noção de região dentro de um contexto mais abrangente, que acarrete a necessidade de repensar a clássica noção de rede urbana (figura 1). Segundo Santos (1994), Hoje, a noção de região se inclui num contexto maior, onde, também, não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana; assim também como não podemos mais referir às clássicas noções de relação cidade campo. Não é que não existam ainda hoje estas relações, mas mudaram de conteúdo e de forma. (Santos, 1994, p. 48) Dentro dessa mudança de conteúdo e de forma se estabelece a especialização produtiva, que ocasiona a especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas (SANTOS, 1994), fazendo, assim, crescer as cidades médias. A esquematização clássica da rede urbana era estabelecida por uma hierarquia em que as cidades mantinham relações apenas com aquelas mais próximas, ao contrário do que ocorre atualmente. Graças ao avanço das comunicações e dos meios de transporte e a consequente fluidez do território, as cidades se relacionam mutuamente, sem que haja, obrigatoriamente, uma hierarquia entre elas. Segundo Correa (1989), no processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Dessa maneira o autor afirma que a rede urbana é a cristalização do processo de realização do capital e, por conseguinte, ela permite compreender a divisão e a articulação do mundo

capitalista. Assim, crescem as cidades médias, a partir da intermediação e do processo de troca que realizam com as demais cidades. A análise dessa tipologia de cidades, realizada pelos estudos anteriormente citados, estabeleceu critérios para a classificação que utilizam, como suas características funcionais e o seu papel como elo entre centros locais, a partir da sua atuação como centro de ofertas de bens e serviços para sua área de influência (SPOSITO, 2006). Corrêa (2007) lembra que as cidades médias estão inseridas num continuum que vai de minúsculos núcleos de povoamento às cidades globais, sendo elas um tipo de cidade caracterizada por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano. Para tanto, há de se considerar que tais características são contextualizadas geograficamente, a partir de uma combinação entre elas. A origem dessas cidades estaria no contexto de formação da moderna rede urbana, desde a integração e diferenciação demográfica e funcional, que emerge do processo de urbanização diferenciada, fazendo surgir centros metropolitanos, cidades médias e cristalizando demograficamente as pequenas cidades. No caso, as cidades médias se mostram como lugares com perspectivas consideradas promissoras para novas atividades de agentes sociais empreendedores. Para Soares (2008), se deve considerar ainda a condição provisória da cidade média, bem como as conexões políticas e econômicas que ela mantém com a pequena e a grande cidade, pois apresenta em seu espaço urbano amenidades da primeira, sem as desvantagens da segunda. Sposito et al (2007) afirmam que o estudo das cidades médias brasileiras deve ser realizado a partir do novo contexto que rege o espaço de suas relações, o qual é marcado por articulações espaciais realizadas sem haver continuidade territorial, ou seja, como a importância de uma cidade média tem relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência. Hoje em dia se deve estar atento para o fato de que tal relação não se dá apenas através da continuidade territorial, mas também a partir das possibilidades oferecidas a partir da conectividade, considerando a crescente importância das telecomunicações. Os estudos levam em consideração, também, as transformações observadas no espaço intraurbano dessas cidades. São transformações que aparecem como reflexo da reestruturação produtiva a qual, por sua vez, vem acompanhada pela reestruturação espacial das cidades médias, através da ampliação ou alteração de seus papéis regionais e da escala de abrangência da rede de fluxos em que se inserem. A cidade de Campina Grande, inserida nesses critérios elencados para análise dessa tipologia de cidades, se apresenta como lugar com perspectiva considerada promissora para novas atividades de agentes sociais empreendedores. Muito embora, hoje, Campina Grande não sofra a mesma influência do algodão colorido em seu espaço urbano como ocorreu com o comércio do algodão branco, no século XIX e na primeira década do século XX, na cidade se encontra uma propagação da cadeia produtiva do algodão colorido, desde sua criação até sua comercialização. Tal processo se reflete na grande quantidade de cooperativas que foram criadas na cidade em função desse novo produto, a exemplo da Coopnatural. Com o intuito de atender as indústrias têxteis modernas, foram lançadas pela Embrapa Algodão, localizada no município de Campina Grande, as fibras de algodão colorido. Como as fibras existentes eram curtas e fracas, não atendendo a demanda das indústrias modernas, se deparou com a necessidade ou interesse de se criarem novas fibras que pudessem passar por esse processo, sendo as coloridas inovadoras nesse tipo de mercado. Não só a ciência, mas também a tecnologia e a informação, estão contidas na criação dessa semente, que faz com que o algodão já nasça colorido, a partir de pesquisas e experimentos. Tais pesquisas são desenvolvidas por engenheiros agrônomos que trabalham com o Melhoramento Convencional, ou seja, o cruzamento entre o próprio algodão, o branco, que possui uma fibra mais resistente, com o outro que apresenta alguma coloração, mas tem a fibra fraca. Essas fibras com coloração, utilizadas para o processo de melhoramento, são fibras nativas, não só do Brasil como de outros países e já apresentam uma coloração marrom ou esverdeada, sendo, porém curtas, o que dificulta o processo de fiação. A cadeia produtiva do algodão colorido é

iniciada com a etapa da produção das sementes, que fica sob responsabilidade da Embrapa Algodão. Logo em seguida ocorre o plantio. Nesta etapa, como vimos no capítulo II, se trocam experiências entre pesquisadores da Embrapa Algodão e agricultores. No caso do algodão orgânico, há uma supervisão por parte da cooperativa, para que o produto obtenha o selo de orgânico. A etapa seguinte é a do descaroçamento.

**** *tex_36_Dos_Santos *rce_3 *temat_9

A partir da década de 2000 a gestão e organização territorial da Microrregião do Cariri Ocidental foi reformulada, dando a mesmas, novas alternativas de desenvolvimento socioespacial a partir de atividades não produtivas e/ou sob outras perspectivas de produção como o cooperativismo e associativismo, buscando uma valorização do campo e a (re)pecuarização a partir da caprinocultura. Diante desse novo contexto, acompanhado por um aumento da qualidade de vida, se observa no espaço urbano tentativas de (re)produção dos arquétipos da cidade moderna, como a valorização das novas formas de comércio e serviços em detrimento das tradicionais, mesmo que as essências permaneçam, a paisagem é forçada a se transformar. Em tese, está nova condição espacial é resultante dos eventos explorados, mostrando que nas pequenas cidades, a relação dialética entre cidade e campo, ocorrem de modo muito íntimo. Sendo na cidade o grande locus das transformações sociais e culturais. Em virtude de sua capacidade de compressão, são identificados nas formas comerciais as grandes alterações na produção do espaço urbano que, por sua vez, só ocorreram em virtude da formação de uma base material nos moldes do capital. Esta relação existente entre essência e existência, subjetividade e objetividade, cotidianidade e formas espaciais, representam a influência que os objetos exercem nas relações sociais e como estas relações sociais resultam formas espaciais em constante mutação. Sendo assim, o conjuntos valores oriundos da inserção destas localidades em uma rede supraregional, cada vez mais se manifestação nas paisagens, formas e nas organizações territoriais. Aqui expostas a partir do comércio. Para concretização dos objetivos propostos, foi realizado uma pesquisa teórica metodológica, tal como investigações sobre os trabalhos já realizados sobre a localidade. Em um segundo momento, apropriar com análises in loco: entrevistas, fotografias e observação da paisagem, para enfim realizarmos algumas análises e conclusões. Diante deste contexto, se nota que o arranjo espacial se transforma de acordo com a nova lógica de desenvolvimento que busca se emancipar enquanto uma materialidade contemporânea resultantes do diálogo entre a própria força coercitiva do Estado, através da construção de infraestrutura e do planejamento urbano e seus monumentalismos, tal como pelas relações sociais que viabiliza tais mutações. Por último, cabe destacar que dentro da concepção de rede urbana, aqui não propomos analisa em sua dimensão total, pelo contrário, se cabe neste artigo contemplar e analisar a multiplicidade de movimentos de pessoas e capitais em escala regional/local. Já que a relação entre o Campo (a zona rural, agrovilas e vilarejos) e a Cidade (polo), se constitui como o principal responsável pela formação, dinamização e consolidação dessas espacialidades. Sendo assim, o intuito deste artigo é, justamente, contribuir para compreensão do conteúdo das pequenas cidades do semiárido nordestino na atualidade e a função do setor terciário na manutenção de sua estrutura tendo em vista que fenômeno da urbanização se mantém nessas localidades, apesar da baixa densidade demográfica, como uma reestruturação produtiva condicionada pelas sucessivas crises socioeconômicas dos meios de produção moderno industriais.

**** *tex_37_Batista *rce_3 *temat_9

O município de Campina Grande é o segundo maior e mais populoso do estado da Paraíba, com uma população de 385.213 habitantes, de acordo com a contagem do IBGE (2010). se Trata de um considerável contingente populacional, levando em conta a sua localização interiorana, como veremos mais adiante. Costa (2003, p. 38),

abordando sobre a classificação de Campina Grande, enquanto importante cidade média na hierarquia urbana brasileira, destaca a atração populacional dessa cidade, provocada pelo processo de urbanização. O autor afirma que Nos anos setenta (séc. XX) as cidades médias passaram a ser consideradas aquelas que tinham população superior a 100.00 hab., cifra que Campina Grande já ultrapassara em 1960. Também não poderíamos deixar de mencionar a emergência dessa cidade como tecnopolo na região Nordeste. Apresenta um conceituado centro tecnológico formado pela Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPESQ), Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, além de contar com numerosas empresas que atuam na área de informática e eletrônica, principalmente na produção de softwares. Essa característica se explica, em parte, pelas transformações ocorridas na sua economia nas duas últimas décadas, sentidas pelo advento da reestruturação produtiva, das mudanças nos processos de trabalho e em face das novas tecnologias que se estabeleceram na cidade (PONTES, 2006, p. 337). Quando se discute cidades médias, procurando analisar mais profundamente essa temática, se percebe, de imediato, a tamanha complexidade. Isso ocorre tanto se pensarmos na noção, que exige reflexão, como pela diversidade das cidades consideradas médias no país, cada qual com sua especificidade própria, seja no seu contexto histórico, seja no que se refere às dinâmicas regional, econômica, social ou cultural. Tais diferenças existentes nesses espaços urbanos representam um enorme desafio à análise geográfica. Dessa maneira, para Castello Branco (2006, p. 246), As definições de cidades médias e de seu papel na rede urbana constituem uma problemática relevante no âmbito da geografia urbana. Atualmente, no tocante a discussão sobre cidade média, vários autores contemporâneos do pensamento geográfico brasileiro se debruçam sobre o tema. Entre eles, podemos citar a contribuição de nomes como Maria Encarnação Spósito, Denise Elias, Arthur Whitacker, Oscar 3 As mudanças ocorridas com os novos processos produtivos a partir das inovações tecnológicas e das alterações nas relações de trabalho constituem a Terceira Revolução Industrial, que consiste na chamada reestruturação produtiva. Entre alguns estudiosos do assunto, podemos citar Singer (2003), Harvey (1989) e Stopper (1990). Sobarzo, Beatriz Soares, William Silva, entre outros. Ainda a respeito da noção de cidade média, Spósito afirma que essa expressão corresponde mais a uma noção do que a um conceito propriamente dito, pois tem servido para designar cidades com população entre 200 mil e 500 mil habitantes (2001, p. 239). Dessa forma, para a análise da cidade média se faz necessário que não se considere apenas o tamanho demográfico, as funções urbanas e a organização do espaço intraurbano de forma isolada, mas sim a análise de combinação de outros elementos, como o grau de urbanização, a qualidade de vida e a centralidade nesses centros urbanos. Não obstante, a respeito da temática em questão, utilizaremos para esse texto de dimensões reduzidas, apenas os pressupostos discutidos pelo professor Roberto Lobato Corrêa (2007, p.29), para abordar a constituição de um quadro teórico sobre a cidade média. Este autor admite a necessidade de se considerar três elementos compreendidos como essenciais, como a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais. Dessa maneira, vamos analisar isoladamente o caso de Campina Grande enquanto cidade média, entendendo a sua especificidade, a partir das considerações feitas pelo autor supracitado. O primeiro critério para se considerar uma cidade média, segundo Corrêa (2007), se trata da necessidade de haver uma elite empreendedora, sendo esta cidade, antes de tudo, um local de concepção, de tomada de decisões e acumulação de capital. Esse parece ser o caso de Campina Grande que, desde muito tempo, teve uma elite empreendedora, que surgiu e se consolidou graças à comercialização do algodão, principal produto da sua economia durante todo o século XIX até a primeira metade do século XX. Portanto, a elite da cidade era originalmente mercantil. Sobre essa elite empreendedora local, Cardoso (2000, p.42) afirma: Contudo, foi com o desenvolvimento da cultura do algodão que a cidade de Campina Grande adquiriu sua principal condição de centro comercial. Os comerciantes campinenses se tornaram agentes financeiros ao implantar os

primeiros bancos; bancos privados locais que surgiram como sociedades cooperativas, primeiramente, e posteriormente foram absorvidos por estabelecimentos financeiros nacionais. O algodão do Nordeste foi o motor do enriquecimento e modernização de Campina Grande. Andrade (1977, p. 37), ao tratar de Campina Grande como polo de desenvolvimento na região Nordeste, destaca especificamente o espírito empreendedor de sua gente, ao grande desenvolvimento comercial, assim como a uma série de fatores outros. A respeito do papel da elite local, Corrêa (2007, p. 29) entende que esta, quando se constitui empreendedora, estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos. No auge da sua economia, sobretudo entre fins do século XIX e início do século XX, Campina Grande chegou, inclusive, a disputar a comercialização do algodão com outros centros de comércio distantes, como afirma Cardoso (2000), por volta da década de 1930, a cidade é uma das principais cidades do interior nordestino, se destacando pelo intenso comércio de algodão na condição de terceira praça algodoeira do mercado mundial. Segundo ainda o referido autor, foi o capital acumulado durante décadas na produção industrial tradicional dos derivados do ouro branco, que financiou parte da urbanização da cidade (2000, p. 51). Atualmente, parte do capital acumulado por essa elite local, se tem fundido nas últimas décadas com investimentos externos de grupos empreendedores de fora da região Nordeste e até mesmo do país. O segundo critério apontado por Corrêa para se estudar uma cidade média é a localização relativa. Dessa forma, deve dispor de expressiva localização, se constituindo em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego (2007, p. 30), pois, explica o autor: É esta localização uma herança do passado, resultado de um modo mais atrasado de circulação, submetido à conformação do relevo e das vias fluviais, ou ainda do movimento dos avanços e paradas de linhas ferroviárias, criando ponta de trilhos (gateway cities), ou é parte dos empreendimentos realizados por um grupo social que, simultaneamente se tornava elite ou reforçava essa posição? (CORRÊA, 2007, p. 30). No caso específico de Campina Grande, durante muito tempo a cidade passou a se beneficiar da função de nó rodoviário, além de também se constituir como ponta de trilhos e boca do sertão, o que ajudou a consolidar a sua posição de capital regional. Ainda sobre a localização relativa da cidade, Costa (2003, p.42), afirma que geograficamente bem localizada no entroncamento das mais importantes estradas paraibanas, atendia a vasta hiterlândia com rarefação de vias de circulação, seu comércio algodoeiro já apresentava importância no início do século XIX. Essa destacada posição geográfica não se resume ao território paraibano, mas também às principais cidades e capitais nordestinas, com as quais se estabelece fluxos por meio de transportes rodoviários e ferroviários. No que diz respeito às duas principais rodovias que cortam Campina Grande, podemos citar as BR 230 e 104, que se interligam com outras importantes rodovias da região Nordeste (Figura 1). A BR 230 parte da cidade de Cabedelo, PB, na direção leste, passando por João Pessoa e indo até o extremo oeste do estado, formando depois a rodovia Transamazônica. Ainda em João Pessoa, a BR 230 se interliga com a BR 101, que oferece acesso tanto a Natal como a Recife. A ligação com cidades do interior de Pernambuco e até a Bahia, se estabelece a partir da BR 230 no entroncamento com a BR 412, a 30 Km de Campina Grande, na Praça do Meio do Mundo. Já a BR 104 se encontra no sentido nordeste sudeste e interliga Campina Grande a importantes cidades do interior do RIO GRANDE DO NORTE e de Pernambuco. No que diz respeito às ligações aéreas locais, o Aeroporto Presidente João Suassuna, em Campina Grande, apresentou um aumento considerável no seu fluxo de passageiros. Esse fato pode ser constatado através dos dados da INFRAERO (2014), ao revelar que o aeroporto campinense teve nos últimos dez anos um crescimento de passageiros de 534 POR CENTO, no período de 2003 a 2013. Por fim, o terceiro e último critério destacado por Corrêa (2007) se refere às interações espaciais, que, segundo o autor, se trata de um dos mais fecundos para construção desse quadro teórico sobre a cidade média. Consiste na conexão à rede global, que se

realiza em duas escalas espaciais: a escala regional e a escala extraregional, tanto do ponto de vista nacional como internacional. Analisando Campina Grande, percebemos que essa conexão à rede global ocorre a partir da produção tecnológica, principalmente softwares, que é exportada para vários países, da comercialização do algodão colorido, do intercâmbio de pesquisas e atividades acadêmicas através das instituições de ensino e pesquisa nela localizadas e de instalações de empresas multinacionais nas últimas décadas. A cidade apresenta, ainda, características variadas, que definem seu espaço como sendo uma cidade média de fato. Entre essas características, se tem a presença dos novos ramos de atividades econômicas e dos novos agentes econômicos recentemente instalados na cidade, a sua atual dinâmica populacional, o mercado de trabalho, os novos equipamentos e infraestruturas, assim como as condições de moradia. Sendo assim, não resta dúvidas de que Campina Grande se encontra qualificada como uma cidade média atual, por reunir elementos variados que fundamentam essa definição. Ou seja, possui há algum tempo uma elite empreendedora, desfruta de excelente localização relativa e conta com interações espaciais complexas. Em face do exposto, a nossa pesquisa analisa a realidade urbana de Campina Grande enquanto cidade média, buscando entender, mais especificamente, sua centralidade intraurbana. Ao iniciar este tópico, procuraremos mostrar a significativa importância que exerce o Centro de Campina Grande, muito embora já se constate nesse espaço a manifestação do processo de descentralização que vem passando a partir do deslocamento de algumas atividades. Não obstante, não se pode desconsiderar que essa área ainda apresente uma forte centralidade, tanto do ponto de vista comercial como no que diz respeito à prestação de serviços. Para isso, se torna necessário uma alusão histórica para entender a formação do centro tradicional de Campina Grande. A esse respeito, de acordo com Maia (2009, p. 793), em *As ruas da cidade tradicional: a morfologia do centro de uma cidade média*, comentando sobre a origem da cidade de Campina Grande, ressalta a importância de sua posição geográfica (ou localização relativa), que se constituiu em movimentado entroncamento de caminhos que conduziam os tropeiros que transportavam o gado e as mercadorias entre as cidades do sertão e do litoral paraibano. Essa característica fez aos poucos a então Vila Nova da Rainha se tornar um importante ponto comercial no interior do Nordeste. Sobre o surgimento e a expansão do núcleo urbano de Campina Grande, a autora diz que a cidade erguida desde a sua origem se constitui como uma única centralidade, de forma integrada, até as primeiras décadas do século XX (MAIA, 2009, p. 794). A autora acrescenta que a primeira expansão do núcleo primaz, ocorre em torno da igreja matriz a partir de caminhos e ruas que vão sendo abertos, impulsionados pela atividade mercantil (2009, p.795). Posteriormente, em consequência do impulso da economia algodoeira, a concentração de capital permitiu à administração municipal a execução de uma grande reforma urbanística no Centro da cidade, ocorrida entre as décadas de 1930 e 1940. Segundo Maia (2009, p. 192), Tal reforma atingiu diretamente as ruas principais da cidade, aquelas que representavam a sua primeira morfologia. Foram abertas largas avenidas como a Floriano Peixoto e outras ruas foram alargadas, calçadas e iluminadas. No caso específico de Campina Grande, outros elementos ajudam a explicar a formação do Centro dessa cidade, como a ocorrência da feira livre. Ainda hoje, sua Área Central apresenta boa parte da localização no seu sítio histórico, ou seja, no local onde a cidade teve origem. Atualmente, esta área se encontra delimitada como Bairro pela Prefeitura Municipal, como mostra o (Mapa 1). Já na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1960, Campina Grande começa a passar por um processo lento de descentralização de algumas atividades industriais, comerciais e de serviços (COSTA, 2003). Este autor cita vários fatos que marcaram a reorganização do espaço urbano campinense, principalmente a descentralização de algumas dessas atividades nas últimas três décadas. Ainda a esse respeito, Costa (2003) e Maia (2009) comentam sobre o início da descentralização das atividades industriais, que ocorre a partir das ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nos anos 1960, o que resultou em meados

dessa década, na criação do distrito industrial em áreas periféricas da cidade. Posteriormente, na transição das décadas de 1970 para 1980, ocorre de forma lenta a descentralização do comércio campinense, processo que se acentua a partir dos anos 1990. Também merece destaque, sobretudo a partir dos anos 1980, e mais intensamente nos anos 1990, a descentralização das atividades médico hospitalares na cidade, que, aos poucos, se transferem do Centro para a Prata, bairro contíguo ao centro tradicional. Atualmente, é visível nesse bairro a concentração de clínicas, consultórios médicos, farmácias e laboratórios de análises clínicas. Muitos desses empreendimentos, quando não se transferiram definitivamente do centro tradicional para o bairro da Prata, passaram a abrir filiais nesse bairro. Tal especialização funcional tem mudado a configuração urbana do bairro em virtude da aquisição de algumas residências de classe média, adaptadas para funcionar como clínicas e laboratórios. Além disso, observamos a construção de alguns edifícios tipo empresariais para sediarem consultórios ou centros médicos. Essas edificações, com uso específico de serviços médicos, convivem ao lado dos edifícios residenciais de alto padrão. Entretanto, a mudança no uso do solo do bairro da Prata é evidente. Ainda com relação ao centro de Campina Grande, principalmente no que diz respeito às mudanças contínuas que essa área passou ao longo da história da cidade, merece destaque, a partir da década de 1970 e mais intensamente na década de 1980, as ações do Projeto CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada), projeto instituído pelo Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação (BNH). O projeto CURA, promovido pelo governo federal tinha por finalidade investir em equipamentos urbanos e efetuar obras de infraestrutura. Sobre a execução desse Projeto Urbano em Campina Grande, Lima (2004) escreve: Destarte, as grandes obras de infraestrutura, implantadas na área do CURA de Campina Grande, promoveram a valorização do setor urbano, a medida que organizou a área central da cidade, retirou do centro da cidade a população excedente, modificou a rede viária central e expandiu, consideravelmente, o tecido urbano. (LIMA, 2004, p.249). A partir das considerações do autor supracitado, se percebe que as ações do Projeto CURA no Centro Tradicional de Campina Grande, contraditoriamente, tiveram efeito inverso ao esperado. Ou seja, ao invés proporcionar melhorias sociais, aumentou significativamente a especulação imobiliária no local. Todavia, o processo de descentralização de algumas atividades aglutinadas no Centro continua durante toda década de 1990. Sendo assim, este conjunto de ações, vão lentamente modificando as características originais do centro de Campina Grande, constituindo posteriormente a formação das novas áreas de desdobramento do centro. De modo geral, essa questão das operações imobiliárias, ocorridas nas cidades brasileiras a partir dos anos 1980, bem como sua relação com a formação de novas áreas de centralidade é tratada por Tourinho (2006), quando afirma: as novas áreas de centralidade, de caráter fragmentado, criadas após os anos 1980 fora do centro expandido, como resultado de fortes operações imobiliárias e urbanísticas, ou ainda, dentro dele, como produto de operações de revitalização urbana. (TOURINHO, 2006, p. 279). Outra característica do processo de descentralização pelo qual passa o Centro e a Zona Periférica do Centro 8 de Campina Grande é do comércio automotivo. Tradicionalmente, o comércio de veículos automotores na cidade se encontrava concentrado no Centro ou no seu entorno, principalmente nas ruas João Suassuna, Eptácio Pessoa, Antenor Navarro, Raimundo Alves da Silva e Quinze de Novembro. Porém, recentemente, algumas lojas de veículos, que até então se encontravam localizadas próximas ao Centro, passaram a abrir filiais no bairro do Catolé, mais especificamente na avenida Severino Cabral. Acreditamos que a presença dessa especialização tem efeito direto sobre a transformação pela qual o bairro do Catolé passa atualmente que, associado a outros bairros vizinhos, esteja impulsionando o processo de formação de uma nova área de centralidade no entorno do shopping center, ora em estágio inicial. É necessário ainda esclarecer que não é possível discutir isoladamente a formação de uma nova área de centralidade sem antes falarmos propriamente do centro tradicional de uma cidade, aqui, o de Campina Grande. Em

outras palavras, não é possível entender o processo de formação de novas áreas de centralidade sem, primeiramente, nos remetermos a uma análise urbana espacial, que se inicia no centro tradicional. Portanto, em Campina Grande, mesmo com a ocorrência do processo de descentralização nos últimos tempos, mesmo assim, a centralidade ainda se expressa no Centro dessa cidade, apresentando uma importância considerável. Ainda sobre a análise do Centro de Campina Grande, Maia (2009, p. 181) diz: Contudo, vale ressaltar a grande dinâmica e mesmo centralidade do seu núcleo primaz, apesar da existência de novos subcentros. No que diz respeito à alocação de atividades comerciais e de serviços no prolongamento dos eixos viários, Spósito (1991) e Cordeiro (1980), usam o termo desdobramento da área central, para se referir a novas áreas de centralidades em que ocorrem atividades caracteristicamente típicas do Centro; podendo, ocorrer em alguns casos até a especialização comercial dessa área, formada para uma clientela específica. Essa discussão nos leva a afirmar que, muito embora Campina Grande tenha passado na última década por um processo lento de descentralização da sua atividade terciária, sobretudo a partir da implantação do seu principal shopping center e da expansão de novos eixos comerciais afastados da Área Central, o seu centro tradicional ainda congrega a maior parte do comércio e dos serviços prestados, sendo o ponto de encontro de fluxos diferenciados. Com o aprofundamento teórico metodológico, a tendência dessa pesquisa no futuro é realizar um levantamento do uso do solo urbano tanto na Área Central de Campina Grande, bem como nos novos eixos de desdobramento do centro principal, ou seja, as Avenidas Manoel Tavares, Elpídio de Almeida, Juscelino Kubitschek, Floriano Peixoto e Dom Pedro II. Esse levantamento empírico consistirá em identificar e contabilizar o número de estabelecimentos comerciais e de serviços, terrenos e residências nessas duas áreas distintas que se inserem ao mesmo tempo nos dois circuitos da economia urbana. Com base nas ideias anteriormente expostas, entendemos que o processo de formação e expansão de novos eixos de desdobramentos do centro principal de Campina Grande, representa um indicador para a análise da redefinição da sua centralidade intraurbana. Assim, buscamos analisar a importância de algumas vias que ligam a Área Central a outras áreas mais distantes, e que mesmo assim, ainda vem representar uma nova redefinição da expressão de centralidade em questão. Segundo Tourinho (2006): O processo de desdobramento do centro deve ser entendido como o ato que envolve a formação de novas unidades que se valem de elementos daquelas já existentes. Assim, desdobrar é estender desenvolver, é o prolongamento no espaço e no tempo da mesma coisa. (TOURINHO, 2006, p. 292). Dessa forma, entendemos que nas vias Manoel Tavares, Severino Cabral, Elpídio de Almeida, Juscelino Kubitschek, Floriano Peixoto e Dom Pedro II, estão se constituindo novos eixos de desdobramento do centro principal. Ao saber que o desdobramento dessas vias, ocorre como um prolongamento do seu centro principal é que entendemos a importância de estudá, levando em conta a teoria dos dois circuitos da economia urbana. Como já foi discutido no tópico anterior, o Centro de Campina Grande não perdeu totalmente sua característica de centralização, muito pelo contrário, ainda atrai e concentra inúmeras atividades econômicas. Inclusive, dialeticamente, em outros determinados tipos de atividades e serviços, este Centro vem concentrando ainda mais importância do que antes. Villaça (1998, p. 247), tratando da questão dos centros principais, relacionando ao porte das cidades, afirma que quanto menor a metrópole, maior a parcela de seus empregos terciários localizadas no centro e complementa este raciocínio sobre as cidades médias, ao afirmar que Numa cidade de 100 ou 200 mil habitantes, a participação dos empregos terciários centrais pode chegar a 70 POR CENTO ou 80 POR CENTO. Tal afirmação, relacionada aos centros urbanos, leva em consideração a estrutura urbana que ajuda a entender as lógicas da divisão social e territorial do trabalho. Assim, o centro principal (ponto de convergência geral), passa a expressar maior complexidade ao reproduzir as diferenças socioeconômicas, através do processo de desdobramento com novas áreas de espacializações. Este é o caso de Campina Grande, pois, muito embora a cidade tenha passado nos últimos tempos por um

processo de descentralização de suas atividades terciárias, com a expansão de algumas vias comerciais e de serviços, seu centro principal ainda concentra a maior parte dos serviços prestados e do comércio, sendo o lócus do cruzamento de vários fluxos. Sobre essa questão, Maia (2009) afirma: Na verdade, o centro principal da cidade de Campina Grande não corresponde a uma área estagnada ou esquecida, muito embora já se vislumbre as alterações provocadas pelo surgimento das novas centralidades em outras localidades. (MAIA, 2009, p.193). Dessa forma, Campina Grande, mesmo apresentando indícios do processo de descentralização, particularmente em alguns tipos de serviços, apresenta um Centro que ainda exerce forte influência para a cidade como um todo e também para cidades localizadas na sua área de influência. Sobre a noção de subcentro, Villaça (1998, p. 293) esclarece que a expressão subcentro é designada para aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal. E acrescenta que O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Ainda segundo o autor, o conceito de subcentro é empírico, mas tem havido certo consenso quanto a alguns estabelecimentos, como lojas de departamento, filiais de lojas do centro, profissionais liberais, cinemas e restaurantes (1998, p. 294). Os subcentros se desenvolvem lentamente por serem, de início, estabelecimentos comerciais de pequeno porte, ou seja, pertencentes a proprietários locais e que atendem a uma população restrita, daí geralmente sua formação inicial pode muitas vezes está ligada tanto ao circuito inferior, como ao superior. Sendo assim, o subcentro difere do centro tradicional (ou principal), que além da sua localização, atende a uma população menos abrangente e mais homogênea. A partir do desenvolvimento dessas áreas, passam a se instalar, aos poucos, filiais de estabelecimentos que estão no centro principal (daí, segundo alguns autores, a expressão réplicas). Dessa maneira, entendemos que o surgimento dos subcentros está ligado a estruturação do espaço urbano. Contudo, de acordo com o aumento da área, há uma introdução de capitais externos que modificam as lógicas de atuação e geram uma redefinição na forma urbana e na expressão de centralidade do subcentro. É a partir daí que a consolidação de um subcentro está relacionada ao circuito superior da economia, (SANTOS, 2008). Ainda tratando dessa questão, compreendemos a maneira como ocorre nesses espaços (eixos de desdobramento do centro principal) a conexão à rede global, tendo em vista, sobretudo na última década, a instalação de lojas, bancos e supermercados pertencentes a empresas multinacionais. Esse fato configura a presença dos novos ramos de atividades econômicas e dos novos agentes econômicos recentemente instalados na cidade (Figura 2). Dessa forma, se constata a alocação de novos estabelecimentos comerciais de capital externo como bancos, supermercados e lojas de franquias nas vias de circulação já mencionadas. Sendo assim, o surgimento de novas áreas de centralidade nesses espaços, pode ser entendido como parte do desdobramento do centro principal, a partir da sua descentralização territorial, que ocorreu através da realocação de alguns estabelecimentos que antes estavam concentrados no Centro, como também a partir da recente instalação de novos empreendimentos. Essa explicação para o fenômeno da nova centralidade, pode ser entendida a partir da teoria de Berry (1968) Apud Gottdiener (1997), ao afirmar que o processo de descentralização ocorrido nas últimas décadas nas cidades fez surgir novas formas espaciais, a exemplo dos subcentros comerciais (planejados ou espontâneos), áreas especializadas e eixos comerciais. No caso específico de Campina Grande, isso se explica, em parte, pelos novos empreendimentos de capitais de médio e grande porte que migraram do Centro para esses eixos. Isso também pode ser explicado, em parte, pelo aumento demográfico e econômico da cidade, que não permitia mais a concentração de todo o comércio no centro tradicional. Tal fato coincide com as palavras de Maia (2009, p. 180): Outro fato marcante a esse respeito são as instalações dos shoppings centers e hipermercados em localizações servidas por vias expressas, estabelecendo novas polaridades no espaço urbano, ou, ainda, com as palavras de Pintaudi (1999, p. 157), ao afirmar que

os hipermercados e os shoppings centers são os lugares que melhor traduzem a nova centralidade para a troca de mercadorias. Nesse contexto, analisando especificamente o caso de Campina Grande, compreendemos que a formação dos eixos de desdobramentos do centro principal, representa de fato a formação de novas áreas de centralidade. Isso significa que, muito embora o Centro de Campina Grande ainda exerça uma forte centralidade e represente a área de maior dinamismo e concentração de atividades de comércio e serviços, podemos perceber que desde a última década, outras áreas além do Centro têm passado por mudanças bruscas no uso do solo urbano, configurando de fato novas centralidades. A respeito de Campina Grande, Cardoso & Maia (2007, p. 536), afirmam que a cidade conserva uma necessidade de estar sempre reafirmando a sua modernidade. Porém, como mostrou Costa (2003), tais modernizações se fazem presentes e ao mesmo tempo desiguais na economia campinense, revelando a coexistência de setores, não segmentados entre si, mas duplamente complementares: o circuito superior e o circuito inferior. Isto significa que, esta cidade, ao passar por mudanças bruscas na sua economia, decorrentes do atual período técnico_científico_informacional, tem revelado questões de natureza dialética. Ou seja, muito embora a cidade venha passando por intensas transformações ocorridas a partir do advento da reestruturação produtiva, inserção cada vez mais de empresas de capital externo e modificações nos processos de trabalho, com a introdução de novas tecnologias; contraditoriamente, ocorre um processo de exclusão que tem se verificado com o aumento da pobreza e do desemprego. Como alternativa de sobrevivência, parte dos excluídos desse processo recorre ao circuito inferior, como ficou constado através da expansão do comércio informal no centro tradicional de Campina Grande. Isso sem falarmos no aumento de periferias problemáticas e perigosas, aliadas a ampliação do número de subempregos. O Centro de Campina Grande nos últimos anos vem apresentando indícios de um processo de descentralização de algumas atividades econômicas. Mesmo assim, a cidade ainda apresenta uma Área Central que exerce forte influência para o restante dos bairros, bem como para dezenas de pequenas cidades localizadas na sua área de influência. Inclusive, por outro lado, em alguns tipos de atividades econômicas, esse Centro apresenta a concentração de variados tipos de fluxos, até mais importantes do que antes do processo de descentralização. Isso nos leva a afirmar que esse processo de descentralização na Área Central, apresenta uma continuidade cada vez mais evidente, mas que, contraditoriamente, ao mesmo tempo, se reforça a sua centralidade. Ou seja, o Centro de Campina Grande se mantém como uma área bastante dinâmica, mesmo apresentando sinais do surgimento de novas áreas de centralidade em outras partes da cidade, como por exemplo, nos eixos de desdobramento do centro principal. A partir de então, temos também constatado que essas vias recentemente têm se caracterizado pela prevalência de atividades ligadas principalmente ao circuito superior da economia, ao passo que o centro principal, apesar de existir ainda estabelecimentos comerciais e de serviços do circuito superior, ainda predomina quantitativamente e se acentua a cada dia o comércio e os serviços do circuito inferior. Em face do exposto, o surgimento dessas áreas de centralidade, pode ser entendida como início do desdobramento do centro principal, a partir da descentralização de algumas atividades comerciais e de serviços do circuito superior, que ocorreu através da realocação de estabelecimentos que antes estavam concentrados no Centro e que foram transferidos para próximo às áreas periféricas, enquanto que na Área Central, se reforçam os serviços e o comércio popular ligados ao circuito inferior.

**** *tex_38_Oliveira *rce_3 *temat_9

O IBGE (2008), de acordo com o resultado do estudo Regiões de Influência das Cidades (Regic), estabelece uma definição da preponderância regional de Mossoró, à qual com determinadas peculiaridades. se Nota que na composição do texto é mantido alguns fundamentos característicos da formação regional, como os tipos de ligações entre os centros e a hierarquia entre eles ao se considerar os fatores de diferenciação,

ao mesmo tempo em que é abordado um conjunto de aspectos correlacionados aos novos processos sociais e econômicos da realidade, como o uso de internet, presença de instituições de ensino superior e perfil da gestão territorial. Neste estudo Mossoró exerce influência direta em 39 municípios, todos localizados no estado do RIO_GRANDE_DO_NORTE, os quais alcançam população de aproximadamente 638 mil pessoas, incluindo a população mossoroense, que, no Censo Demográfico de 2010, alcançou o número de 259.815 habitantes. se Constituem num contexto no qual a maioria destas unidades municipais tem como base de sustentação econômica as atividades primárias, com ênfase na agropecuária de subsistência, os serviços, com destaque para as funções públicas, embora o terciário privado seja considerável também, e a concessão de programas assistenciais públicos. Outro apontamento que revela a ênfase da atual hegemonia de Mossoró nesta regionalização é feita por Elias e Pequeno (2010), que relacionam: Produto interno bruto municipal equivale a mais de 43 POR CENTO do total de municípios que formam esta região de influência; Do total de impostos levantados pelo conjunto de municípios que compõe o PIB do grupo, 65 POR CENTO são apurados em Mossoró; Do total de 72 modalidades de atividades comerciais elencadas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), Mossoró possui 67, assim como contém 104 dos 158 tipos possíveis de serviços dispostos neste contexto regional; Os ativos bancários ao final de 2004 corresponderam a quase 60 POR CENTO do total da região em proposição; Mais de 80 POR CENTO dos acessos aos serviços de internet na região se encontram em Mossoró. Estas informações contribuem para a compreensão da atual dinâmica espacial da cidade. É necessário, fundamentalmente, considerar que esta concentração, em função das condições históricas reunidas na cidade, são também resultado e reflexo da trajetória de eventos e acontecimentos socioeconômicos, como alguns que já tratamos acima. Para o IBGE, a cidade de Mossoró é classificada atualmente como capital regional tipo C, submetida à influência de Natal, capital regional tipo A. Por sua vez, Natal está sob influência das duas metrópoles regionais mais próximas, ou seja, Fortaleza (CE) e Recife (PE), as quais assumem tal domínio em razão dos fatores de influência que abordamos (No documento Regic (2008) é possível compreender a dinâmica espacial caracterizadora desta condição de centro regional definida à Mossoró). Como relatamos, a cidade de Natal, enquanto capital regional A, conforme o Regic, está sob influência das metrópoles regionais Fortaleza e Recife. Neste sentido, como mantém um vínculo direto com Natal, Mossoró também participa desta interação, tanto com Fortaleza, como com Recife. Este contexto de interações contribui para a funcionalidade do status de centro de gestão do território que Mossoró possui. Nesta situação, o contexto mossoroense segue na condição de centro regional, o qual também incentiva sua reprodução econômica num aspecto em que se revelam importantes vantagens para segmentos produtivos. Neste sentido, no tocante a dinâmica espacial no conjunto da globalização que ocorre na atualidade e a inserção da região na sua representação, Santos (1997) diz que: se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça e até mesmo depende delas (SANTOS, 1997, p. 46). Em consonância com esta ideia se pode fazer referência à definição da lei do desenvolvimento desigual e combinado, feita por Corrêa (2003). Ao interpretar este fundamento teórico trotskista, o autor coloca que, baseado na noção de que cada aspecto da realidade é formado por dois processos que, embora relacionados e interpenetrados, são opostos e daí contraditórios. Assim, no contexto do capital, a região é também um resultado desta lei em razão de sua participação cada vez mais intensa na divisão nacional e internacional do trabalho e nos variados processos de produção econômica, cujos efeitos espaciais são específicos, ou seja, dão margens ao aparecimento de problemas cada vez mais comuns, como as desigualdades e assimetrias sócioespaciais. Desde a década de 1960 o IBGE elabora estudos que abordam a centralidade e a hierarquia da rede urbana do Brasil. Com o projeto da

Divisão Regional do Brasil, tendo seus estudos iniciados em 1966, foram preparadas abordagens como Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas, de 1968; Divisão do Brasil em regiões funcionais, publicado em 1972; esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços polarizados, de 1967; e subsídios à regionalização, de 1968. A metodologia adotada para estes estudos se fundamentou nas propostas do francês Michel Rochefort, cujos trabalhos produzidos sobre a rede urbana francesa versavam sobre a busca da identificação dos centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área em que ocorria a influência dos centros, assim como do movimento dos fluxos estabelecidos (IBGE, 2008). Ainda conforme o IBGE (2008), o trabalho A divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, de 1972, conclui os estudos do projeto Divisão Regional do Brasil. Baseado na definição da classificação das hierarquias dos centros urbanos, assim como na demarcação de suas áreas de influência, Mossoró foi definida, nesta determinação, no 2o Nível, categoria b 8 . Nesta proposição, seria um centro situado entre 150 a 300 relacionamentos, sem atuação extra regional, isto é, apenas realizando relacionamentos com municípios contíguos à sua área. De acordo com a representação esquemática dos centros e municípios com os quais mantinha interação, Mossoró influenciava, nesta abordagem, uma região com 46 municípios de diferentes dimensões e, então, níveis. Ao mesmo tempo estava sob influência de Recife, cidade, então, de 1o nível, categoria 1c, isto é, centro metropolitano regional. Entre os centros sob sua hegemonia, todos pertenciam ao estado do RIO_GRANDE_DO_NORTE, com destaque para Pau dos Ferros, município, então, de nível 3b. O IBGE (2008) descreve que novamente realizou um estudo com tratamento da rede urbana do Brasil, a hierarquia dos centros urbanos e suas respectivas áreas de influência. Intitulado Regiões de influência das cidades 1993, publicado no ano 2000, tinha como objetivos avaliar o papel das redes na viabilização da circulação e comunicação, importantes fatores da organização de um espaço em que ocorre interação dos fixos a partir do movimento dos fluxos (IBGE, 2008). A desigualdade e simultaneidade das relações entre as redes que as compunham também foi indicador da dinâmica espacial das regiões. Ao formar o contexto da hierarquia dos centros urbanos, Mossoró foi indicada como centro regional com centralidade Forte para médio 9 , ou seja, o quarto nível. Foram identificados, no âmbito da hegemonia mossoroense, 64 municípios distribuídos entre os estados do RIO_GRANDE_DO_NORTE, Ceará e Paraíba. Ocorre, como visto, uma redução na abrangência da área de domínio regional de Mossoró no atual levantamento. Mesmo sendo indispensável a parcimônia na interpretação dos estudos do IBGE, uma das razões apontadas para esta variação por Elias e Pequeno (2010) está no aumento da preponderância e poder de comando tanto da cidade de Fortaleza como de Natal. No entanto, a polarização regional de Mossoró permanece com certa ênfase. Um aspecto a ser considerado neste movimento dinâmico contido na reprodução espacial das regiões, conforme as proposta de estudo relacionadas acima, se refere à representação das ações viabilizadas pelas técnicas e componentes científicos, representados por instrumentos, componentes e saberes empregados nos processos sociais, os quais contribuem no estabelecimento da dinamicidade de lugares ou áreas. Daí a complexidade existente na composição interna da região e nos processos de relações que ela mantém com outras escalas espaciais, pois a inserção destes componentes agregadores de conhecimentos são elementos estratégicos e normalmente determinantes nestes processos. Coerente com este ponto, Sposito et al (2007) afirmam que, no caso das cidades médias na atual conjuntura, a proximidade espacial continua a ser importante, mas ela se integra à conectividade que, conforme sua expressão, pode viabilizar interações no âmbito de escalas mais amplas e complexas. Como aqui estamos discorrendo à respeito de Mossoró, centro regional, mas também cidade média, é possível considerar que sua expressão econômica e política cada vez mais evidente tem permitido a interpretação de que, conforme impõe o mercado, há, por parte daqueles que têm influência e até hegemonia sobre seus destinos, o interesse de buscar estratégias para assegurar suas metas, que se mantém no âmbito da ênfase econômica. O processo histórico que estabelece as condições

espaciais da centralidade regional de Mossoró, como visto, se mantém coerente com os fatores definidores da reprodução do capital, até porque tal hegemonia é também um produto, um meio e também condição da predominância deste sistema de produção. Da mesma forma, é importante apontar que a dinâmica espacial local se insere no contexto brasileiro de forma coerente. Com essa analogia às teses elaboradas para explicar a ênfase do espaço na reprodução social entendemos viabilizar a necessária aproximação da regionalização mossoroense com os fatores determinantes da dinâmica espacial. Neste sentido, ao se discutir os aspectos históricos deste processo regional é necessária a consideração, também, do segmento social que possui destaque e importância no movimento. Assim, deve ser tratado outro aspecto nesta questão que aborda as presumidas vantagens que o estágio de domínio econômico de determinado lugar possui. Não se pode abrir mão de considerar que, embora sejam inegáveis os efeitos econômicos positivos, compostos pela produção econômica em realidades periféricas ou semiperiféricas como a brasileira, nem toda a sociedade tem os benefícios e realizações almejados. Ou seja, a desigualdade socioespacial, enquanto condição inerente do processo, não pode ser desconsiderada. Podemos considerar, portanto, que Mossoró apresenta características coerentes com este entendimento. Seu destaque regional e os benefícios econômicos auferidos não são revertidos igual e democraticamente ao seu conjunto social, tampouco alcança a todos que aspiram à possibilidade de reprodução da vida com bem estar e dignidade. A desigualdade social é um fenômeno inerente ao seu contexto e claramente visível na sua atividade espacial.

**** *tex_39_Nascimento *rce_1 *temat_9

A RM Cariri está localizada na mesorregião sul cearense, microrregião do Cariri, formada pelos municípios de Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, a qual compõe espaço geográfico atípico em relação às características do semiárido nordestino conhecido como Oasis do Sertão . Sua criação, conforme Lima Júnior (2013, p. 4) adviria de processos diversos, os quais se podem atribuir ao comportamento das diversas escalas, entre elas, as transformações estruturais do sistema capitalista e a forma de adaptação do Brasil às mesmas; crescimento das cidades de médio porte em todo o Brasil expresso pelo comportamento das três cidades do CRAJUBAR e sua conurbação, e a polarização exercida por estes municípios em relação ao seu entorno; modernização política e econômica adotada pela gestão da unidade federativa, a partir do final dos anos de 1990, somadas a instrumentos tradicionais como a atração de investimentos via estímulos fiscais, somados aos objetivos de interiorização do crescimento econômico do Estado em questão, o qual é centralizado na Região Metropolitana de Fortaleza. Para o autor, o objetivo de interiorização da dinâmica de crescimento no Ceará é reduzir as grandes disparidades presentes no Estado (CORDEIRO, 2015, p. 31). A RM Cariri possui um elevado potencial de desenvolvimento puxado, sobretudo, pela Conurbação CRAJUBAR. Sua constituição metropolitana evidencia a importância deste espaço no contexto nordestino, principalmente cearense, a tornando mais propensa no que se refere à consolidação de uma nova perspectiva de processo de metropolização, incluindo o paradigma da sustentabilidade (NASCIMENTO et al., 2013, p. 111). Cabe frisar a importância da conurbação CRAJUBAR, como centro dinâmico e condutor da economia da RM Cariri. Todavia, cabe destacar o aspecto político introduzido na questão da criação da RM Cariri. A despeito do rico papel desempenhado no contexto Este é um marco para a região, visto que, sendo uma região metropolitana, seu espaço ganha novas funções, pois está propensa a articulação de políticas públicas em âmbito regional envolvendo as três esferas governamentais, por meio da cooperação intergovernamental na elaboração e execução das chamadas funções públicas de interesse comum (NASCIMENTO et al., 2013, p. 112). Todavia, segundo Moraes e Macedo (2014), a RM Cariri está distante de uma real efetivação de seu processo e gestão metropolitana,

pelo fato de sua dinâmica espacial não corresponder a uma legitimação de uma política estadual de real efetivação de regiões metropolitanas. A despeito da inexistência do status metropolitano, a RM Cariri é uma metrópole que nasce em condições emergentes, pois ela emerge no interior do estado do Ceará; mas o é também pelo seu dinamismo no contexto da reestruturação produtiva, o que, através da LC no 78, conferiu a ela maiores investimentos, aliado ao ideário político econômico do Governo do Estado do Ceará, bem como aos mecanismos neoliberais advindos da globalização e da reestruturação produtiva. Assim, a interrelação entre os extremos urbanos, global e local, cria situações as quais o universo global se insere com maior facilidade a partir das especificidades locais, não a desterritorializando, muito menos a reterritorializando, mas sim relacionando o local (pelo aspecto cultural, religioso, econômico etc., nas mais variadas formas) ao global sem que este erradique àquele. Por fim, é importante e necessário um esforço dos agentes responsáveis pela região no contexto das ações de planejamento que fomentem o aumento da qualidade de vida e das economias da RM, não somente focalizando as atenções– e recursos – para seu centro econômico, mas para quem a compõe, no caso as demais urbes pertencentes a este espaço, objetivando uma maior integração dos espaços metropolitanos e constitui, de fato, uma identidade metropolitana que a RM Cariri ainda não possui.

**** *tex_40_De_Lima_Caldas *rce_3 *temat_7

A população de Poço Verde, segundo dados da contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 17.666 habitantes em 1996, dos quais 44 POR CENTO residiam na zona urbana e 56 POR CENTO, na rural. A agricultura e a pecuária eram (e continuam sendo até hoje) as atividades econômicas predominantes no município, com destaque para os cultivos de feijão, milho e mandioca e para a criação de gado de corte. Essa produção, segundo dados do censo agropecuário 1996 do IBGE, provinha de um total de 2.490 estabelecimentos rurais. Desses, 1.755, ou 70,5 POR CENTO, possuíam menos de 10 hectares, o que configura um largo predomínio de pequenas propriedades. Por outro lado, os 726 estabelecimentos com área entre 10 e 200 hectares, apesar de não chegarem a 30 POR CENTO do total, representavam 70 POR CENTO da área agrícola do município. Isso significa grande concentração de terra: apesar do grande número de propriedades pequenas, a maior parte da área está concentrada nas poucas propriedades maiores. Outro dado importante é que, das cerca de 6.000 propriedades rurais e urbanas existentes no município, apenas 560 (menos de 10 POR CENTO) são legalizadas em registro de cartório imobiliário. Além dos custos de deslocamento que precisariam ser incorridos, pelo fato de o cartório ser distante (não fica em Poço Verde, mas no município de Lagarto, que é a comarca jurisdicional e polo econômico regional), também influem nessa situação os custos burocráticos, muitas vezes proibitivos: despesas com taxas de registro, multas de atraso, obtenção de provas de propriedade, autenticações de documentos, honorários advocatícios etc. Isso tinha um importante impacto na vida econômica do município em 1996. Ao não serem proprietários formais, os agricultores de Poço Verde não podiam hipotecar sua terra e, com isso, não dispunham das garantias exigidas pelo sistema financeiro em troca de empréstimos. Dessa forma, o seu acesso a crédito era impedido, seja para investimento (compra de máquinas, equipamentos e mesmo ferramentas, como pás e enxadas), seja para custeio da produção (compra de sementes, fertilizantes, defensivos e demais insumos da produção). Assim, embora houvesse terra disponível nas pequenas propriedades e MÃO_DE_OBRA disposta a trabalhar, o aproveitamento desses fatores ficava comprometido pelo acesso restrito ao crédito. Por fim, o município era servido por uma agência do Banco do Brasil, mas estava correndo o risco de a perder. O principal problema enfrentado pela agência era justamente não conseguir atingir as metas impostas pelo Banco para manter operando. No que diz respeito especificamente a crédito, a meta era de 1.000 contratos emitidos e 1 milhão emprestados a cada ano. E a agência estava extremamente distante de atingir: não vinha conseguindo fechar

mais do que 30 contratos de crédito por ano. O gerente da agência sabia que não havia muito a fazer para reverter o fechamento nessas circunstâncias e estava conformado, aguardando sua transferência pelo Banco para outra cidade, provavelmente em um novo cargo, inferior ao de gerente. Além disso, como o gerente era casado, o fechamento da agência significaria um deslocamento indesejado de toda a sua família. Para o município de Poço Verde, a perda iminente de sua única agência bancária também não era uma perspectiva animadora. Era por meio dela que a prefeitura recebia, a cada 10 dias, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pagava os seus fornecedores e servidores, enfim, administrava todas as suas operações financeiras. Para uma prefeitura municipal, uma agência bancária no município confere maior eficiência logística, além de certo prestígio, ou poder simbólico regional. Além disso, para os habitantes e o comércio, a agência significava o acesso a serviços básicos como recebimento e saques de aposentadorias, pensões e salários, pagamentos de contas etc. sem ter de se deslocar a um polo urbano maior, o que acabava incentivando a circulação local da renda e aumentando seus efeitos multiplicadores no município. Vai ser triste se o Banco for embora por causa da situação econômica aqui em Poço Verde, refletia o prefeito Milton Santana, por volta de junho.

**** *tex_41_Sousa *rce_1 *temat_8

Os resultados obtidos, apontam que o crescimento econômico das microrregiões do Nordeste é afetado de forma significativa pelos seus investimentos. Dessa forma, alternativas voltadas ao desenvolvimento econômico desta região devem levar em conta a atração de investimentos para essas áreas, como foram os casos das microrregiões de Salgueiro (PE), por meio da construção de uma grande ferrovia; Suape (PE), ligada ao seu porto e Paulo Afonso, a partir de quatro usinas hidroelétricas. As exportações de baixa intensidade tecnológica impactam o crescimento econômico das microrregiões do Nordeste de forma negativa, pelo fato deste setor exportador possuir produtividade inferior ao doméstico. Assim, à medida que as exportações desta classificação aumentam, a economia local perde em produtividade e tende a reduzir seu produto agregado. Em relação as externalidades deste setor, existem efeitos positivos no crescimento econômico, dado que à medida que as exportações de baixa tecnologia reduzem sua participação no PIB, os efeitos marginais das externalidades desse setor na economia aumentam, e conseqüentemente as microrregiões passam a apresentar maior crescimento econômico. Além das variáveis supracitadas, o crescimento econômico das microrregiões do Nordeste também sofre influências do progresso econômico das microrregiões vizinhas. A cada crescimento de 1 POR CENTO nas unidades vizinhas, uma devida microrregião cresce em média 0,107 POR CENTO por meio dos spillovers espaciais desencadeados por essas atividades. A presente pesquisa apontou alguns aspectos principais. O primeiro é que as exportações do Nordeste estão concentradas em produtos com baixa intensidade tecnológica, sendo também bens com baixa produtividade e valor agregado. Segundo, que as exportações das outras classes tecnológicas não exerceram impactos no crescimento econômico de acordo com o modelo da 84 pesquisa. Terceiro, que existem efeitos espaciais entre o progresso econômico e suas vizinhas na região Nordeste do Brasil. E por fim, embora no modelo do estudo as exportações de alta intensidade tecnológica não apontarem significância estatística em relação ao crescimento econômico, os trabalhos de Cuaresma e Wörz (2005), Ahuaji Filho e Raiher (2018) e Raiher, Carmo e Stege (2017) apontam que as exportações destes setores contribuem de forma significativa ao crescimento econômico das unidades territoriais. Se salienta, que as microrregiões Nordestinas necessitam de investimentos nos setores econômicos de infraestrutura e P&D, para poder se desenvolver economicamente. Dessa forma, políticas que atraiam e estimulem investimentos podem ser adotadas, como o melhoramento de portos, rodovias e instalação de linhas férreas. Além disso, a baixa competição entre as firmas locais e mercados relativamente fechados desestimulam as empresas a gerarem dispêndios em tecnologias nos processos de produção. Assim, a abertura comercial,

embora possa gerar o fechamento das empresas menos produtivas, pode acarretar estímulos para as empresas locais exportarem produtos com maior conteúdo tecnológico. Em relação as dificuldades a realização da pesquisa, se ressalta a não disponibilidade de dados sobre exportações em microrregiões, sendo necessário agrupá las de forma manual por meio dos municípios. Como proposta de pesquisas futuras, uma alternativa seria a utilização de uma classificação por intensidade dos fatores de produção dos setores exportadores, a partir de matrizes insumo produto, ao invés da tecnológica.

**** *tex_42_Alves *rce_1 *temat_8

Industrialização, integração logística rodoviária e relações inter regionais em Feira de Santana (BA) Até as primeiras décadas do século XX, a ocupação da microrregião Feira de Santana deu se a partir do eixo de penetração que observava o percurso dos rebanhos e que partia de Salvador rumo à calha do rio São Francisco. Seguindo o padrão latifúndio minifúndio, suas atividades principais no século XIX foram a pecuária extensiva, orientada para abastecimento dos núcleos das plantations dispostas no litoral, e as lavouras de sequeiro, voltadas para o abastecimento interno. A evolução econômica da microrregião, dessa forma, seguiu o processo da evolução econômica do Semiárido como um todo. Politicamente, vê se que a microrregião se encontra representada por parlamentares federais, estaduais e locais a ponto de, em 2011, ter sido instituída com agilidade a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) a partir de proposta do legislativo. Essa proposta teve o objetivo de obtenção de maior protagonismo político por parte dos parlamentares regionais, que viram nessa instituição também uma possível priorização de Feira de Santana nas políticas e programas do Governo Federal. Há que se considerar que, mesmo Feira de Santana não apresentando características que possam definir como uma metrópole, essa microrregião tem atraído grandes contingentes populacionais das microrregiões vizinhas, muito em função das atividades urbanas lá desenvolvidas. Principalmente em função da cidade polo, a microrregião dispôs de condições logísticas para assumir importantes atividades econômicas em escala regional: segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), em 2011, o PIB total atingiu 11,1 bilhões. O setor terciário foi responsável por grande parte da composição do PIB e respondeu por mais de 75 POR CENTO; a indústria veio em segundo lugar, com participação de 22 POR CENTO, destacando se dois polos industriais: o Centro Industrial do Subaé (CIS) Tomba e o CIS BR 324, localizados na cidade de Feira de Santana. A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) aponta que o Centro Industrial do Subaé, entre os anos de 2005 e 2015, demonstrou um crescimento de 350 POR CENTO, concentrando 150 indústrias de pequeno, médio e grande portes. O crescimento gerado representou ainda 10.000 empregos diretos. De modo geral, tal fato corrobora a elevada taxa de crescimento populacional da microrregião como um todo, com indução, inclusive, da migração de retorno que se deu na fase neodesenvolvimentista. A agricultura, por sua vez, é responsável por pouco menos de 3 POR CENTO do PIB, segundo o IBGE. O processo de crescimento da microrregião deu se partir de sua cidade polo e teve foco na competitividade, quando da construção de importantes ramais rodoviários ainda no primeiro governo Vargas, o que mostra que o investimento na infraestrutura rodoviária como estratégia de integração do mercado nacional pelo então presidente se estendeu inclusive às zonas semiáridas. A grande estrutura delineadora do território e das relações econômicas foi, de fato, a rodoviária. A localização estratégica e a integração logística permitiram um rápido processo de acumulação de capital e de divisão de trabalho. Com condições logísticas propícias, o adensamento da indústria, por sua vez, deu se na fase seguinte, no apogeu do desenvolvimentismo, durante os governos militares, com a implementação dos distritos industriais e como decorrência dos incentivos fiscais coordenadas pela Sudene, por meio do FNE, na década de 1970. Nos anos 1990, poucas foram as ações direcionadas para essa microrregião. O Aeroporto de Feira de Santana, fundado em 1985, não contribuiu para a ampliação dos fluxos de

capital produtivo, visto que só passou a operar voos comerciais a partir de 2014 e em número de destinos reduzido. Entretanto, a proximidade com o aeroporto de Salvador veio suprir a demanda de deslocamentos aéreos de habitantes da microrregião ou que tinham nela o destino. Na fase mais recente, com a ampliação do leque de iniciativas implícitas de promoção do desenvolvimento regional por parte do Governo Federal, tiveram destaque as políticas de promoção da equidade com vistas, principalmente, à interiorização da educação de nível superior e formação profissional, com a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB CETENS) em 2005, e do Instituto Federal da Bahia (IFBA), em 2008. Esses investimentos têm repercutido na fixação microrregional de processos de aprendizagem, corroborando o paradigma da economia do conhecimento, fazendo com que a microrregião apresentasse alta taxa de crescimento de indicadores relacionados com a qualificação e formação profissional, quando comparada às taxas de crescimento do Semiárido.¹³⁸ Refletindo uma dinâmica que já ocorria em escala nacional, se desdobrava pelos principais centros urbanos do Nordeste e atingia cidades do Semiárido, a abertura de mercado para setores produtivos na microrregião foi intensificada a partir de 2013, segundo informações da Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Investimentos norte americanos, espanhóis e chineses se fizeram presentes nas áreas comercial, industrial e de tecnologia. Em sentido inverso, a microrregião também se configura como importante centralidade exportadora de bens industrializados. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) indicam que, em 2016, as receitas oriundas da exportação atingiram aproximadamente 111 milhões de reais e tiveram um crescimento de 45 POR CENTO em relação ao ano de 2006 (BRASIL, 2016a). No setor comercial e de serviços, observa-se forte presença do capital internacional, predominantemente na cidade de Feira de Santana, com destaque para o Boulevard Shopping Feira, o Hotel Ibis e o centro de compras América Outlet. De acordo com o estudo *Configuração atual e tendências da rede urbana*, desenvolvido pelo Ipea (BRASIL, 2001, p. 299), dada a sua localização estratégica (em função de ser o encontro da BR 101, da BR 116 e da BR 324), a microrregião é configurada como centro articulador dos fluxos do Centro Sul em direção ao Nordeste e vice versa. É também considerada, segundo o IBGE (BRASIL, 2017), um hub rodoviário. No caso de Feira de Santana, segundo esse estudo, há 397 cidades associadas a essa integração logística. Dessa forma, a rede delineada é centro radial como mostra a Figura 6.1. Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Feira de Santana é considerada uma capital regional B na hierarquia urbana. A Figura 6.1 evidencia que Feira de Santana polariza um grande número de municípios de pequeno porte populacional, para além da microrregião de influência direta, mas circunscritos em sua maior parte ao estado da Bahia. Entretanto, em que pese toda essa capacidade polarizadora, conexões para centralidades de mesma hierarquia ou de hierarquia superior se dão, em sua maior parte e à exceção de Salvador, com outras regiões que não o Nordeste, com destaque para as cidades de São Paulo (SP), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG). As relações horizontais entre a cidade de Feira de Santana e outras cidades médias de mesmo nível hierárquico são exíguas, com destaque apenas para o polo Petrolina Juazeiro (PE e BA), Barreiras (BA) e o polo Novo Hamburgo São Leopoldo (RS). Dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) reiteram essa pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Feira de Santana foi destino de voos que partiram de Campinas (SP), Belo Horizonte (MG), Florianópolis (SC) e Salvador (BA) e, internamente, apenas de Vitória da Conquista (BA) (BRASIL, 2015b). Estudo recente do IBGE (BRASIL, 2017) revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Feira de Santana estabelece conexões principais a partir de fluxos rodoviários apenas com Petrolina (PE) e Vitória da Conquista (BA). Isso tudo mostra que, até os dias de hoje, após pesados investimentos voltados para a industrialização e integração rodoviária, especialmente durante o desenvolvimentismo, as principais relações de Feira de Santana mantêm-se voltadas para fora do Semiárido e, internamente a ele,

predominantemente apenas para a porção meridional da calha do Rio São Francisco. Serviços especializados, economia do conhecimento e intermediação de fluxos em Campina Grande (PB) A microrregião de Campina Grande foi, no passado, área de descanso de boiadas. Sua origem está atrelada ao desenvolvimento de atividades comerciais de pequeno porte, que surgiram a partir de uma feira de gado, como mostra a Figura 6.2. No início da década de 1930, a microrregião absorveu a maior produção e beneficiamento algodoeiro do Brasil, favorecidos pela conexão ferroviária implantada em 1906. Informações da Prefeitura Municipal indicam que, até a década de 1940, a cidade de Campina Grande era a segunda maior exportadora de algodão do mundo. No entanto, afetada diretamente pela crise da exportação de café, e consequente entrada de São Paulo no circuito da produção de algodão, tanto a cidade quanto a área de influência reduziram significativamente sua produção. Oscilando entre dinamismo e estagnação econômica, na microrregião de Campina Grande esgotou-se o modelo industrial de beneficiamento do algodão, produção de couro e peles, alimentos e têxtil ainda na década de 1960. Apenas nos anos 1970, políticas de incentivos fiscais capitaneadas pela Sudene, aliadas a políticas estaduais, viabilizaram a implantação do primeiro distrito industrial de abrangência regional. Nos anos 1980, com a crise econômica nacional, novo processo de desaceleração da economia foi evidenciado na microrregião, acarretando o desmonte do parque industrial instalado e sua recuperação em novas bases. Com a crise do algodão, a microrregião sofreu uma grande transformação na sua base econômica e teve que se adaptar à nova realidade abrindo as portas para a valorização da tecnologia, pois virou referência no desenvolvimento de softwares e de indústrias de informática e eletrônica. Só a cidade de Campina Grande possui atualmente cerca de 80 indústrias produtoras de software para exportação. Politicamente, a microrregião também se encontra representada tanto por parlamentares federais quanto estaduais, com interesse direto em ampliação do seu poderio para a escala regional. Ainda que a cidade de Campina Grande não possua características que a denominassem como metrópole, em 2009 foi instituída a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), com 19 municípios, partindo de iniciativa parlamentar. Assim, em Feira de Santana, o potencial polarizador da cidade de Campina Grande é elevado, ela tem atraído grandes contingentes populacionais das cidades próximas, em função da busca pelo ensino superior e das atividades tipicamente urbanas lá desenvolvidas. Talvez essa seja a característica que mais aproxima Campina Grande de uma metrópole. A localização privilegiada da Figura 6.2

Tropeiros e transporte de mercadorias em Campina Grande em fins do século XIX
Fonte: OLIVEIRA (2007).

Figura 6.3 Transformação produtiva em Campina Grande
Fonte: G1 (2013).

141 microrregião contribuiu para que ela mantivesse a vocação histórica de ser um centro comercial e alvo de migração de vários estados. Principalmente em função da cidade polo, a microrregião abriga importantes atividades econômicas em escala regional: segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), em 2011, o PIB total atingiu o montante de 5,9 bilhões. O setor terciário foi responsável por grande parte da composição do PIB e respondeu por quase 75 POR CENTO; a indústria veio em segundo lugar, com participação de 24 POR CENTO, destacando-se atualmente quatro distritos industriais: o Distrito Industrial de Campina Grande, o Distrito Industrial do Velame, destinado às micro e pequenas empresas; o Distrito Industrial da Catingueira, destinado a indústrias não poluentes; e o Distrito Industrial do Ligeiro, todos instalados na cidade polo, segundo informações da Prefeitura de Campina Grande. A agropecuária não é atividade relevante na microrregião e responde por cerca de 1 POR CENTO do PIB. Entre os anos 1950 e 1970, importante sistema rodoviário também possibilitou a interligação da microrregião com as capitais, principais centros do Nordeste e demais cidades do estado. Além dele, o sistema de transporte aeroviário dispõe de aeroporto com voos comerciais regulares. Esses sistemas permitiram que Campina Grande se conectasse a toda porção oeste do estado da Paraíba, com a cidade polo assumindo a função de intermediação de fluxos em direção à capital. Nos anos 1990, a microrregião participou do planejamento com base na

sustentabilidade e na valorização dos processos endógenos por meio dos PDLIS, com pouco ou quase nenhum impacto regional. Entretanto, foi na fase neodesenvolvimentista, em meio ao fortalecimento do paradigma de convivência com semiaridez e do desenvolvimento endógeno, que Campina Grande se destacou. A crise do setor de algodão, aliada à crise do setor industrial nos anos 1980 provocou na região o processo que Schumpeter (1985) chamou de destruição criadora. Atualmente, ela é uma importante microrregião universitária, e conta atualmente com 17 universidades e faculdades, sendo três delas públicas. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), instituição fundada em 2002, fortaleceu-se nos anos seguintes e se constitui atualmente em um dos polos de desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste, onde se realizam diversos cursos de pós-graduação, tanto de especialização, quanto de mestrado e doutorado. A Universidade possui 95 cursos de graduação distribuídos em sete campi, localizados nas cidades de Campina Grande (sede), Pombal, Patos, Sousa, Cajazeiras, Cuité e Sumé. Além da Universidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) foi fundado em 2007. É também uma das microrregiões com fixação do maior número de doutores do Brasil. É interessante observar que a microrregião Feira de Santana apresentou uma taxa de crescimento do número de empregados em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I) e correlatos de mais de 52 POR CENTO entre os anos de 2006 (com 752 empregados) e 2010 (com 1.149 empregados), segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2006b e 2010d). O número pode parecer pequeno quando comparado ao de outras regiões do país, mas mostra-se elevado em relação à média do Semiárido. Enquanto a média da microrregião é de 149 empregados por município, no Semiárido essa média é de apenas 14 empregados por município. Outros dados desse Ministério indicam que, na cidade de Campina Grande, a taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia foi de 61 POR CENTO entre os anos de 2006 e 2010 (BRASIL, 2006b e 2010d). Essa participação expressiva reitera a característica de tecnopolo que a cidade assumiu, enquanto alternativa de diversificação econômica que driblasse os percalços da instabilidade e crises do setor industrial tradicional. Atualmente, em parcerias com empresas internacionais, diversos alunos da UFCG têm sido convidados a participar de programas de desenvolvimento de softwares e novas tecnologias, segundo informações da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, que, desde 1984, deu origem a mais de 60 empresas do setor. Aliado a isso, na microrregião de Campina Grande investiu-se em arranjos produtivos locais, com destaque para os ligados ao turismo e à cultura, em especial atrelado às festas juninas, muitos deles apoiados pelo Governo Federal. Esse incremento ao setor turístico estruturou expressiva rede hoteleira microrregional, diversificando e ampliando a divisão territorial do trabalho no setor comercial e de serviços. Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Campina Grande é considerada uma capital regional B na hierarquia urbana. A Figura 6.4 evidencia a grande articulação que a cidade de Campina Grande mantém em relação aos pequenos municípios do estado da Paraíba, de fato, assumindo o papel de intermediação de fluxos em direção à capital, João Pessoa. A Regic de 2007 aponta ainda que, externamente ao estado, Campina Grande estabelece conexões com São Paulo (SP), Brasília (DF), Recife (PE) e João Pessoa (PB); entretanto, são poucas as conexões horizontais com outras cidades médias, apenas com Mossoró (RN). Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram a pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter-regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Campina Grande foi destino de voos que partiram de Brasília (DF), Campinas (SP), João Pessoa (PB), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Guarulhos (SP). Internamente ao Semiárido não houve voos com destino a Campina Grande em 2015. Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, mesmo se destacando com os serviços especializados impulsionados na fase neodesenvolvimentista, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada Campina Grande não estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa com nenhuma

delas. Diversificação industrial, estímulos à exportação e concentração de capital em Mossoró (RN) A microrregião de Mossoró teve origem em fazendas de gado no século XVIII, cujas terras concentradas em oligarquias regionais foram paulatinamente desmembradas ao longo do tempo, favorecendo a formação de povoados. Nos anos recentes, essa microrregião vem se destacando regionalmente pela importância que sua cidade média (Mossoró) assumiu enquanto produtora de petróleo em terra no país. Extraído de poços rasos, que variam de 300 a 1000 metros, o petróleo é um dos grandes responsáveis pelo crescimento que a microrregião apresenta, principalmente a partir dos anos 2000. Essa atividade tem participação relevante na composição do PIB total da microrregião, que saltou de 1,1 bilhão em 2000 para 4,9 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b). Articulada a interesses estratégicos em escala mundial, essa atividade tem atraído indústrias estrangeiras, como a petroleira BP, de origem inglesa, instalada em 2005. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Mossoró indicam que, aliada ao petróleo, a produção de sal é uma das principais atividades industriais da microrregião e gera entre 20 a 25 mil postos de trabalhos diretos e indiretos. Além de ser a fonte de 95 POR CENTO de todo o sal marinho consumido no país, o semiárido do Rio_Grande_Do_Norte também exporta sal grosso, a partir de um porto construído em alto mar, na cidade de Areia Branca. Dados do MDIC (BRASIL, 2006a e 2016a) indicam um crescimento das exportações na microrregião de 16,72 POR CENTO entre os anos de 2006 e 2016, atingindo um montante de mais de 123 milhões em 2016. Destacam-se ainda a produção de cimento e de cerâmica, sendo encontradas na microrregião várias subsidiárias de indústrias multinacionais. A cidade polo é um dos principais centros industriais do Rio_Grande_Do_Norte, abrigando grande concentração de indústrias têxteis. Nos setores primário e secundário, o destaque é a fruticultura irrigada. A microrregião de Mossoró integra a frente de fruticultura irrigada Mossoró/Baraúna/Assú, sendo responsável por 50 POR CENTO da produção de melão do Brasil atualmente, que é exportado in natura para Estados Unidos, Japão e diversos países da Europa. Segundo dados do IBGE de 2011 (BRASIL, 2011b), no setor secundário, a participação no PIB total foi de 35 POR CENTO, correspondendo a 1,7 bilhão. No setor primário, a participação é de quase 4 POR CENTO, ou 169 milhões. O setor terciário tem relevante participação no PIB microrregião, chegando a 60 POR CENTO ou 3 bilhões. O comércio é dinâmico e também aberto a agentes internacionais, como os encontrados no Partage Shopping Mossoró, por exemplo, inaugurado em 2007 e considerado o maior centro de compras da região oeste do Rio_Grande_Do_Norte. Há também o Atacadão e o Hiper Bompreço. Seguindo a tendência das microrregiões em estudo, Mossoró é ponto de encontro de diversos ramais rodoviários implantados na fase desenvolvimentista, como as rodovias federais: BR 405, que se inicia na cidade de Mossoró e atravessa toda a região oeste potiguar; a BR 304, que interliga Natal e Fortaleza e a BR 110, que tem início em Areia Branca, passa pela sede municipal e se estende até Catu, na Bahia. Há também a presença de importantes rodovias estaduais. Essas rodovias permitiram a integração logística de Mossoró ao restante do país, criando condições propícias para o desenvolvimento da industrialização. No transporte aeroviário, a microrregião é servida pelo Aeroporto Dix Sept Rosado, que, entretanto, não tem operado voos regulares. Em termos produtivos, Mossoró também foi priorizada pelas políticas ligadas ao agronegócio da fruticultura, principalmente na fase neoliberal. Mas, especificamente em relação à produção de frutas tropicais irrigadas, já havia se consolidado como uma zona de intensa modernização tecnológica na década de 1980, de acordo com Gomes (2003). O autor comenta que, com o investimento estatal em infraestrutura ligada à irrigação, as terras da região passaram a ser demandadas, especialmente, por grandes grupos econômicos, o que fez surgir um precário mercado de terras que acabou por modificar a estrutura produtiva local. Tal processo promoveu a exclusão de pequenos produtores, provocada pela especulação fundiária e teve a chancela do Estado em função da manutenção das dificuldades financiamento, sob a égide do pensamento neoliberal. Na

fase neodesenvolvimentista, a implementação de programas de provisão habitacional, como o Programa Minha Casa, Minha Vida também dinamizou o setor construção civil em Mossoró, com rebatimentos na microrregião. A microrregião também foi beneficiada pelo programa de interiorização da educação nessa fase. Ela abriga a reitoria da Universidade do Estado do Rio_Grande_Do_Norte (UERN) e da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa). Destacam-se também o Instituto Federal do Rio_Grande_Do_Norte (IFRN), além de instituições privadas de ensino superior. Observa-se que, em relação à microrregião e, em sintonia com sua vocação histórica, a cidade polo é extremamente concentradora de capital produtivo, financeiro e humano. Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a), a cidade de Mossoró, isoladamente, responde por 78 POR CENTO do número de habitantes da microrregião e por 78 POR CENTO do PIB microrregional. No tocante à concentração do capital financeiro, vê-se que, segundo dados do Banco Central do Brasil de 2016 (BRASIL, 2016b), ela participa com 94 POR CENTO do total microrregional, expresso nos depósitos privados à vista. A renda média per capita da cidade de Mossoró, de 600,28 em 2010, foi quase o dobro da renda da microrregião de influência, que foi de 360,91, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010b). A rede de cidades de Mossoró, corroborando essa assertiva, evidencia excessiva polarização e monocentrismo. Há grande articulação entre cidade de Mossoró e os municípios da porção oeste do Rio_Grande_Do_Norte, que são pequenos em porte demográfico e de baixo nível da hierarquia, de fato configurando-a como uma cidade média intermediadora de fluxos em direção à capital, Natal (RN). Segundo a Regic de 2007 (in: BRASIL, 2008a), a cidade de Mossoró é considerada uma capital regional C, um nível inferior, porém, aos designados para Feira de Santana e Campina Grande. Por outro lado, externamente ao estado, o estudo aponta que Mossoró não estabelece conexões relevantes; também são escassas as conexões horizontais com outras cidades médias, apenas com Campina Grande (PB). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Mossoró não estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa com nenhuma delas, mesmo com os esforços integradores das políticas desenvolvimentistas implantadas. Comércio, integração logística rodoviária e drenagem de recursos em Vitória da Conquista (BA) Vitória da Conquista foi fundada por portugueses no período colonial, em fins do século XVIII. O objetivo do antigo Arraial da Conquista era ser um ponto intermediário entre o litoral e o sertão para a exploração de ouro e expansão da colonização portuguesa. Posteriormente o povoado voltou-se para a pecuária extensiva e, até a década de 1940, cidade de Vitória da Conquista e sua microrregião de influência tinham essa atividade como base econômica principal. Em tempos recentes, vê-se que a microrregião se encontra representada por grupos políticos diversos e competitivos, a ponto de disputarem entre si a institucionalização da Região Metropolitana de Vitória da Conquista (RMVC), não instituída legalmente até o ano de 2017, apesar do grande número de propostas em tramitação na casa legislativa estadual. As relações dos grupos políticos em aliança com o setor empresarial regional têm alimentado propostas como essa, existentes não apenas em Vitória da Conquista, mas na maior parte das microrregiões dinâmicas do Semiárido. A partir dos anos 1950, a estrutura econômica e social assumiu uma nova orientação, sua localização estratégica favoreceu o desenvolvimento da atividade comercial, ocupando lugar de grande destaque na economia até hoje. Em função desse dinamismo, a microrregião passou a manter influência sobre municípios do centro sul da Bahia, extrapolando as fronteiras estaduais e polarizando inclusive municípios do norte de Minas Gerais. O PIB total da microrregião chegou a 5,3 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). O comércio consolidado pôde desenvolver a frente das atividades industriais, inclusive orientando seu subsetor produtivo, com a produção de não duráveis, nos termos de Spínola (2003). Atualmente, a microrregião configura-se como importante centralidade econômica regional, destacada pela presença forte do setor terciário, que contribui com aproximadamente 78 POR CENTO do PIB total, segundo dados do IBGE para o ano de

2011 (BRASIL, 2011b). Informações disponibilizadas em sítios diversos permitem identificar que há um comércio dinâmico que agrega grande número de empresas, inclusive de grandes grupos capitalistas mundiais. A microrregião agrega ainda shopping centers o Shopping Conquista Sul e o Boulevard Shopping. Apesar de não ser uma cidade turística, conta com expressiva rede hoteleira, abrigando hotéis internacionais, como o Hotel Ibis. A partir de dados da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), de 2011, foi possível compreender que a atividade industrial voltada para bens de consumo não durável veio atender a essa demanda urbano regional de consumo mais heterogêneo. A participação da indústria na composição do PIB microrregional ainda é pequena, cerca de 14 POR CENTO do PIB total, segundo dados do IBGE para o ano de 2011 (BRASIL, 2011b). Entretanto, há um crescimento significativo desse setor, que foi de 430 POR CENTO entre os anos de 2000 e 2011. As indústrias de beneficiamento de café são o destaque no Distrito Industrial dos Ymborés e estão incluídas entre as empresas exportadoras no ano de 2011. As exportações nessa microrregião, entretanto, têm montante reduzido, quando comparadas a microrregiões do agronegócio, como Mossoró. Em Vitória da Conquista, somam apenas 39 milhões em 2016, segundo dados do MDIC (BRASIL, 2016a). Outros setores industriais, como o moveleiro, também se destacam. E a agropecuária participa com 8 POR CENTO do PIB total, segundo dados do IBGE para o ano de 2011 (BRASIL, 2011b). Essa microrregião também se destacou pela importância que sua cidade média (Vitória da Conquista) assumiu quando da estratégia de integração do mercado nacional na Era Vargas, que beneficiou a microrregião com a abertura da estrada Rio Bahia (atual BR 116). Assim como ocorreu com Feira de Santana, Vitória da Conquista compõe atualmente um entroncamento rodoviário formado por rodovias federal e estaduais: a BR 116 e as BA 263, 265 e 415. A industrialização na microrregião foi propiciada a partir de então e foi parte da estratégia de implantação de distritos industriais na Bahia, iniciada em 1974, na fase desenvolvimentista, baseada no Plano Diretor de Distritos Industriais (PDDI). De acordo com Spínola (2003), este plano definiu cidades médias dinamizadoras que desempenhavam um papel central na hierarquia urbana do estado, com critérios definidos a partir do porte demográfico, localização estratégica, infraestrutura basilar e potencial de aglomeração das atividades regionais. O autor aponta que o processo de industrialização de Vitória da Conquista com o Distrito dos Ymborés não atingiu os resultados esperados, entretanto, em função da baixa agregação tecnológica ao processo e da excessiva abertura ao capital externo que se deu na fase neoliberal, provocando o que Coutinho (2007) chamou de desindustrialização, discutida no Capítulo 4. Na fase neodesenvolvimentista, o incremento de renda promovido pelas políticas sociais, aliadas às ações de interiorização da educação de nível superior, tem consagrado a microrregião como polo regional de educação superior, já que conta com 12 mil universitários. A microrregião Vitória da Conquista possui no setor educacional universidades públicas, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual da Bahia (UESB), Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (UFSBA) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA), que contribuem para o aumento demográfico da microrregião. A microrregião conta também com um aeroporto para aeronaves de médio porte, com voos diários para diversas cidades brasileiras. A cidade de Vitória da Conquista desempenha o tradicional papel das cidades médias, que é o de intermediação regional entre as metrópoles, enquanto centros de atração de capital, de comando e decisão, aos núcleos urbanos menores, em atendimento às demandas por bens e serviços. A Regic de 2007 (BRASIL, 2008a) classifica Vitória da Conquista como Capital Regional B, com base na avaliação da distribuição de bens e de comércio e serviços. Note se, através da Figura 6.6, que Vitória da Conquista possui expressiva área de influência, sobretudo no sentido do sudoeste baiano, uma vez que não há outras cidades de mesmo nível hierárquico nas proximidades, embora centros urbanos de menor nível na hierarquia, como Brumado e Guanambi se destaquem. Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), externamente ao Semiárido, a cidade de Vitória da Conquista o estabelece

conexões relevantes com as metrópoles Salvador (BA), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP) e também com centros de mesma hierarquia ou inferior como Barreiras (BA) e Montes Claros (MG). São escassas as conexões horizontais com outras cidades médias no Semiárido, apenas com Feira de Santana (BA). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Vitória da Conquista estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários apenas com Feira de Santana. Outros fluxos rodoviários relevantes se dão com Ilhéus (BA) e Belo Horizonte (MG). Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram a pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos interregionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Vitória da Conquista foi destino de voos que partiram de Araguaína (TO), Barreiras (BA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Ilhéus (BA), Porto Seguro (BA), Salvador (BA), Ribeirão Preto (SP), Guarulhos (SP) e Vitória (ES). Internamente ao Semiárido somente houve voos com destino a Vitória da Conquista partindo apenas de Feira de Santana (BA). Comércio, turismo e fluxos supranacionais no Vale do Ipojuca (PE) As terras da microrregião Vale do Ipojuca foram, no passado, destinadas a fazendas de gado. A localização estratégica da cidade polo, no agreste pernambucano, permitiu que essa microrregião fosse ponto de passagem de rebanhos bovinos do interior do sertão para o litoral, onde se estabeleceu, ao longo do tempo, um povoado que deu origem à cidade de Caruaru. Em termos políticos, vê-se que a microrregião é entendida pelos parlamentares regionais como um lócus de prestígio e influência. Um projeto de lei para criação de uma região metropolitana nessa região já havia sido arquivado, em 2014, pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da Assembleia Estadual de Pernambuco (Alepe). Entretanto, novo projeto de lei instituindo a Região Metropolitana do Agreste Central (RMAC) – e que substitui a denominação de Caruaru em relação ao projeto anterior – foi reapresentado por deputado estadual em 2015, mesmo com a posição desfavorável de órgão técnico do governo, a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe Fidem), que demonstrou que alguns municípios têm altos percentuais de urbanização, densidade demográfica e emprego formal na indústria, comércio e serviços, mas não se identifica uma interdependência em intensidade e funcionalidade relacionadas com a cidade polo que justifique a criação. O Vale do Ipojuca apresenta um PIB total elevado, de cerca de 7,05 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). A participação da indústria na composição do PIB total é de 17,9 POR CENTO, com destaque para a produção têxtil. Na cidade de Caruaru, esse subsetor concentra cerca de 10 mil fábricas do gênero, de 30 mil pontos de venda e gera em torno de 140 mil empregos diretos e indiretos, segundo informações da Prefeitura Municipal. Até 2014, havia dois distritos industriais na cidade. Há ainda o subsetor de produção industrial alimentícia. Entretanto, essa microrregião se destacou regionalmente pela importância que sua cidade média (Caruaru) assumiu, enquanto polo de comércio e serviços. A participação do setor terciário no PIB total foi alta, mais de 78 POR CENTO em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). Destacam-se os serviços médico hospitalares, assim como os ligados à cultura e turismo, bem como a ampliada rede hoteleira. Os festejos juninos disseminam a imagem da microrregião no mundo. Ela abriga ainda a Feira de Caruaru, importante APL da microrregião. Na feira são vendidos produtos das mais variadas naturezas, desde a produção in natura como frutas, verduras, cereais, ervas medicinais, carnes, bem como produtos manufaturados como roupas, calçados, bolsas, utensílios para cozinha, móveis, ferragens, artigos eletrônicos e produtos importados. Ressalte-se que o capital internacional comercial se faz presente na microrregião por meio de dois shopping centers localizados na cidade polo: o Caruaru Shopping e o Shopping Difusora. O setor primário, por sua vez, é o menos relevante na economia. Do total de toda riqueza produzida no Vale do Ipojuca, apenas 4,1 POR CENTO do PIB total é referente ao que é gerado pela agropecuária. Há a produção de culturas diversas e também a criação de gado, mas sem expressão regional. Com o setor comercial e de serviços bastante capilarizado regionalmente, o grau de urbanização na microrregião é

elevado, não apenas na cidade polo, mas também na região de influência. Cerca de 70 POR CENTO da população reside em áreas urbanas na microrregião, segundo dados do IBGE de 2010 (BRASIL, 2010c). E, mesmo sem considerar a cidade polo, a microrregião apresenta uma taxa de crescimento da população residente em áreas urbanas bastante elevada, ela chega a mais de 13 POR CENTO entre os anos de 2000 e 2010, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000b e 2010c). A microrregião começou a apresentar relativo dinamismo ainda 1896, após a implantação estatal da Great Western, a ferrovia que conecta a cidade de Caruaru à Recife. Essa linha férrea escoou durante muito tempo a produção agrícola e mercadorias da feira de Caruaru para a capital. A microrregião também foi alvo das chamadas soluções hidráulicas, no início do desenvolvimentismo. Diversas barragens, açudes e poços foram implantados, tanto pelo governo federal, por meio do Dnocs, quanto pelo governo estadual. Na fase neodesenvolvimentista, destaca-se a presença de universidades públicas, como a estadual Universidade de Pernambuco (UPE), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e três institutos federais de educação. Até o ano de 2012, a microrregião contava com um Centro Vocacional Tecnológico (CVT) e, no ano de 2016, outros quatro CVT foram implantados. Estas instituições de ensino superior e de ensino técnico e profissionalizante fazem do Vale do Ipojuca um polo estudantil, atraindo grande número de estudantes oriundos das microrregiões vizinhas e de outros estados, num processo de migração pendular. Ações recentes do governo estadual em infraestrutura também contribuíram para a industrialização incipiente e o crescimento do setor de serviços, já consolidado, com incremento da atividade turística na microrregião, como a duplicação da principal rodovia que dá acesso ao município de Caruaru, a BR 232, em 2003. No tocante à rede de cidades, a Regic (BRASIL, 2008a) classifica Caruaru como Capital Regional B. Por meio da Figura 6.7, verifica-se que Caruaru possui área de influência pouco expressiva, concentrada na porção leste do estado, uma vez que há outras cidades nas proximidades de nível hierárquico inferior, mas de destaque regional, como Garanhuns (Centro Sub regional A) e Arco Verde, Palmares e Vitória de Santo Antão (Centros Sub regionais B). A cidade de Caruaru estabelece conexões relevantes apenas com Recife (PE) externamente ao Semiárido. No Semiárido, também são escassas as conexões horizontais com outras cidades médias, apenas com Petrolina (PE). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Caruaru continua estabelecendo conexões a partir de fluxos rodoviários apenas com Petrolina. Outros fluxos rodoviários relevantes se dão com a microrregião de influência apontada na Regic de 2007. Dados da Anac (BRASIL, 2015b) revelam que o aeroporto de Caruaru, embora fundado em 1985, não opera voos regulares até 2017. Agronegócio, irrigação pública e rede heterárquica em Petrolina (PE) A microrregião de Petrolina localiza-se no estado de Pernambuco, próxima ao rio São Francisco e na porção central do Semiárido. A centralidade da microrregião se expressa na cidade de Petrolina, com origem nas extensas fazendas de gado. Nas primeiras décadas do século XIX, o território foi passagem obrigatória de boiadeiros e negociantes, que se dirigiam do interior dos estados de Pernambuco, Piauí e Ceará em direção à Bahia. Petrolina, então, constituía o ponto de convergência para a travessia do rio São Francisco, tendo Juazeiro (BA) na margem oposta. Politicamente, a microrregião é significativamente representada no âmbito do poder legislativo estadual e federal. A influência política das oligarquias regionais em aliança com o poder central, como analisado no Capítulo 5, fez com que este território fosse priorizado na fase neoliberal. Nesse contexto é que a Região Administrativa Integrada (Ride) do Polo Petrolina e Juazeiro foi instituída. A proposta de atuação em complexos geoeconômicos com base em ação articulada da União, prevista Constituição de 1988, serviu de base para que as Rides fossem criadas e veio reforçar, no período, o padrão de intervenção nacional nos territórios em desenvolvimento, com vistas à sua inserção no mercado internacional. Elas são parte do propósito de se privilegiar territórios no âmbito das políticas públicas, utilizando seu conjunto de atributos como uma fonte de acumulação de capital, como analisado

no Capítulo 4. Quatro de oito municípios da microrregião de Petrolina integram a Ride Petrolina e Juazeiro. Ela foi objeto de Projeto de Lei Complementar de iniciativa parlamentar oriundo da cidade de Petrolina. Instituída pela lei complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, foi regulamentada pelo decreto nº 4.366, de nove de setembro de 2002. A lei de criação previu que a região seria constituída pelos municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco, e pelos municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no estado da Bahia. Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), em 2011 o PIB total atingiu o montante de 4,3 bilhões. O setor terciário foi responsável por grande parte da composição do PIB e respondeu por cerca de 70 POR CENTO; a indústria veio em segundo lugar, com participação de 16 POR CENTO. O setor primário participa com 14 POR CENTO, significativamente maior que na maior parte das microrregiões em estudo. Informações da Prefeitura Municipal indicam que, atualmente, o município de Petrolina apresenta o terceiro maior PIB agropecuário, o segundo maior centro vinícola e o maior exportador de frutas in natura do país. As frutas tropicais são, em menor parte, comercializadas internamente. A maior parte é exportada para a América do Norte, Europa e Ásia (particularmente o Japão). Dados do MDIC (BRASIL, 2016a) indicam que, em 2016, as exportações da microrregião atingiram 156 milhões. De acordo com a teoria da base exportadora de North, de 1955, as exportações em uma região estariam se consolidando a partir de fatores locais específicos. No caso da microrregião de Petrolina, as condições climáticas do Semiárido aliadas à disponibilidade hídrica decorrente da existência de infraestruturas de irrigação do rio São Francisco (e sua perenidade), permitiram o cultivo de frutas com alta qualidade, inclusive de uva, com o diferencial de obter safras duas vezes ao ano, enquanto a média da produção em outros espaços é de uma safra anual, como mostra a Figura 6.8. Nesse sentido, cabe destacar o papel da Embrapa no aprimoramento dos fatores de produção de modo a garantir a inserção dos produtos no mercado mundial, a partir dos interesses e exigências desse mercado, e contribuir, com isso, com a vertente da polarização e competitividade dos lugares no processo de desenvolvimento. Dessa forma, a agroindústria de fruticultura irrigada, com alto grau de tecnologia associada, é a atividade predominante do setor industrial nessa microrregião. Em valores absolutos, a indústria atingiu em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), 734 milhões. Esse valor revela o crescimento exorbitante do setor industrial em Petrolina, que em relação aos 124,6 milhões obtidos no ano 2000 (BRASIL, 2000), apresentou uma taxa de crescimento de 489,35 POR CENTO, duas vezes maior que a taxa de crescimento do PIB do setor secundário do Brasil para mesmo período, que foi de 251,26. Devido à alta produtividade na agricultura impulsionada pela irrigação, grande parte das indústrias pertence ao subsetor da agroindústria de alimentos, destacando-se a agroindústria de sucos, polpas e doces, com plantas de pequeno, médio e grande portes, correspondentes à ocupação dos perímetros irrigados, também distribuídos em pequenas, médias e grandes propriedades, como o perímetro Nilo Coelho, implantado em 1984, o maior em funcionamento no Brasil. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, entre os anos de 2007 e 2013, 30 indústrias foram atraídas para o Distrito Industrial Petrolina. Houve um investimento total de 214,8 milhões de reais por parte do governo de Pernambuco no Distrito Industrial, com retorno estimado em 2.590 vagas de emprego. As empresas usufruíram dos benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual, por meio do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe)⁷⁴, além dos incentivos provenientes dos fundos de desenvolvimento regional a cargo do MI e Sudene. No setor terciário, observa-se que o PIB da microrregião atingiu 3 bilhões nas atividades de comércio e serviços, impostos e administração pública, segundo dados do IBGE de 2011 (BRASIL, 2011b). É interessante observar que, em função do agronegócio, a cidade de Petrolina desenvolveu seu comércio e parte de seus serviços vinculados ao que Elias (2003) chamou de consumo produtivo. São atividades comerciais e de serviços cujas mercadorias abastecem o setor produtivo da agricultura irrigada. Esses serviços

especializados conferem ao espaço urbano uma remissão ao meio rural, como mostra a Figura 6.9. Da mesma forma, nos perímetros irrigados também há a consolidação de atividades comerciais que conferem ao espaço rural a remissão ao urbano. As Figuras 6.8 e 6.9 revelam que essa simbiose entre urbano e rural reconfigura as cidades dessa microrregião. Sob a ótica do desenvolvimento pautado na competitividade, a microrregião e, em especial, a cidade de Petrolina, foi território priorizado pelas políticas explícitas de desenvolvimento regional na fase desenvolvimentista, com foco na irrigação. Desde a década de 1960 são empreendidos esforços por parte do Estado para a promoção de investimentos na microrregião, seja por meio de subsídios, incentivos fiscais, ou projetos de irrigação e de infraestrutura. A localização estratégica da cidade polo, interligando diversos estados por rodovias e chegando a diversos portos também contribuiu para o desenvolvimento dessa atividade. Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Ride do Polo Petrolina e Juazeiro (BRASIL, 2010a), ela está na confluência de importantes rodovias federais, como a BR 235, que corta os estados de Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão e chega até o Pará; a BR 232, que atravessa o estado de Pernambuco, de leste a oeste e chega a Petrolina, onde se conecta à BR 122. Esta rodovia, por sua vez, de sul a norte, corta Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. Há também previsão de conexão de Petrolina a outros estados por meio da ferrovia Transnordestina. A microrregião também sedia a Ponte Presidente Dutra, implantada em 1954, que liga Petrolina a Juazeiro, na Bahia. O plano da Ride cita que esta é a principal via de acesso entre os estados da Bahia e de Pernambuco. Outro modal relevante na microrregião é o aeroviário. O Aeroporto Internacional Senador Nilo Coelho, em Petrolina, implantado em 1941 e com obras encerradas apenas em 2004, teve sua construção impulsionada pela produção do Vale do São Francisco. Ele atende aos municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Afrânio e Dormentes, em Pernambuco, e aos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho e Curaçá, na Bahia. E também a 53 municípios dos estados de Pernambuco, Bahia e Piauí. Destaca na fase neodesenvolvimentista a implantação de universidade federal, como a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), e de Instituto Federal – o IF Sertão, cujos cursos ofertados são orientados para as atividades desse cluster, como Agroecologia, Agronomia, Alimentos, Horticultura, Viticultura e Enologia, dentre outros. No tocante à divisão territorial do trabalho, essa microrregião integra o circuito da moderna agricultura irrigada, de que tratou Moreira (2014). Essa atividade tem atraído capital financeiro significativo, principalmente para a cidade polo, além de capital humano especializado, não apenas internamente ao Semiárido, mas de outras regiões do país, tanto voltado para a produção, como produtores de frutas do Rio Grande do Sul que lá se instalaram, quanto para o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias para a produção. O capital internacional se faz presente nas atividades comerciais, expressas nas redes de não duráveis internacionais que integram as lojas do River Shopping. No agronegócio, também se verifica a sua presença. Vinícolas europeias se instalaram no Brasil, por meio de subsidiárias, como a Dão Sul, de Portugal, que no Brasil é implantou a Vini Brasil, produtora do Rio Sol, vinho conhecido inclusive em outras regiões do Brasil, além de outros produtos. Em processo incipiente, verifica-se o desenvolvimento do turismo impulsionado pela fruticultura irrigada. As rotas turísticas, fluviais ou terrestres, incluem as vinícolas da região, a hidrelétrica de Sobradinho. Há também o desenvolvimento de festas e gastronomia ligada à produção ovinocaprino-cultura, associada às degustações do vinho regional. Influenciada e reforçada pela divisão territorial do trabalho e pelos fluxos de capital, a rede delineada pela cidade de Petrolina é, dessa forma, centro radial. Ela polariza um grande número de municípios de pequeno porte populacional, à exceção de Senhor do Bonfim (BA), um centro subregional de pouca força polarizadora, segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a). Esse estudo aponta que Petrolina exerce uma influência maior sobre o estado da Bahia do que sobre o estado a que pertence, Pernambuco. Segundo a Regic de 2007, a cidade de Petrolina é considerada uma capital regional C na hierarquia urbana, como mostra a Figura 6.10, a seguir A Figura

6.10 revela que, no tocante aos fluxos de bens e serviços identificados, as conexões que partem de Petrolina para centralidades de mesma hierarquia ou de hierarquia superior se dão apenas com Recife. As relações horizontais entre a cidade Petrolina e outras cidades médias de mesmo nível hierárquico são exíguas, com destaque apenas para Feira de Santana (BA) e Juazeiro (BA). Há que se destacar, entretanto, o efeito de conurbação que Petrolina estabelece com Juazeiro, na Bahia. Tal configuração espacial, no centro do Semiárido, vem reforçar o modo de vida urbano dessas cidades e a importância da rede de cidades numa região caracterizada pelo padrão econômico predominantemente rural. Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram essa pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Petrolina foi destino de voos que partiram de Campinas (SP), Barreiras (BA), Brasília (DF), Curitiba (PR), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Guarulhos (SP) e São Paulo (SP). Internamente ao Semiárido, apenas de Juazeiro do Norte (CE). Estudo recente do IBGE (BRASIL, 2017) revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Petrolina estabelece conexões principais a partir de fluxos rodoviários apenas com Feira de Santana (BA), mesmo com sua localização estratégica e logística favorável, o que reforça a tendência de estabelecimento de fluxos supranacionais como circuitos de uma rede heterárquica que se estabelece em função das exportações com os mercados norteamericano, europeu e asiático. Industrialização e diversificação terciária, incentivos fiscais e drenagem de recursos em Sobral (CE) Essa microrregião se destacou regionalmente pela importância que sua cidade polo assumiu ainda no século XVIII, com a indústria da charqueada 76. Desde esse período Sobral afirmou sua função de intermediação comercial de produtos agrícolas para o resto do estado do Ceará e para o estado do Piauí. No século XIX, o impulso econômico proporcionado pelo binômio gado algodão, acabou por reafirmar a microrregião como centro coletor e distribuidor do algodão na região norte do estado do Ceará (FREIRE; HOLANDA, 2011, p. 48). Com a ascensão da economia do algodão, a industrialização chegou a Sobral ainda no início do século XX, a partir da implantação de uma indústria de beneficiamento, a Companhia Industrial de Algodão e Óleo, e uma de tecelagem, a Fábrica de Tecido Sobral. Politicamente a microrregião se destaca pela modernização conservadora de sua classe política, oriunda das oligarquias da região. Assis e Rodrigues (2008, p. 349) comentam que o crescimento da cidade média deve-se à presença de uma elite empreendedora que tenta construir no imaginário coletivo a ideia da modernização política. Essa classe política, segundo os autores, tem sido responsável pela atração de investimentos no setor industrial e nas atividades comerciais e de serviços, com vistas à busca do desenvolvimento pautado na competitividade. Seguindo esse propósito, em 2017 Sobral foi oficializada como nova região metropolitana do norte do estado do Ceará, integrada por 18 municípios. A industrialização em Sobral permitiu a instauração de um processo de acumulação de capital e divisão de trabalho que consolidou e expandiu, a partir dos anos 2000, a modernização das atividades terciárias. Esse setor tem participação relevante na composição do PIB total da microrregião, com 73 POR CENTO em 2011, acumulando 2,4 bilhões, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). O PIB total saltou de 978,8 milhões em 2000 para 3,3 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b). A indústria de produtos de consumo não durável é atualmente o subsector predominante da atividade industrial na microrregião. Com participação de 23 POR CENTO do PIB total da microrregião, ou 753 milhões em 2011, essa atividade teve um arrefecimento em seu crescimento entre os anos de 2000 e 2011, assim como o setor primário, que, com modesta participação no PIB total de 4 POR CENTO ou 143 milhões, também cresceu menos que o setor terciário no período estudado. Considerada importante centro de compras e de serviços regionais, a cidade polo tem atraído população da área de influência para a atividade de consumo. Com relevantes complexos de saúde e de educação, a cidade de Sobral exerce influência sobre a porção norte do Ceará e sobre o leste do estado do Piauí. Entretanto, essa diversificação terciária que foi carreada pela industrialização provocou

um descompasso entre a cidade média e os pequenos núcleos de sua área de influência. Assis et al. (2007) comentam que a diversificação do terciário moderno de Sobral provocou o enfraquecimento das atividades terciárias em pauperização de cidades como Cariré, integrante da microrregião. Entre os anos 1950 e 1970, Sobral foi contemplada com incentivos fiscais coordenados pela Sudene ainda na década de 1960. A partir daí, iniciou-se um novo ciclo de crescimento na microrregião, com a instalação da fábrica de cimento do grupo Votorantim na cidade polo em 1964. Nos anos 1970, Sobral também foi contemplada no programa de apoio às cidades de porte médio, implantado durante os governos militares e descrito no Capítulo 4. Na fase neoliberal, investimentos seletivos do poder público federal priorizaram Sobral com a instalação da indústria calçadista Grendene, em 1994. A partir da Figura 6.11 Estabelecimentos comerciais no centro de Cariré, em 2005 Fonte: Assis et al. (2007). Figura 6.12 Mercaria em Cariré, em 2005 Fonte: Assis et al. (2007).159 daí, outras indústrias compuseram o seu Distrito Industrial, como a Fábrica Coelho, terceira maior produtora de massas e biscoitos do Ceará, os refrigerantes Delrio, Alumínio Sobral, fábrica de utensílios domésticos, Rações Golfinho, especializada no processamento de caroço de algodão, entre outras. Informações da Federação de Indústrias do Estado do Ceará (Fiece) indicam que o Distrito Industrial de Sobral implantado na fase desenvolvimentista agrega atualmente 153 indústrias, destacando-se a fabricação de calçados, cosméticos, mineração, embalagens, refrigerantes e cimento, além de serviços diversos de fundição. No tocante à educação, a cidade, segundo informações da Prefeitura Municipal, a cidade de Sobral foi contemplada com importantes investimentos na fase neodesenvolvimentista. É considerada importante polo universitário do interior do estado do Ceará, com mais de 50 faculdades. Conta com uma universidade estadual, dois centros de ensino tecnológico, um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) implantado na fase neodesenvolvimentista e um campus da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em 2015, nova indústria de produção de cimentos da Votorantim foi instalada em Sobral e foram investidos 700 milhões, segundo informações da Prefeitura Municipal. As negociações para a implantação foram realizadas pelo Governo do Estado do Ceará, que disponibilizou infraestrutura (estrada de acesso às indústrias e linha de transmissão de energia), além de benefícios fiscais. A centralidade econômica da cidade de Sobral tem dinamizado o espaço intraurbano, resultando no surgimento e aglomeração de serviços mais qualificados na cidade. A população da região então se desloca para usufruir desses serviços. O processo descrito por Corrêa (1994) de drenagem da renda regional pela cidade polo é verificado não apenas advindo do consumo, mas também oriundo da concentração populacional, renda fundiária, capital financeiro, principalmente. De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2016b), em 2016 a cidade polo concentrou 80 POR CENTO do capital financeiro da microrregião expresso no valor dos depósitos privados à vista presentes na rede bancária. Esse valor na cidade polo chegou a 53,8 milhões de um total de 59,2 milhões em toda a microrregião. Além disso, a cidade polo também concentra serviços urbanos, quando considerada a distribuição desses serviços em toda a microrregião. De acordo com dados do IBGE e PNUD para o ano de 2010, na cidade polo, o percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada chega a 88 POR CENTO (PNUD, 2010). Excluída a cidade polo, no restante da microrregião esse percentual é de 32 POR CENTO em média. Por sua vez, a renda média per capita da cidade de Sobral, de 448,89 em 2010 é quase o dobro da renda média per capita da microrregião (excluída a cidade polo), que foi de 239,50, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010b). Dessa forma, processos de desigualdade entre a cidade polo e a microrregião são evidenciados. Na cidade de Sobral há expressiva concentração de ativos, em comparação com os demais municípios da microrregião. De acordo com a Regic de 2007 do IBGE (BRASIL, 2008a), a cidade de Sobral consolida sua área de influência em torno de 29 pequenos municípios, como mostra a Figura 6.13. A rede de cidades de Sobral, corroborando a assertiva concentradora, evidencia essa excessiva polarização

e monocentrismo. Há uma grande articulação que a cidade de Sobral mantém em relação aos municípios da porção noroeste do estado do Ceará, que são pequenos em porte demográfico e de baixo nível da hierarquia, de fato configurando-a como uma cidade média intermediadora de fluxos em direção à capital, Fortaleza (CE). Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Sobral é considerada uma Capital Regional C na hierarquia urbana, um nível inferior, aos designados para a maior parte das cidades médias selecionadas neste estudo. A Figura 6.13 indica que, externamente ao estado do Ceará, Sobral não estabelece conexões relevantes; também são inexistentes as conexões horizontais com outras cidades médias. Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Sobral não estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa com nenhuma delas, seguindo a tendência das microrregiões já apresentadas. Aquicultura, arranjos produtivos locais e fluxos supranacionais em Paulo Afonso (BA) Tendo surgido no século XVIII enquanto ponto de descanso de boiada oriundo de fazendas de antigos bandeirantes, começaram a se desenvolver na microrregião de Paulo Afonso atividades comerciais. Povoados na microrregião Paulo Afonso surgiram a partir de então. Politicamente, a microrregião contou com o protagonismo da administração municipal de Paulo Afonso, e especialmente com o governo estadual, para estabelecer parcerias com vistas ao desenvolvimento dessa atividade econômica. De acordo com Balogh (2005), a cidade de Paulo Afonso beneficiou-se durante muitos anos dos recursos oriundos de compensações financeiras viabilizadas pela Chesf pelas áreas inundadas e exploração da água para geração de energia. O processo de aquecimento da economia local na região sofreu ameaças nos anos 1980, com a proximidade da conclusão das obras e a crise de escala nacional, o que ensejou novas formas de se pensar territorialmente o desenvolvimento. Em 1998, com o investimento no processo de multiuso da água, a atividade de piscicultura tornou-se perspectiva viável economicamente. De acordo com a autora, estudos minuciosos foram encomendados pela prefeitura, e indicaram a viabilidade de Paulo Afonso se tornar um polo de criação de peixes na região, com fortes indicadores para se constituir como o maior exportador de tilápias da América Latina. Apostando nesses estudos, o governo realizou investimentos e, a partir de então, a região se dinamizou economicamente. Com essa atividade, os indicadores econômicos evoluíram significativamente na microrregião. O PIB total saltou de 913 milhões em 2000 para 2,5 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). Diferentemente das demais microrregiões, em Paulo Afonso o setor secundário carrega a economia, com participação de 66 POR CENTO do PIB total em 2011, totalizando 1,6 bilhão, quase que totalmente voltada para a exportação. Em 2016, as exportações na microrregião atingiram o montante de 1,2 bilhão, sendo que em 2006 Paulo Afonso não tinha ainda desenvolvido o setor exportador, segundo dados do MDIC (BRASIL, 2016a). Quanto ao setor terciário, ele responde por mais de 33 POR CENTO do PIB, com 860 milhões, segundo dados do IBGE de 2011 (BRASIL, 2011b). Há que se destacar o incremento ao PIB proporcionado pela atividade turística na microrregião, em especial ligado aos esportes radicais. As belezas naturais se destacam, como as cachoeiras e a reserva ambiental Raso da Catarina, além das visitas ao complexo de usinas da Chesf. A microrregião também sedia um grande sítio arqueológico, de expressivo interesse turístico. A rede hoteleira é expressiva, conta com 55 hotéis, e é predominantemente constituída por hotéis de expressão local e regional. A microrregião se destacou regionalmente pela importância que sua cidade média assumiu ao longo do tempo. O nascimento da cidade polo, Paulo Afonso, deveu-se à instalação da Chesf na região, enquanto propósito da política varguista de integração do mercado nacional e ruptura com as estruturas semicoloniais que perduravam no Brasil. A construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso foi finalizada em 1955, na fase desenvolvimentista. De acordo com Balogh (2005), a cidade de Paulo Afonso agrupa num raio de quatro quilômetros cinco Usinas Hidrelétricas, representando o maior complexo de usinas dessa modalidade num

pequeno espaço. São elas: PA12 I, PA II, PA III, PA IV e a Apolônio Sales na divisa entre Bahia e Alagoas. Ribeiro et al. (2015) afirma que a iniciativa de trazer a atividade da tilapicultura para a região partiu da administração do município de Paulo Afonso (BA), juntamente o governo do estado da Bahia, por meio do Programa de Desenvolvimento da Piscicultura em Grandes Barragens, utilizando tanques rede, sendo a Bahia Pesca S. A. a articuladora dessa ação e com a formação de várias associações para a produção de peixes utilizando tanques rede. Dessa forma, o desenvolvimento em bases endógenas foi a vertente utilizada para o desenvolvimento das ações na região. Arranjos produtivos locais foram estimulados na fase neodesenvolvimentista, assim como os efeitos aglomerativos e complementares dessa atividade produtiva. Por intermédio do MI e MDIC, os arranjos produtivos da aquicultura e piscicultura foram apoiados na microrregião, com ações de fortalecimento e estruturação nos municípios de Glória, Abaré e Rodelas. Ribeiro (2015) afirma que, em função do pioneirismo e das continuadas políticas de articulações no setor, a cidade de Paulo Afonso tornou-se o centro das negociações e da industrialização aquícola da microrregião, com a implantação de grandes projetos. Em 2015, as empresas instaladas na cidade de Paulo Afonso forneceram aproximadamente 15.600.000 alevinos/ano, cerca de 13.200 toneladas de ração/ano e 12.000 toneladas de pescado processado/ano (capacidade estimada), além de uma fábrica de gelo e de algumas atividades informais (RIBEIRO, 2015). No município, também existe um frigorífico que compra tilápias da Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores de Paulo Afonso (Coomapa), que beneficia e exporta cerca de 700 toneladas por ano de filé fresco para os Estados Unidos e Europa. Vale ressaltar que a cidade de Paulo Afonso também é o centro econômico e educacional da região. De acordo com dados do IBGE (BRASIL, 2000b e 2010a), a população da cidade polo, no ano 2000, era de 96 mil habitantes. Em 2010 essa população passou a ser de 108 mil habitantes. Nela se encontram instituições públicas de ensino superior, como: Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e nove instituições privadas, oferecendo cursos de Engenharia de Pesca, Biologia, Administração de Empresas, que formam profissionais que atuam diretamente na cadeia produtiva da tilapicultura. A criação da faculdade pública de medicina se deu em 2016, como resultado da parceria entre União, poder estadual, municipal e Chesf. O ensino à distância também é existente. Na microrregião também está localizada a sede regional da Bahia Pesca S.A., órgão estadual ligado a Secretaria de Aquicultura, Irrigação e Reforma Agrária, a coordenadoria regional da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e a sede da Coomapa, além de diversas associações de piscicultores. O sistema de transporte aeroviário de Paulo Afonso dispõe do Aeroporto de Paulo Afonso – de 1972, operando com tráfego regular. De acordo com a Regic de 2007 do IBGE (BRASIL, 2008a), a rede de cidades de Paulo Afonso, apesar de centro radial, não evidencia a excessiva polarização. Há uma grande complementariedade microrregional em torno da atividade de produção de tilápias. Ribeiro (2015) afirma que os municípios envolvidos são caracterizados pela atividade do setor primário, como o município de Glória (BA), que detém a maior produção. O autor complementa que o município de Paulo Afonso é o único caracterizado pelas atividades do setor secundário e terciário. Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Paulo Afonso não apresenta alto nível hierárquico, é considerada um Centro Sub Regional A, nível inferior quando considerada a maior parte das cidades médias neste estudo, como se verifica na Figura 6.14. A Figura 6.14 indica que Paulo Afonso estabelece conexões relevantes não apenas com Salvador, mas também com Aracaju. São escassas as conexões horizontais com outras cidades médias, o estudo aponta conexões relevantes apenas com Feira de Santana (BA). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Paulo Afonso também estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa apenas com Feira de Santana (BA). Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram essa pouca articulação interna com o Semiárido e a restrição de fluxos inter regionais, pois mostram

que, em 2015, o aeroporto de Paulo Afonso foi destino de voos que partiram apenas de Salvador (BA). Turismo religioso, estímulos à endogeneização e conurbação no Cariri (CE) Similarmente às origens das demais microrregiões em estudo, o Cariri teve origem no século XIX, constituindo-se como ponto de passagem de tropeiros. Entretanto, a figura política e religiosa do Padre Cícero na região influenciou sensivelmente o seu povoamento, a partir da atração de grandes contingentes de romeiros, que para lá se dirigiam e fixavam moradia. Os serviços, então, começaram a se diversificar a partir daí, e o Cariri se transformou num importante entreposto agrícola, comercial e artesanal. Atualmente, o Cariri apresenta uma diversificação econômica pautada na indústria de produtos não duráveis, comércio e serviços ligados à religiosidade, com ampliação da rede hoteleira e do artesanato e expressões da cultura popular, como a literatura de cordel. Devido à figura de Padre Cícero, é considerado também um dos três maiores centros de religiosidade popular do Brasil, juntamente com Aparecida (SP) e Nova Trento (SC), como mostra a Figura 6.15. Destaca-se atualmente também por ser um polo universitário na área de saúde, com diversos cursos superiores, e pelas belezas naturais e achados paleontológicos da Chapada do Araripe, que integra a rede mundial de Geoparks, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como mostra a Figura 6.16, a seguir. As Figuras 6.15 e 6.16 demonstram a potencialidade turística que essa região apresenta. Dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b) indicam que, com essa atividade, os indicadores econômicos evoluíram significativamente. O PIB total saltou de 994 milhões em 2000 para 4,2 bilhões em 2011. O setor primário respondeu em 2011 por quase 3 POR CENTO, com montante de 117 milhões, e o setor secundário, por 17 POR CENTO do PIB, com montante de 726 milhões. O setor terciário, por sua vez, é pujante e respondeu por mais de 80 POR CENTO do PIB em 2011, com 3,4 bilhões. Há que se destacar que o incremento ao PIB proporcionado pela atividade turística na microrregião constituiu uma diversificada rede hoteleira, com 41 hotéis. Há também a presença de hotéis internacionais, como o hotel Ibis. Além disso, segundo informações da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, grandes grupos varejistas nacionais e internacionais já se instalaram ou fazem estudos prospectivos para a instalação de unidades. E isso já é um processo em curso, em função da existência de shopping centers na microrregião: o Cariri Garden e o Shopping Juazeiro. Em termos urbanísticos, verifica-se que essa é uma microrregião de características territoriais essencialmente urbanas. Um processo de conurbação acontece entre os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, chamada triângulo Crajubar. Esse processo ensejou, por parte das categorias políticas da região, a instituição da Região Metropolitana do Cariri (RMC), criada por Lei Complementar Estadual sancionada em 2009. A microrregião do Cariri foi priorizada nos governos militares como um polo de desenvolvimento. As Áreas das Serras Úmidas, como foi designada essa microrregião no Programa Polonordeste do II PND, seriam contempladas com ações de dinamização pela via da agroindústria e da integração logística, como mostraram os Capítulos 4 e 5. Entretanto, apesar dos esforços desenvolvimentistas, antes mesmo dessas ações a microrregião já havia encontrado na figura política e empreendedora do Padre Cícero os rumos de um processo de desenvolvimento em bases de maior endogeneização. Em que pese os riscos de se calcar uma economia regional nos alicerces únicos do turismo, pode-se afirmar que a peregrinação de romeiros em direção ao Cariri e, em especial, à Juazeiro do Norte, abriu as portas desde o início do século XX para o incremento terciário vinculado ao turismo religioso. Essa atração populacional fez com que o Aeroporto de Juazeiro do Norte fosse implantado ainda nos anos 1950 e que investimentos subsequentes em educação transformassem o Cariri numa importante centralidade de educação superior na área da saúde. Interessante observar que, de acordo com Araújo Sobrinho e Soares (2012), é importante ter em mente que nos dias atuais a atividade turística merece ser tratada com cuidado, pois não se pode atribuir a uma única atividade econômica essa centralidade excessiva, ganhando quase contorno de redentora de economias deprimidas. Parece que essa percepção atingiu as

administrações municipal e estadual, visto que se tem almejado nessas esferas a diversificação produtiva nos anos recentes. Segundo a Prefeitura Municipal de Juazeiro, existe uma política de atração de investimentos formando parcerias entre estado, município e empresários, por meio da qual incentivos fiscais e subsídios seriam promovidos ao setor privado, envolvendo inclusive a doação de terrenos no Distrito Industrial, nos seguintes subsetores industriais: têxtil, de joias, semi joias e artesanato (voltado para exportação), bebidas, máquinas, construção civil e metalurgia. As políticas da fase neodesenvolvimentista estimularam a endogeneização dos processos produtivos também com foco na maior diversificação econômica. As políticas de estruturação de APL a cargo do MI, embora pontuais, priorizaram o turismo paleontológico com a estruturação do Geopark Araripe e o polo gesseiro da região, com ênfase na sustentabilidade ambiental. Além disso, com as políticas de interiorização da educação, a microrregião passou a contar com um desenvolvido polo de educação superior, presencial e a distância, constituído também de universidades públicas federais. Tem-se o antigo campus avançado da Universidade Federal do Ceará, que se transformou na Universidade Federal do Cariri (UFCA), com campus sede na cidade de Juazeiro do Norte, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE) e a Faculdade de Tecnologia (Centec Fatec), além de uma universidade regional, a Universidade Regional do Cariri (Urca), e várias instituições privadas. O Cariri é uma expressiva centralidade polarizadora do Semiárido. Destaca-se tanto no comércio varejista quanto atacadista e atrai compradores de municípios e vizinhos. Internamente à microrregião, a influência das instituições de ensino superior em Juazeiro do Norte é estimada sobre uma expressiva população do Cariri. Com mais de 20 mil estudantes, Juazeiro se tornou um importante polo universitário no interior cearense. De acordo com a Regic de 2007 do IBGE (BRASIL, 2008a), a rede de cidades do Cariri é centro radial, evidenciando grande efeito polarizador de Juazeiro do Norte sobre sua área de influência. Segundo a Regic (BRASIL, 2008a), a cidade de Juazeiro do Norte apresenta alto nível hierárquico, é considerada uma Capital Regional C na hierarquia urbana, similar à maior parte das cidades médias selecionadas neste estudo, como se verifica na Figura 6.17, a seguir. A Figura 6.17 indica que Juazeiro do Norte estabelece conexões relevantes apenas com Fortaleza. São escassas as conexões horizontais com outras cidades médias, o estudo aponta apenas com centros de hierarquia inferior, com destaque para Iguatu (CE). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Juazeiro do Norte também estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa apenas com Petrolina (PE). Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram essa pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Juazeiro do Norte foi destino de voos que partiram internamente ao Semiárido apenas de Petrolina (PE). Interregionalmente, o Aeroporto de Juazeiro do Norte foi destino, em 2015, de voos que partiram de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campinas (SP), Fortaleza (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Guarulhos (SP). Diversificação produtiva, arranjos produtivos locais e rede dendrítica em Arapiraca (AL) Arapiraca teve origem em fins do século XIX. Assim como a maior parte das microrregiões em estudo, nasceu de uma trilha de passagem de comboios de animais. Por essa trilha, passaram a ser escoados produtos de povoados dispersos na região do agreste alagoano. A partir daí, surgiu o povoado de Arapiraca com a primeira loja comercial, no ramo de estivas e tecidos. O desenvolvimento da cidade polo se deu principalmente nos anos 1970, com a produção de fumo. Mas, com a crise de superprodução que se deu nos anos 1980, e sob o contexto da crise fiscal do Brasil, a cadeia produtiva fumageira foi desarticulada na microrregião como um todo, corroborada, em escala global, pelas campanhas de combate ao tabagismo, que atingem o mundo ocidental, assim como, em escala regional, pela baixa qualidade da produção e baixo nível tecnológico, fatores descritos por Oliveira (2007b) como cruciais para a desestruturação da atividade. Deficiências de assistência técnica, arcaísmo produtivo associado ao padrão latifúndio minifúndio

também provocaram a derrocada da produção. Politicamente, a microrregião também inovou pouco. Núcleos oligárquicos que monopolizam o setor produtivo permaneceram, de forma, cíclica, no poder político regional. A articulação em torno dos interesses de atração de políticas públicas para a microrregião estimulou a criação de lei aprovada pelo legislativo alagoano de instauração da Região Metropolitana do Agreste (RMA), tendo Arapiraca como cidade polo. Essa região metropolitana foi instituída em 2009. Essa instituição também está ligada ao fato de a cidade de Arapiraca ser o polo mais desenvolvido do estado de Alagoas para além da capital, atraindo, portanto, população significativa. Atualmente, em função do arrefecimento da atividade fumageira, o setor terciário microrregional apresentou-se destacado. Entre os anos de 2000 e 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b), o PIB total saltou de 757 milhões para 2,9 bilhões, apresentando um crescimento de 289,2 POR CENTO no período. Entretanto, ao passo que o setor primário (agropecuária) perdeu participação no PIB, chegando em 2011 a 4,5 POR CENTO do PIB total, com 126 milhões, o setor secundário e, principalmente, o terciário cresceram significativamente. Em 2011 a indústria participou com 13,5 POR CENTO do PIB, atingindo o montante de 396 milhões, e o setor terciário, com 82 POR CENTO, atingindo 2,4 bilhões. Esse crescimento da indústria e do setor de serviços revelou-se como alternativa à pouca inovação produtiva do setor primário, muito embora a região tenha destaque na produção de hortaliças, que abastece boa parte do estado de Alagoas, porém com pouco valor agregado. Foco de grandes obras nas diferentes fases que marcaram as políticas públicas federais, essa microrregião teve sua dinâmica socioeconômica alterada em função da construção da BR 101, no período dos governos militares, fazendo-a ponto nevrálgico nas articulações entre o sertão alagoano e o litoral, favorecido ainda pela sua localização estratégica, no centro do estado. Além disso, sua cidade polo passou a ser ponto de entroncamento de importantes rodovias estaduais. Integrante do ciclo de disseminação dos distritos industriais também na fase do aprofundamento do desenvolvimentismo Arapiraca também foi priorizada com a política de incentivos fiscais a cargo da Sudene, entre os anos 1960 e 1980. Em fases recentes, essa microrregião foi contemplada tanto com obras hídricas de grande porte, como o Ramal do Agreste Alagoano, a cargo do Ministério da Integração Nacional, como com ações de desenvolvimento local, por meio das estratégias e ações de promoção do desenvolvimento endógeno, com a estruturação de APLs, com enfoque majoritariamente voltado para a produção primária. Tanto o MI quanto o MDIC apoiaram até o ano de 2012 diversos APLs no setor agropecuário, o de menor dinamismo da economia microrregional, entretanto. Mandiocultura, apicultura, agricultura, fruticultura e movelaria foram atividades apoiadas nos municípios de Craíbas, Lagoa da Canoa, Arapiraca e Girau do Ponciano. Nesse período, expectativas em torno de um novo ciclo de crescimento foram verificadas a partir de ações ligadas à interiorização da educação profissional e de nível superior. De acordo com o Ipea (BRASIL, 2015), a implantação de escolas técnicas e cursos de medicina auxiliaram na formação de capital humano da região, principalmente com recursos do Governo Federal, ampliando a demanda e a renda na cidade polo, criando uma expectativa de crescimento da microrregião nos próximos cinco anos. Nesse sentido, as estruturas educacionais são duas universidades públicas e um instituto federal, além de diversas instituições particulares de ensino superior. Segundo o Ipea (BRASIL, 2015), as políticas recentes de promoção dos fundos regionais e incentivos fiscais tiveram, na cidade polo, impactos diferenciados. De acordo com o relatório apresentado pela instituição, em Arapiraca os grandes empreendimentos são mais atendidos em volume de recursos, porém a agricultura familiar (pecuária) é a principal atividade em número de operações; em seguida, as micro e pequenas empresas urbanas, que tomam em média 50 POR CENTO para capital de giro; e os principais clientes estão no setor atacadista. Em fases recentes, a inauguração do shopping center da cidade polo, a chegada de uma mineradora, o curso de medicina e a planta de uma grande rede hoteleira foram fatores que aumentaram a expectativa de dinamismo microrregional, segundo o Ipea (BRASIL,

2015). A entrada de capital internacional, nesse sentido, é almejada pela administração pública da cidade polo, assim como um novo impulso à industrialização. De acordo com o estudo do Ipea, segundo relato do secretário municipal de Arapiraca, uma mineradora descobriu ouro e cobre na região, mas teve que parar suas atividades por falta de financiamento; esta mineradora demandou energia elétrica de alta qualidade, o que tinha sido prontamente atendido pelo poder público local. De acordo com a Regic de 2007 do IBGE (BRASIL, 2008a), a rede de cidades de Arapiraca é centro radial e evidencia polarização da porção centro oeste do estado de Alagoas. Segundo a Regic de 2007, a cidade de Arapiraca apresenta alto nível hierárquico no estado, é considerada Capital Regional C na hierarquia urbana, nível elevado quando considerada a maior parte das cidades alagoanas, a cidade de Arapiraca estabelece conexões relevantes não apenas com Maceió, no estado de Alagoas, mas com cidades menores alagoanas, como Palmeira dos Índios, e sergipanas, estas últimas localizadas na calha do rio São Francisco, como Propriá ou Canindé de São Francisco. O estudo aponta que são inexistentes as conexões horizontais com outras cidades médias. Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Arapiraca não estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa com nenhuma delas. Nas microrregiões que tiveram o dinamismo carreado pela industrialização, como são Feira de Santana e Sobral, observa-se que as ações estatais da fase desenvolvimentista com foco na competitividade permitiram a ruptura do processo da estagnação, mas foram insuficientes para alterar o padrão das respectivas redes. A forma centro radial expressa que as pequenas cidades e outras próximas que têm se dinamizado, o fazem de forma pouco autônoma, pois se mostram diretamente associadas às cidades polo. O monocentrismo é dominante, não se observa nenhuma outra centralidade expressiva nas redes microrregionais. Esse padrão revela que a força polarizadora das cidades de Feira de Santana e Sobral persiste no tempo. Por outro lado, revela que o dinamismo dos núcleos menores é dependente economicamente das cidades polo. Em Feira de Santana, o aumento significativo das exportações entre os anos de 2006 e 2016 afirma o que Sposito (2010) chamou de novos papéis de cidades médias. Em Sobral, os estímulos à industrialização patrocinados pelo Estado promoveram o salto competitivo, mas geraram como processo derivado a reconcentração de ativos regionais, incluindo aí o capital humano mais qualificado. A formação do terciário moderno em Sobral, ao passo que refletiu o dinamismo da cidade média, alterou os hábitos de consumo da população e vulnerabilizou o comércio e serviços tradicionais encontrados na microrregião de influência, enfraquecendo economicamente, portanto, os pequenos núcleos. Em relação às regiões do agronegócio, como podem ser consideradas Paulo Afonso, Petrolina, e Mossoró, observa-se que o dinamismo está vinculado ao modelo de desenvolvimento que valoriza as vantagens competitivas da região, mas em consonância com o mercado externo. Em Paulo Afonso, foi na fase neodesenvolvimentista que a microrregião encontrou a possibilidade de inserção econômica global. A piscicultura e a aquicultura (em tanques rede), voltadas para a criação de tilápias, trouxeram efeitos em cascata e encadeamentos para trás e para frente. A cadeia produtiva de tilápias extrapola a cidade polo e envolve os três setores da economia na microrregião. Nesse sentido, outras cidades compartilham com a cidade média o processo produtivo. A rede de cidades, então, evidencia essa pouca polarização da cidade média. Entretanto, não abarca a totalidade dos fluxos estabelecidos, visto que as relações com outros países são mantidas em função das atividades de exportação, muito embora não sejam visualizadas nos estudos da Regic do IBGE. No caso de Petrolina, a microrregião tem se destacado no cenário nacional muito mais pela intensificação das relações capitalistas favorecida pelas políticas de irrigação nos anos 1960, do que pela institucionalização federal enquanto região de desenvolvimento nos anos 2000. Destaca-se ainda pela conurbação interestadual de sua cidade média definida com Juazeiro, na Bahia. Por sua vez, Mossoró teve o impulso de sua economia associado ao setor de fruticultura irrigada estimulada na fase

neoliberal. A novidade desse processo seria, na fase neodesenvolvimentista, a de legitimação social, só que a posteriori, por meios de esforços estatais recentes de inclusão de pequenos produtores. Em Mossoró, Gomes (2003) chama essa relação de integração incompleta, tendo em vista que ela se reduz a uma promessa de compra da produção do pequeno produtor familiar (integrado) por uma empresa patronal (integradora) no momento da colheita da fruta. Essa integração só se estabelece, segundo o autor, quando as empresas integradas adotam um padrão tecnológico semelhante ao desenvolvido pelas empresas integradoras, pouco acessíveis, entretanto, aos agricultores familiares. Os pequenos núcleos que concentram a produção irrigada têm usufruído minimamente da expansão desse tipo de produção, em função da pouca apropriação do conhecimento das tecnologias envolvidas, altamente especializadas. Em Campina Grande, região caracterizada pelos serviços especializados, o recente dinamismo verificado em da revolução tecnológica gerou um importante papel da cidade média em intermediar fluxos em direção à capital, mas também de polarizar toda a porção oeste do estado da Paraíba. As políticas que contribuíram para esse delineamento da rede foram, em primeiro lugar, as desenvolvimentistas, com a integração logística rodoviária. Mas o salto de qualidade produtiva veio, de fato, com as políticas educacionais da fase neodesenvolvimentista. Porém, em que pese essa mudança de um padrão de desenvolvimento industrial tradicional para um padrão de desenvolvimento intensivo em tecnologia, a rede de cidades delineada continua dendrítica e monocêntrica. Há que se considerar nessa análise a excessiva concentração de recursos microrregionais na cidade polo. A cidade de Campina Grande concentra 76 POR CENTO da população da microrregião em 2010, 90 POR CENTO do PIB total da microrregião em 2011 e 96 POR CENTO de depósitos bancários do setor privado da microrregião em 2016, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a e 2011b) e do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2016b), respectivamente. Isso evidencia o pouco transbordamento do dinamismo para a microrregião de influência, e pode indicar até mesmo que diferenças na qualificação de capital humano ensejam efeitos em cascata de concentração de outros ativos regionais, reproduzindo assim, processos de desigualdade internos à microrregião. Observa-se que os estímulos à endogeneização promovidos pelas políticas públicas federais especialmente durante a fase neodesenvolvimentista acentuaram o dinamismo do Cariri e do Vale do Ipojuca. A expansão e especialização do setor terciário vieram associadas a um processo de urbanização que envolveu não apenas as cidades médias, mas suas respectivas áreas de influência como o Triângulo Crajubar, no Cariri. A rede de cidades dessas microrregiões, também centro radiais, evidencia em sua forma o que o processo de endogeneização do desenvolvimento não foi suficiente para romper com a excessiva dependência econômica dos pequenos núcleos da hinterlândia em relação às cidades médias. Entretanto, evidenciam-se novidades no tocante às relações entre cidade média e região. Dentre as microrregiões estudadas, o Cariri e o Vale do Ipojuca apresentam os mais evidentes processos de transbordamento do dinamismo das cidades médias para as microrregiões de influência. Essa tendência ao transbordamento induz a uma reflexão sobre o papel dos serviços, especialmente os ligados ao turismo, nesse processo. Por fim, em relação às microrregiões que tiveram seu dinamismo recente associado às atividades comerciais, como são Vitória da Conquista e Arapiraca, verifica-se que, segundo Léda (2012, p. 252), a intermediação de fluxos de bens e serviços, típica das cidades médias, consiste em sediar empresas comerciais atacadistas e varejistas com a específica função de distribuição da produção industrial para uma área de mercado regional. Ou seja, nessas cidades médias, suas centralidades são derivadas do alto potencial de consumo microrregional, mais do que de produção local. O importante mercado de prestação de serviços e de distribuição de mercadorias nas cidades médias faz com que a função de entreposto comercial, que dominou o papel das cidades do Nordeste durante muito tempo, permaneça até hoje, só que marcada pela presença do grande capital, nacional e internacional. Entretanto, não se verifica processos de transbordamento do dinamismo para as respectivas

microrregiões de influência. A rede de cidades, dessa forma, evidencia o monocentrismo e a polarização excessiva das cidades médias. Em Vitória da Conquista, além disso, as relações estabelecidas internamente ao Semiárido são inferiores àqueles fluxos e transações inter regionais, especialmente com o Centro Sul. Este capítulo explorou a terceira questão de pesquisa, que buscou compreender a relação entre políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e o delineamento da rede de cidades na escala microrregional. Observou-se que as mudanças nas respectivas redes de cidades decorrentes do dinamismo verificado com a integração logística e industrialização da fase desenvolvimentista foram pouco perceptíveis, elas continuam dendríticas e monocêntricas. De modo geral, a articulação com controles e interesses extra regionais e até internacionais vem comprometendo processos de integração produtiva intrarregional ou um maior adensamento da rede regional, e em última instância, comprometendo o processo de desenvolvimento dessas microrregiões. Isso pode ser verificado na escassez de relações intrarregionais entre as cidades médias em estudo. Apesar de haver rede de integração logística adequada e estruturas que estimulam fluxos intrarregionais, como universidades federais, por exemplo, as relações horizontais ou verticais internas ao Semiárido são exíguas. Na fase neodesenvolvimentista, com políticas homogeneizantes de elevação da renda e de valorização do capital humano, supõe-se que haja uma maior tendência ao transbordamento do dinamismo das cidades polo para as microrregiões de influência, muito embora não tenha se verificado ainda rebatimentos dessas ações nas feições das redes de cidades. Ainda que o recorte utilizado possa influenciar os resultados em termos de dimensionamento das redes e de suas centralidades, verifica-se que a fase atual da acumulação globalizada vem se refletindo em relações pouco complementares entre os núcleos urbanos dessas microrregiões. O Capítulo 7, a seguir, analisa a relação entre cidades médias e integração produtiva no conjunto das microrregiões, formando um agregado de áreas dinâmicas não contínuas dentro do Semiárido. Busca ir além do atual capítulo e da análise individualizada por microrregião, e parte para a identificação de convergências entre elas que permitam, ao mesmo tempo, fazer uma leitura do processo de dinamismo do Semiárido na fase neodesenvolvimentista e identificar possibilidades de uma integração produtiva associada às cidades médias.